

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM ESTUDOS DE LINGUAGENS**

SUANY OLIVEIRA DE MORAES

**CONSTRUÇÃO DE SIMULACROS NA REVISTA VEJA: O CASO
SUZANE VON RICHTHOFEN**

Campo Grande – MS

Dezembro – 2008

SUANY OLIVEIRA DE MORAES

**CONSTRUÇÃO DE SIMULACROS NA REVISTA VEJA: O CASO
SUZANE VON RICHTHOFEN**

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, sob a orientação do Prof. Dr. José Genésio Fernandes. Área de Concentração: Linguística e Semiótica.

Campo Grande – MS

Dezembro – 2008

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Coordenadoria de Biblioteca Central – UFMS, Campo Grande, MS, Brasil)

M827c Moraes, Suany Oliveira de.
Construção de simulacros na revista Veja : o caso Suzane Von Richthofen / Suany Oliveira de Moraes. -- Campo Grande, MS, 2008.
72 f. ; 30 cm.

Orientador: José Genésio Fernandes.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Centro de Ciências Humanas e Sociais.

1. Semiótica. 2. Análise do discurso. 3. Veja (Revista). 4. Jornalismo – Linguagem. I. Fernandes, José Genésio. II. Título.

CDD (22) 401.41

SUANY OLIVEIRA DE MORAES

**CONSTRUÇÃO DE SIMULACROS NA REVISTA VEJA: O CASO
SUZANE VON RICHTHOFEN**

APROVADA POR:

JOSÉ GENÉSIO FERNANDES, DOUTOR (UFMS)

MARIA EMÍLIA BORGES DANIEL, DOUTORA (UFMS)

GLAUCIA MUNIZ PROENÇA LARA, DOUTORA (UFMG)

Campo Grande, MS, 19 de dezembro 2008.

Aos alunos (regulares e especiais) do programa de Mestrado em Estudos de Linguagens – UFMS, como prova viva de que a dissertação nasce sob três condições básicas, porém, essenciais: amor pela pesquisa; comprometimento com o trabalho e orientação segura.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é reconhecer. Neste momento, as emoções tornam-se mais “vibrantes”, confusas. A passionalidade se sobrepõe à racionalidade. No entanto, é preciso, cuidadosamente, reconhecer quem contribuiu, mesmo sem saber quanto, para que esta etapa da minha vida fosse cumprida. Vamos, então, aos nomes daqueles a quem devo tal reconhecimento e, admito, não vou usar da máxima que diz: “... não vou citar nomes para não correr o risco de esquecer alguém”. Prometo não esquecer, hoje e agora.

Agradeço aos meus pais, pelo incondicional apoio que me foi dado, pela presença encorajadora e afetuosa que me fortaleceu nos momentos de aflição.

A uma pessoa especial, Valéria Cristina Kato – uma irmã que escolhi – presente e pronta na alegria e na tristeza. Uma amiga inesquecível.

A Adriano Guimarães Alves, que, ou por um dever ou por um querer, compreendeu bem o sentido da justificativa: “não, hoje eu não posso!”.

À Daniela Gomes Loureiro – secretária de nosso Mestrado – pelas informações que me foram respondidas com paciência e elegância.

À professora Maria Adélia Menegazzo, que soube ouvir minhas aflições num momento de desespero e só o seu carinhoso olhar já me serviu como um conforto.

À professora Rosana Cristina Zanelatto Santos, que demonstrou importante empenho em seu papel como Coordenadora, tomando a decisão certa, para que conflitos fossem solucionados. Solucionar conflitos não é para qualquer pessoa.

À professora Maria Emília Borges Daniel, que sempre se mostrou atenciosa, generosa e, sobretudo, prestativa na discussão deste trabalho.

À professora Glaucia Muniz Proença Lara, que voltou a fazer parte de minha vida acadêmica, depois de tê-la como uma grande referência ainda na graduação.

Ao professor Nilton Hernandes, pela confiança em minha predisposição a seguir por um caminho nada fácil de ser trilhado... “havia muitas pedras”. Homem inteligente, com quem aprendi a removê-las “semioticamente”.

E ao homem e professor José Genésio Fernandes, exemplo máximo de generosidade. Competente, desprendido e destemido. Um orientador que derramou sobre mim o conhecimento de maneira leve, mas firme, quando foi preciso. Muitas vezes, percebia que o seu tempo não era o meu tempo, mas, abria mão de tudo o que estava fazendo para orientar-me. Abriu-me os olhos, despertando-me para possibilidades em que teria, sequer, pensado se, sozinha, neste caminho, estivesse.

Se a verdade não passa de um efeito de sentido, vê-se que essa produção consiste no exercício de um fazer particular, de um fazer-parecer-verdadeiro, ou seja, na construção de um discurso cuja função não é o dizer-verdadeiro, mas o parecer-verdadeiro. Esse parecer não visa mais, como acontecia no caso da verossimilhança, à adequação ao referente, mas à adesão por parte do destinatário, ao qual ele se dirige e pelo qual deseja ser lido como verdadeiro. A adesão do destinatário, por seu turno, só pode ser conquistada se ela corresponde à sua expectativa: isso significa que a construção do simulacro de verdade é fortemente condicionada, não diretamente pelo universo axiológico do destinador, mas pela representação que dele faz o destinador, que permanece definitivamente senhor da obra, responsável pelo sucesso ou pelo fracasso do seu discurso (GREIMAS, 1978).

A linguagem reproduz a realidade. Isso deve entender-se da maneira mais literal: a realidade é produzida novamente por intermédio da linguagem. Aquele que fala faz renascer pelo seu discurso o acontecimento e a sua experiência do acontecimento. Aquele que o ouve apreende primeiro o discurso, e, através desse discurso, o acontecimento reproduzido. Assim, a situação inerente ao exercício da linguagem, que é a da troca e do diálogo, confere ao ato de discurso dupla função: para o locutor, representa a realidade; para o ouvinte, recria a realidade (BENVENISTE, 1995).

RESUMO

Esta pesquisa interessa-se pelo estudo do caso Von Richthofen publicado na revista *Veja*. O relato do caso Richthofen diz respeito ao assassinato do casal Manfred (engenheiro renomado) e Marísia Von Richthofen (médica psiquiatra), ocorrido em São Paulo, SP, em outubro de 2002. Os envolvidos no crime foram: Suzane Von Richthofen, uma jovem de então 19 anos, filha do casal; Daniel Cravinhos, 21 anos, namorado da moça e seu irmão Cristian, 26 anos, todos indiciados e julgados como culpados pela Justiça em 2006. O crime, triplamente qualificado, ocorrido na esfera da classe média-alta, monopolizou a atenção do país e dos meios de comunicação. O trabalho toma como **objeto de análise** sete textos, publicados no período de outubro de 2002 até agosto de 2006. A análise desses textos permite-nos seguir um percurso de construção de sentidos e os “efeitos de sentido” acerca do caso – aqueles pelos quais *Veja* tem interesse para a conquista e manutenção de leitores e a constituição de si mesma como meio de comunicação celebrado pelos índices de venda e de público. A dissertação tem por **objetivo** verificar quais simulacros de Suzane e da própria revista são construídos discursivamente no relato de retomada do caso e que recursos da mídia jornalística *Veja* usa para fazer seu discurso convincente – em suma, como faz para manter as estratégias persuasivas nas matérias publicadas. Para isso, parte-se da **hipótese** de que *Veja* constrói os efeitos de sentido da “humanização” e da “monstrualização” do sujeito performador do crime, jogando com esses simulacros na captação e manutenção da atenção dos leitores. A análise possibilita verificar o ponto de vista adotado pela enunciatória para levar o enunciatário (o leitor) a crer-ser “real” o simulacro do sujeito performador da ação criminosa. Para isso, o **ponto de vista teórico** adotado é o da semiótica francesa, **teoria** de texto, que se presta a analisar a construção dos efeitos de sentido (dentre eles, os passionais). Os **resultados** do estudo apontam para duas conclusões. A primeira é o fato de que *Veja* parece “preparar o terreno” para o julgamento oficial de Suzane em 2006, privilegiando uma reportagem de capa com o máximo destaque editorial e promovendo, assim, a sanção do sujeito antes mesmo da sanção oficial, ou seja, *Veja* se constrói como uma instância acima da própria justiça. A segunda aponta para o fato de que *Veja* calibra seu discurso na direção de maior rendimento para gerenciar a relação com seus leitores, ou seja, Suzane é um sujeito farsante e manipulador, por mais que seus atos demonstrem certas fragilidades humanas. A revista faz uso dessas ações “humanas” para comprovar o simulacro de um sujeito merecedor de condenação, portanto, de um sujeito de ações “monstruosas”.

Palavras-chave: Revista *Veja*. Suzane Von Richthofen. Análise Semiótica. Efeitos de sentidos. Simulacros.

ABSTRACT

The present research concerns the study of Von Richthofen case which was issued in *Veja* magazine. The Richthofen case describes the murder of the couple Manfred (renowned engineer) and Marisia Von Richthofen (medical psychiatrist), which occurred in São Paulo, Brazil, in October 2002, which involved: Suzane Von Richthofen, a girl who was 19 at the time, the couple's daughter; Daniel Cravinhos, 21, the young girl's boyfriend and his brother Cristian, 26, they were all indicted and trialed as guilty by the courts in 2006. The crime, three times qualified, occurred in the sphere of high-middle class, monopolized the attention of the country and the media. This work takes seven texts as its **object of analysis**, issued from October 2002 to August 2006. The analysis of such texts allows us to follow a course of construction of meaning and the "effects of meaning" around the case – those for which *Veja* is interested in for gaining and keeping readers to establish itself as a mean of communication celebrated by sales rates and public. The dissertation **aims** to verify which simulacrum of Suzane and the magazine itself are discursively constructed in the report of the case resumption, which media resources the magazine uses to be convincing – in short, how it does to keep the persuasive strategies in the articles issued in it. To do this, it is possible to **suppose** that *Veja* builds the sense effects of "humanization" and "monsterization" of the subject who performed the crime, playing with these simulacra in the captation and maintenance of the readers' attention. The analysis enables the checking of the point of view which was adopted by the lead enunciatee (the reader) to believe-be "real" the simulacrum of the subject who performed the criminal acts. For this reason, the **theoretical point of view** adopted is that of semiotics, French **theory** of text, which examines the construction of the sense effects (among them, the passionate ones). The **results** of the study point to two conclusions. The first one is the fact that *Veja* seems to "prepare" the ground for the official trial of Suzane in 2006, preferring to cover a story with the most prominent publishing and promoting thus the sanction of the subject even before the official sanction, that is, *Veja* builds itself as a body which is above the law. The second points to the fact that it calibrates its speech toward a greater gaining as to manage the relationship with its readers, in other words, Suzane is a fake and manipulator subject, even her actions revealed certain human frailties. The magazine uses such "human" actions to prove the simulacrum of a subject worthy of conviction, therefore, of a subject of "monstrous" actions.

Keyword: *Veja* magazine. Suzane Von Richthofen. Semiotics Analysis. Effects of meaning. Simulacra.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 -Capa da primeira reportagem publicada sobre Suzane Von Richthofen, de 13 novembro de 2002.....	42
FIGURA 2 -Fotos de Suzane e Daniel publicadas na edição 1.778, de 20 de novembro de 2002.....	55
FIGURA 3 -A farsa: Suzane Von Richthofen chora no funeral dos pais, antes de confessar os crimes.....	83
FIGURA 4 -Suzane na capa da Veja de 12 de abril de 2006.....	88
FIGURA 5 -Capa de abertura da Reportagem Especial, de 12 de abril de 2006.....	93
FIGURA 6 -Capa de abertura da Reportagem Especial, de 12 de abril de 2006, – imagem de modo separado.....	98
FIGURA 7 -A farsa: Suzane Von Richthofen chora no funeral dos pais, antes de confessar os crimes.....	109
FIGURA 8 -Quadro informativo, publicado na Veja do dia 19 de abril de 2006, sobre os assuntos mais comentados da semana.....	122
FIGURA 9 -Suzane Von Richthofen deixa a prisão para responder em liberdade pelo assassinato dos pais.....	133
FIGURA 10 -Preparando o terreno para o julgamento, concede uma entrevista a Veja.....	134
FIGURA 11 -Sua performance é desmascarada como pura farsa e ela volta a ser encarcerada.....	134
FIGURA 12 -Nota publicada na seção Datas, datada de 31 de maio de 2006.....	138

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A – Reportagem de 13 de novembro de 2002.....	156
ANEXO B – Reportagem de 20 de novembro de 2002.....	158
ANEXO C – Reportagem de 12 de abril de 2006.....	160
ANEXO D – Seção Cartas de 19 de abril de 2006.....	168
ANEXO E – Reportagem de 19 de abril de 2006 – suplemento.....	170
ANEXO F – Seção Datas de 31 de maio de 2006.....	172
ANEXO G – Seção Datas de 2 de agosto de 2006.....	173

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO OBJETO, PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLOGIA – A REVISTA VEJA E A TEORIA SEMIÓTICA GREIMASIANA: UMA INTERFACE DE SENTIDOS.....	25
1.1 CONTEXTUALIZANDO: A REVISTA VEJA E O PERFIL DO LEITOR.....	25
1.2 OS TEXTOS: CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E ORDEM DAS ANÁLISES.....	28
1.3 APLICANDO TEORIA E MÉTODO: “O TODO DE SENTIDO”.....	30
1.4 APLICANDO TEORIA E MÉTODO: “AS PARTES NO TODO”.....	33
1.4.1 Simulacros: “o parecer do ser”.....	33
1.4.2 As paixões: temor e indignação no caso Von Richthofen.....	34
1.4.3 Sincretismo: as linguagens na construção do texto.....	36
1.4.4 O ethos discursivo: a representação dos modos de dizer.....	38
2 O APARECIMENTO DO CASO VON RICHTHOFEN – O CRIME QUE CHOCOU O PAÍS E QUE ABALOU A CLASSE MÉDIA.....	40
2.1 ANÁLISE DA 1ª REPORTAGEM DO CASO RICHTHOFEN NA REVISTA VEJA....	40
2.2 ANÁLISE DA 2ª REPORTAGEM DO CASO RICHTHOFEN NA REVISTA VEJA....	53
3 O (PRÉ) JULGAMENTO DE VEJA – O MAIOR DESTAQUE EDITORIAL DADO AO CASO RICHTHOFEN.....	61
3.1 PLANO DE CONTEÚDO – A MANIPULAÇÃO E A SANÇÃO NO CASO RICHTHOFEN.....	63
3.2 SINTAXE NARRATIVA.....	64
3.2.1 Percursos narrativos de Suzane: destinador-manipulador ou sujeito manipulado?.....	65
3.2.1.1 Versão 1 ou a motivação do crime, segundo “o olhar da defesa”.....	65
3.2.2 Versão 2 ou a motivação do crime, segundo “o olhar da acusação”.....	68
3.2.2.1 A estratégia dos advogados de Suzane é posta em xeque pela revista: “Suzane foi manipulada”.....	70

3.2.2.2O ápice da reportagem: “Suzane é manipuladora”.....	72
3.3SEMÂNTICA NARRATIVA.....	76
3.4PLANO DE CONTEÚDO – NÍVEL DISCURSIVO.....	78
3.4.1 Sintaxe e semântica discursiva.....	78
3.5PLANO DE CONTEÚDO – NÍVEL FUNDAMENTAL.....	85
3.6PLANO DE EXPRESSÃO – UMA ANÁLISE SEMIÓTICA DA COMPOSIÇÃO SINCRÉTICA DA REPORTAGEM ESPECIAL DA REVISTA VEJA SOBRE O CASO RICHTHOFEN.....	86
3.7OS EFEITOS DE SENTIDO PASSIONAIS NA COMPOSIÇÃO DE UM TEXTO SINCRÉTICO.....	91
3.8“HUMANIZAÇÃO” VS “MONSTRUALIZAÇÃO”: A CONSTRUÇÃO DO “MEDO” NA REPORTAGEM ESPECIAL DA VEJA.....	100
3.9“HUMANIZAÇÃO” E “MONSTRUALIZAÇÃO” NO QUADRADO SEMIÓTICO....	116
40 (PÓS) JULGAMENTO DE VEJA – A RESPOSTA DOS LEITORES.....	121
4.1O MOMENTO PÓS-JULGAMENTO – UMA AULA DIRIGIDA.....	128
4.2O MOMENTO PÓS-JULGAMENTO E O VEREDICTO COMPROBATÓRIO DO JULGAMENTO DE VEJA.....	136
5CONSIDERAÇÕES FINAIS: O CASO RICHTHOFEN NA REVISTA VEJA – O ENUNCIADOR DECRETA O VEREDICTO.....	141
REFERÊNCIAS.....	150
ANEXOS.....	155

INTRODUÇÃO

As palavras têm vida. Vestem-se de significados. Mascaram-se. Contagiam-se com as outras palavras próximas. “Dançam conforme a música” tocada no salão de baile onde estão. O salão é o discurso e aí que elas cristalizam momentaneamente uma de suas máscaras. Como enfrentar os discursos entre os quais circulam todas as pessoas e levá-las a ser donas de sua voz, apropriando-se deles criticamente; como reconhecer as características de algumas vozes que falam como sujeitos para que formem, com cada um de nós, a ciranda dos indivíduos / sujeitos que, com emoção, se apropriam da história, conduzindo-a. Sobretudo, como deixar ver os vários discursos do cotidiano, os quais, feitos aparentemente para ir-se embora, na verdade permanecem (BACCEGA, 1995, p. 6-7).

A Revista *Veja* e o caso Suzane Von Richthofen

Muitos estudos acadêmicos sobre a maior revista semanal de informação do país – a revista *Veja*¹ – já foram realizados. Entretanto, mostrar o poder de influência desse meio de comunicação impresso sobre seus cinco milhões de leitores pode, sempre, nos ensinar mais sobre os processos de estabelecimento e de difusão de valores que se manifestam no modo como o texto é construído e sobre os processos de significação ou de produção de sentidos de um caso, que comoveu o país no ano de 2002, por se tratar do assassinato de um casal de classe média-alta: o assassinato do renomado engenheiro Manfred e da médica psiquiatra Marísia Von Richthofen, pela própria filha, Suzane Von Richthofen. Estudar as estratégias argumentativas da revista *Veja* no tratamento dado a um caso de assassinato por uma jovem de classe média-alta de São Paulo, SP, e o modo pelo qual ele foi “contado” a seu público-leitor, possibilita-nos analisar os “sentidos” construídos no

¹ *Veja* é a revista mais lida no país, segundo informações disponíveis no site da editora Abril (www.abril.com.br), que é um dos maiores grupos de comunicação do Brasil, a Abril Cultural.

uso da e pela linguagem, nas diferentes matérias publicadas pela revista *Veja*. Segundo Pietroforte (2008, p. 52), “[...] não se quer dizer com isso que a linguagem cria a realidade a partir do nada, mas que, por meio de formas semióticas, a linguagem orienta o sentido daquilo que é tratado como real”.

O assassinato do casal Richthofen teve ampla repercussão em todos os meios de comunicação do país e, assim, este estudo foi motivado, inicialmente, pelo modo com que as mídias impressas, em especial a *Veja*, constroem discursos voltados para a acusação de criminosos no Brasil. Para a Justiça, a morte violenta do engenheiro Manfred Albert Von Richthofen² e da médica psiquiatra Marísia Von Richthofen, em 31 de outubro de 2002, teve a participação da filha Suzane, uma jovem de então dezenove anos, estudante de Direito, de Daniel Cravinhos, de 21, que na época era o namorado de Suzane, e de Cristian Cravinhos, de 26, irmão de Daniel. O assassinato ficou conhecido como “o caso Richthofen”.

Depois de quase quatro anos da morte do casal, uma reportagem de oito páginas, intitulada *Verdades e Mentiras de Suzane Von Richthofen*, foi publicada com máximo destaque editorial na edição 1.951, de 12 de abril de 2006, ano em que a jovem teve seu julgamento oficial marcado e realizado. Tal edição, chamada de “especial” pela própria revista, antecedeu ao julgamento oficial da jovem Suzane, que se realizou em junho de 2006 e se prestou a “preparar o terreno” para sua sentença. Suzane foi mostrada na capa da edição citada e o caso foi “contado” com riqueza de detalhes e informações pela revista que pôde dizer quais eram as “verdades” e as “mentiras” sobre o fato. *Veja* constrói um discurso de acusação anterior ao da Justiça e com isso cria uma “realidade” para o caso, fazendo com que tal “realidade” seja posta como uma certa “verdade”, ou seja, trata-se de um “efeito de manipulação”, em geral, bem-sucedido pela revista, que articula determinados sentidos para fazer o leitor crer em suas “verdades”.

Os pais de Suzane foram assassinados à noite, na cama em que dormiam, a golpes de barras de ferro, pelos irmãos Cravinhos, segundo informações da própria *Veja*. A revista ainda afirma que Suzane teria facilitado a entrada dos rapazes na

² O primeiro sobrenome da família Von Richthofen é ora grafado na revista *Veja* com inicial minúscula (von), ora maiúscula (Von). Optamos, neste trabalho, pela grafia maiúscula do referido sobrenome, para fins de uniformização.

casa dos Richthofen e com eles teria, também, planejado a morte de seus próprios pais. O motivo do crime teria sido a proibição do namoro do jovem casal, por parte de Manfred e Marísia, que passaram a desconfiar do envolvimento da filha com o uso de drogas e, conseqüentemente, com uma vida de banditismo. Oito dias após o ocorrido, Suzane, Daniel e Cristian Cravinhos foram presos e confessaram o crime. Os três responderam por duplo homicídio triplamente qualificado, “[...] o que, neste caso, significa: motivo torpe, meio cruel e impossibilidade de defesa da vítima” (VEJA, 2006, p. 106).

A análise da revista *Veja* sobre um crime que causou comoção nacional e que “chocou o país” pode possibilitar o estudo dos “valores” construídos e dos propósitos da construção deles em um discurso jornalístico que tem um poder de alcance mais amplo do que o da própria justiça, na relação com o público – e que tem interesse em mantê-lo. Tal discurso se instaura nos meios sociais como uma “verdade” aceita anteriormente à “verdade” da justiça que daria a sentença final aos culpados só em junho de 2006.

A seleção dos textos

O *corpus* deste trabalho é formado por seis matérias que são, pela ordem de publicação, as seguintes:

- a) *Ela matou os próprios pais*, reportagem publicada em 13 de novembro de 2002 (primeira reportagem da *Veja* sobre o caso), 13 dias após o crime (ANEXO A);
- b) *Pareciam tão normais*, reportagem publicada em 20 de novembro de 2002, 20 dias após o crime (ANEXO B);
- c) *Verdades e Mentiras de Suzane Von Richthofen, Reportagem Especial* (reportagem de capa), publicada em 12 de abril de 2006 (ANEXO C);
- d) seção Cartas, do dia 19 de abril de 2006, em que há 14 manifestações de leitores sobre o assunto que foi o mais

comentado daquela semana (ANEXO D);

- e) *Suzane, tragédia e farsa*, a reportagem publicada no suplemento *Veja* na Sala de Aula, também do dia 19 de abril de 2006 (ANEXO E);
- f) seção *Datas*, duas notas publicadas: a primeira delas é a nota referente à edição de *Veja* de 31 de maio de 2006, na qual há uma informação referente à soltura de Suzane, para que aguardasse em liberdade o seu julgamento oficial; e a segunda, de 2 de agosto de 2006, que noticia a condenação de Suzane e dos irmãos Cravinhos (ANEXOS F-G).

A revista *Veja* apresentou o caso também em meio eletrônico (Internet), entretanto, suas sete publicações, acima relacionadas, foram as que mais abordaram o assunto acerca do crime. Os sete textos componentes desse *corpus* estabelecem um “roteiro” bem encaminhado pela revista impressa (diferentemente dos textos eletrônicos) no sentido de chamar a atenção do leitor para o “aparecimento do caso”, oferecer a ele o “julgamento” antecipado de Suzane e, por fim, publicar as matérias que sucederam ao julgamento inicialmente construído na *Reportagem Especial*. É exatamente esse percurso que nos interessa, ou seja, analisar como a *Veja* articula determinados sentidos, segundo um roteiro de publicações por ela mesma “criado”, possibilitando-nos também a análise de um julgamento pré-estabelecido que vai diretamente determinar uma das versões do caso e seguramente a “realidade” crível, por causa da credibilidade do discurso da revista em questão. É o poder-fazer-creer da *Veja* que faz com que o leitor se identifique com a revista e se disponha a aderir ao seu ponto de vista.

A seleção dos textos componentes do *corpus* não foi aleatória. Trata-se de um recorte da revista *Veja* sobre um crime (o parricídio e o matricídio do casal Richthofen), que tem como sujeito envolvido mais evidenciado uma jovem, rica, branca e bonita, de classe média-alta de São Paulo, e que a revista *Veja* usa como fato noticioso para “criar” determinadas significações, principalmente, do perfil desse sujeito assassino.

Os dois primeiros textos, “a” e “b”, são duas reportagens que foram publicadas logo após a data do crime e que, portanto, permitem-nos analisar os primeiros sentidos construídos de Suzane por meio do discurso da maior revista do país à época do assassinato. Essa análise não poderia abrir mão do terceiro texto, “c”, a maior reportagem acerca do caso, que é a *Reportagem Especial*, que foi publicada às vésperas do julgamento oficial de Suzane, ocorrido em junho de 2006, e que, por isso, cumpre um papel importante na relação entre enunciador (*Veja*) e enunciatário (leitor), já que nos possibilita analisar de maneira mais aprofundada se o ponto de vista da enunciativa em relação ao sujeito Suzane se mantém ou se ele muda de posição ao longo do tempo. É ainda um texto em que a sentença de Suzane é dada anteriormente à da Justiça e no qual suas “verdades” e “mentiras” são um saber da revista e que, por isso, indica que é ela quem pode nos contar.

O quarto texto, “d”, da edição posterior à reportagem de capa, a seção Cartas, foi selecionado para mostrar o procedimento discursivo de que *Veja* se utiliza ao apresentar 14 cartas de leitores, criando, dessa forma, um “efeito de julgamento do leitor”. O leitor parece julgar os atos de Suzane e, além disso, sanciona-a negativamente. A revista cria o efeito de “leitores avaliadores”, pois são esses que tiveram acesso à *Reportagem Especial* para que pudessem manifestar a sanção sobre Suzane, ou seja, *Veja* ainda constrói o efeito de “contato” com a leitura. São leitores que, condicionados à leitura de *Veja*, podem então “julgar” o sujeito assassino.

Para a delimitação do *corpus* proposto, a análise da reportagem *Suzane, tragédia e farsa*, o quinto texto, “e”, que consta do suplemento *Veja* na Sala de Aula, permite-nos analisar os papéis de Suzane, construídos pela enunciativa por meio do empenho de atribuição de um dever-fazer e de um dever-saber na escola. Essa edição traz questões acerca do caso, distribuídas em conteúdos programáticos para professores trabalharem com seus alunos, seguindo orientações previamente elaboradas por *Veja* em quatro aulas de 50 minutos. Não é difícil perceber que a revista atinge não só o leitor comum, aquele que está em casa, esperando chegar o seu exemplar por assinatura ou aquele que se desloca até uma banca de jornal, mas também professores e alunos que recebem a “aula modelo” para se trabalharem

determinados conteúdos, segundo determinadas visões de mundo (ideologias).

O último texto, “f”, as duas últimas notas sobre o caso, datadas após a *Reportagem Especial* da *Veja*, traduzem um ponto de vista da enunciadora que consideramos relevante para o estudo da publicação. Após “as tais verdades e mentiras de Suzane Von Richthofen”, ou seja, depois da reportagem anterior ao julgamento oficial da jovem, houve apenas duas notas, publicadas na seção Datas, que pouco têm a oferecer, em termos de informação, sobre a conclusão do caso. Mesmo assim, a revista cria o efeito de sobrevida do assunto, ou seja, procura continuar chamando a atenção para o tema. Ainda se mostra atenta, interessada no assunto e faz o seu leitor interessar-se por ele também. Cria-se o efeito de um leitor que ainda quer ver o assunto tratado pela revista. Assim, justifica-se suficientemente tomar, como objeto de análise uma revista que trabalha com oito páginas sobre o caso Richthofen, antes do julgamento oficial de Suzane e com duas notas informativas após o seu julgamento.

É válido lembrar que esse trabalho não tem a pretensão de produzir uma versão do fato, muito menos a versão correta do fato, a “verdadeira” – o que não constitui preocupação da semiótica (ponto de vista teórico adotado por esse trabalho) – mas, sobretudo, apreender a produção de sentidos (os efeitos de sentido) que se deixam transparecer por meio do texto ou por aquilo que ele diz e, principalmente, como a *Veja* faz para dizer o que diz, como a revista faz-criar e como seu discurso, que é, em geral, bem-sucedido, constrói uma certa “verdade” e que verdade é essa. O recorte proposto pela revista é um recorte de um sujeito que sabe e pode contar quais são as verdades e quais são as mentiras do caso Richthofen, construindo, dessa forma, a sua própria verdade.

No principal texto do *corpus*, *Veja* se coloca como capaz de julgar as verdades e as mentiras de Suzane. A revista antecipa resultados da Justiça antes mesmo do julgamento oficial, antes mesmo da instância pública de alto valor social, que é o Poder Judiciário. Desse modo, *Veja* não deixa de criar uma certa tensão no seu público-leitor, para que depois de mais de três anos da primeira publicação sobre o caso, a Reportagem de Capa viesse a ganhar valor discursivo e editorial.

Cabe a esta análise adotar um olhar demorado para o modo como *Veja* constrói “as imagens” de Suzane por meio dos textos que tratam do caso. Há de se considerar a criação de determinadas imagens e valores em relação ao sujeito Suzane, como um sujeito criminoso e, portanto, merecedor de pena. Essas “imagens” ou “simulacros” são estabelecidos entre enunciadores (no caso, a *Veja*) e enunciatários (os leitores). Devemos ressaltar que além dos simulacros de Suzane, há sempre a troca de simulacros entre a revista e o leitor nos textos publicados por *Veja*. “Cada locutor constrói seu discurso e até adapta seu vernáculo, em função das ‘imagens’ que seu interlocutor lhe remete, bem como daquelas que ele tem de si mesmo” (GREIMAS; FONTANILLE, 1993, p. 59). Analisar a revista *Veja* na construção dos simulacros de Suzane, por meio dos textos, a nosso ver, mais detalhados e significativos sobre o caso, produzidos ao longo de quase quatro anos, possibilita-nos verificar o ponto de vista em que a enunciativa quer-fazer o leitor crer como sendo a “real” Suzane e suas “reais” motivações e ações.

A Semiótica Greimasiana como proposta de análise

Aprendemos com Saussure (1999) que é sempre o ponto de vista que cria o objeto. Portanto, os textos componentes do nosso *corpus* só são, para nós, um objeto de estudo, porque adotamos um ponto de vista para o seu estudo, aquele proposto pela semiótica greimasiana ou teoria semiótica de Greimas, que se preocupa com a significação produzida nos textos. E não é demais dizer que, ainda assim, a posse desse ponto de vista teórico não nos garante o posto de observação mais privilegiado, aquele que nos daria os resultados mais pertinentes das análises a serem feitas. Para nós, trata-se da escolha de uma teoria, aquela que dominamos mais e melhor, sabendo bem que toda ciência utiliza um determinado instrumental teórico. Cada teoria tem seus limites e a escolha de uma outra, possivelmente, originaria uma outra leitura. Portanto, estamos cientes de que todas as teorias têm seus alcances e limites, o que não nos permite dispensar uma delas, por preguiça mental ou raiva decorrente da presunção. Nesse sentido, a semiótica é bastante compreensiva, na medida em que não se concebe como modelo acabado, mas sempre em processo de construção. Mais do que isso, ela mesma ocupou-se do

estudo do discurso científico, como que para lembrar-se desses limites.

Nesse estudo, a semiótica tem importância e razão de ser, na medida em que o estudo das matérias de *Veja* constituem produções de sentidos, na medida em que um crime (o assassinato de um casal em outubro de 2002) foi reportado para gerar sensações, paixões e determinados entendimentos no público-leitor, por meio de uma rede de programas e percursos narrativos que acabaram desencadeando manipulações entre os sujeitos, diretamente envolvidos na trama, e entre a revista e o leitor, o que esclarece a produção de sentidos de uma das mais influentes publicações do país. O caso Von Richthofen “mexeu” com a opinião pública do país. Em termos mais semióticos, meios de comunicação, como a *Veja*, foram bem-sucedidos em despertar a paixão do querer-saber (a paixão da curiosidade) em seu público-leitor. Vê-se, assim, que os sentidos não são dados de modo ingênuo. Muito pelo contrário, são discursivamente construídos por meio das mídias, como *Veja*.

Este trabalho apresenta a possibilidade de se mostrar como a revista se posiciona na abordagem de um crime que, na verdade, representa a quebra total de regras sociais, na medida em que põe em xeque valores morais e cristãos de uma jovem, adolescente, filha de pais bem sucedidos, estudante de Direito e falante de três línguas, moradora de um bairro de classe média-alta de São Paulo, mas que foi capaz de cometer um dos crimes mais abomináveis pela sociedade ocidental: o parricídio e o matricídio.

É pertinente notar que crimes semelhantes ao de Suzane acontecem na sociedade brasileira e sempre aconteceram. Mas, entender por que o discurso da *Veja* ganha tanta projeção e repercussão e por que uma menina como Suzane recebeu tamanho destaque editorial é um dos pontos-chave deste estudo. Perceber e analisar quais são as estratégias discursivas que fizeram com que a *Veja* provocasse o maior número de comentários na seção Cartas, publicada na edição posterior à edição especial, no ano de 2006, ou seja, quase quatro anos após o crime, é, sem dúvida, chegar às razões pelas quais o discurso sobre o caso Suzane (que foi até capa de revista) ainda “vibra” nos textos jornalísticos da revista em questão. Interessante ainda é analisar o caso retratado pela *Veja*, sob a perspectiva

da valorização editorial dos textos que falam de Suzane. Inicialmente, *Veja* publica duas reportagens logo após o crime. Já a *Reportagem Especial* parece ser uma espécie de divisor de águas do caso, na medida em que parece preparar o terreno para o julgamento oficial de Suzane que aconteceria a dois meses de sua publicação. Depois de ter sido julgada e condenada, o caso Suzane não é mais capa de revista e também pouco se fala da moça. *Veja* limita-se a apenas “datar” o dia de sua soltura decretada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), para aguardar seu julgamento e o dia, enfim, de sua condenação. Podemos chegar à prévia ideia de que *Veja* privilegia o momento “pré-condenação” e despreza o momento “pós-condenação”. *Veja* cria uma tensão e se aproveita ao máximo da curiosidade gerada pelo seu desfecho. Com isso, a função primeira da revista é a de antecipar uma sentença, decretando a condenação e provocando a venda de seu produto.

Conforme Hernandez (2006, p. 39),

[...] o relacionamento entre jornais e leitores, internautas, ouvintes ou telespectadores é encarado [...] como um tipo especial de história que faz uso de outra, apresentada na forma de unidade noticiosa, com clara função ideológica e persuasiva.

A revista *Veja* usa a história de Suzane Von Richthofen, relatada nas reportagens, para persuadir seu público-leitor e com isso atingir seu objetivo primeiro: vender-se. *Veja* pode agir como um ator social importante na construção de valores e exerce influência nos destinos nacionais.

Há ainda uma outra razão pela qual se afirma a relevância deste estudo, por meio da teoria semiótica de linha francesa: é a de poder analisar o texto publicado no suplemento *Veja na Sala de Aula (Suzane, tragédia e farsa)* em que uma “aula modelo” sobre o assunto é direcionada aos professores, para que esses, com seus alunos, trabalhem o caso Richthofen, tendo como pré-requisitos o conhecimento da *Reportagem Especial* e as cartas dos leitores cujo efeito é o de sancionar Suzane na edição posterior. Aqui, é possível percebermos o saber da enunciadora que se propõe a contar as verdades e as mentiras do caso como detentora do poder-fazer e do poder-julgar. A *Veja na Sala de Aula* não tem a mesma relação discursiva (enunciador / público-alvo) que as reportagens anteriormente citadas. Trata-se de

um texto que não tem a mesma atualidade da notícia que as edições semanais. Tal texto, que é um suplemento de *Veja*, tem uma complexidade um pouco maior para este estudo, uma vez que expressa, por meio de um texto à parte, o modo como se deve contar / trabalhar o caso Richthofen em sala de aula, direcionando determinadas visões de mundo. É a “pedagogia” de *Veja* que se mostra pelo saber-fazer e pelo dever-fazer na medida em que a revista determina o que deve ser relevante para ensinar. E, nesse sentido, a enunciativa ensina como aceitar determinados pontos de vista sobre o sujeito Suzane construídos pelo seu discurso “pedagógico” que é aceito também nos ambientes escolares.

A hipótese central desta pesquisa consiste na possibilidade de apreensão de dois diferentes efeitos (passionais) de sentido no discurso proposto pela enunciativa: o efeito da “humanização” e o da “monstrualização”. Seriam esses dois simulacros construídos pela revista, para gerar diferentes paixões em seu público-leitor. *Veja* parece ora construir simulacros humanizados, ora construir simulacros monstrualizados de Suzane Richthofen. Tais simulacros se entrecruzam na produção de sentido do discurso no caso Richthofen. Em um deles, há a hipótese de que Suzane é vitimizada, manipulada ou humanizada e, em direção contrária e quase simultânea, um outro em que Suzane é manipuladora ou monstrualizada. Assim, poderemos chegar aos possíveis simulacros em que a revista *Veja* pretende fazer o leitor crer ser o simulacro ou os simulacros “reais” e ao mesmo tempo contraditórios (ambíguos) de Suzane.

A semiótica, que é uma teoria de texto, vai contribuir para verificarmos como a *Veja* faz para produzir “sentidos” e como isso determina a relação e os contratos existentes entre enunciatador / enunciatário, aquilo em que a revista quer fazer o leitor crer, qual a visão de mundo alardeada pela publicação, enfim, o que o texto diz, como faz para dizer o que diz, como atrai a atenção para o seu próprio discurso. O estudo pretende ainda identificar os recursos utilizados pela *Veja* para construir um discurso convincente (fazer-crer) e, principalmente, persuasivo (fazer-fazer). Isso implica também verificar como a *Veja* constrói as estratégias do gerenciamento do nível de atenção das unidades noticiosas sobre o caso. Em outras palavras, como a revista chama a atenção de seu público, como faz sustentar essa atenção despertada nele e como faz para estabelecer contratos entre leitor e publicação. O desafio que se põe à mostra nesta pesquisa é verificar como a revista *Veja* produz a sustentação do querer-saber em seu público-leitor pelo período de quase quatro anos.

Isto posto, passemos ao capítulo 1, dedicado a questões de contextualização, antes do início das análises propriamente ditas das matérias referidas nesta introdução.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO OBJETO, PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLOGIA – A REVISTA VEJA E A TEORIA SEMIÓTICA GREIMASIANA: UMA INTERFACE DE SENTIDOS

É a escolha de um ponto de vista de conjunto, sustentado com perseverança, que conferirá à nossa tentativa de síntese sua coerência, sua sistematicidade e seu caráter explícito. Esse ponto de vista será o do discurso em ato, do discurso vivo, da significação em devir (FONTANILLE, 2007, p. 26).

1.1 CONTEXTUALIZANDO: A REVISTA VEJA E O PERFIL DO LEITOR

A elaboração de um capítulo especial para a contextualização do objeto proposto neste trabalho – o tratamento do caso Von Richthofen na / pela revista *Veja* – e da metodologia nele aplicada são essenciais para reunirmos alguns pontos teóricos que julgamos importantes para uma melhor apreensão dos conceitos relacionados ao “recorte” de investigação, que se dá por meio da teoria semiótica de linha francesa ou teoria de Greimas. “De forma bastante simples, se a semiótica americana interessa-se pelas codificações do signo, a semiótica da ‘Escola de Paris’ ocupa-se do sentido gerado, articulado pelo signo” (SALLY, 2007, p. 1).³

Primeiramente, vamos fazer algumas considerações acerca da revista *Veja*, meio jornalístico impresso a que se deve grande parte da motivação deste trabalho.

³ A distinção entre as duas semióticas fica mais esclarecida assim: a semiótica americana, fundamentada na obra de Charles Sanders Peirce, “atém-se especialmente ao modo de produção do signo e à sua relação com a realidade referencial”. Portanto, trata-se de uma semiótica lógica e cognitiva. Já a semiótica europeia, ou semiótica de Greimas, “tem suas raízes na teoria da linguagem (...), cujos principais modelos de análise são de origem linguística.” Para essa distinção, consideramos importante a leitura introdutória da obra *Caminhos da Semiótica literária* (2003), de Denis Bertrand.

A revista *Veja*⁴ é a maior revista de informação do mundo, fora dos Estados Unidos. Dessa maneira, estamos diante da revista mais lida do Brasil, portanto, trata-se de um meio informativo que tem um poder de formar a opinião pública de grande parte da população do país. O caso Von Richthofen foi noticiado em todos os meios de comunicação e em *Veja* ganhou espaço editorial em sete exemplares, dentre eles, como já foi mencionada, uma *Reportagem Especial* sobre o fato que acabou motivando também a publicação de 14 cartas dos leitores e a publicação do suplemento pedagógico *Veja na Sala de Aula*. Percebemos, então, que o caso de violência familiar que comoveu a sociedade brasileira em 2002, apresenta desdobramentos significativos no período que vai de outubro de 2002 até agosto de 2006. E, desse modo, a semiótica de linha francesa tem muito a contribuir, pois analisaremos nesse trabalho que “sentidos” do caso Von Richthofen a revista *Veja* promove para o entendimento do público-leitor e, mais do que isso, como faz para manter a relevância de um “plano de morte”, engendrado por uma adolescente de 19 anos, como fato noticioso. Se *Veja* reporta-se ao fato por mais de uma vez, significa que o assunto tornou-se “rentável” e por que tal assunto foi recorrentemente tratado ou “contado” pela revista em questão é uma das perguntas a que este trabalho pretende responder. É também tarefa nossa verificarmos quais valores são postos no jogo em que, de um lado, temos a maior revista do Brasil e, de outro, “[...] cerca de 5.000.000 de leitores (em média 4 leitores por exemplar)”, segundo informações disponíveis no endereço eletrônico da Publicidade do Grupo Abril (2006).

Um outro ponto importante na contextualização de nossa pesquisa é o perfil do leitor de *Veja*. De acordo com o Grupo Abril (2006), a tiragem semanal (média) é de 1.250.000 exemplares e o grupo Abril conta com o número de 940.000 assinantes. Além disso:

- a) 52% dos leitores são mulheres;
- b) 68% dos leitores pertencem às classes A e B;

⁴ Segundo Hernandes (2006, p. 12), a revista *Veja* ocupa a quarta maior posição de publicação do gênero “revista semanal de informação” no mundo. Atrás dela, temos Time, Newsweek e U.S. News. Os estudos propostos pelo autor apontam *Veja* como a maior revista de informação do país, com “1.131.100 exemplares e 4,701 milhões de leitores”.

- c) 47% dos leitores têm entre 20 e 39 anos;
- d) 55%* dos leitores têm nível superior;
- e) 80%* deles têm casa própria;
- f) 80%* deles têm automóvel no lar;
- g) 51%* deles têm TV a cabo; e
- h) 28%* costumam correr ou nadar.

Tais dados numéricos são de outubro de 2002 cuja fonte é dos Estudos Marplan⁵ que para essa coleta de dados se baseou em (*) leitores adultos / classes AB acima de 18 anos.

Não é difícil associarmos a leitura de *Veja* a um perfil de leitor pertencente a uma classe social privilegiada no país. Além disso, temos um leitor que também se encontra culturalmente favorecido, já que um pouco mais da metade (55% deles) concluíram o nível superior. Então, não estamos falando de qualquer leitor e muito menos de uma revista qualquer. Mas de um enunciador (*Veja*) que constrói determinados “sentidos”, determinadas “realidades” que são aceitas pelo seu público (enunciatários) como “verdadeiras” antes mesmo do julgamento oficial de Suzane. Portanto, a “verdade” de *Veja* é um “efeito” do discurso por ela produzido. E, assim, comungamos com o ponto de vista de Hernandez (2006, p. 20-21, grifos do autor), quando diz que:

[...] não interessa apontar ou discutir se *Veja* mente. O foco [...] é estudar o mecanismo que faz o discurso da revista ser compreendido como “verdadeiro” por mais de cinco milhões de leitores. Um dos recursos de qualquer jornal – entendido como enunciador / destinador – para persuadir o público – o enunciatário / destinatário a crer na verdade que enuncia é elaborar uma *encenação*, uma representação da realidade que deve ser aceita pelo público. Vamos insistir: ambos devem partilhar de uma mesma visão de mundo, de

⁵ Os números apresentados pelos Estudos Marplan servem como subsídios consistentes para análise de mercado e planejamento de mídia. Tal organização pertence ao grupo Ipsos que oferece “[...] serviços de marketing, propaganda, mídia, satisfação do consumidor e pesquisa de opinião pública e social” (IPSOS, 2007).

uma mesma ideologia que os torna de certo modo “cúmplices” na maneira de recortar e de dar sentido aos acontecimentos, à realidade. O leitor *Veja* não pensa “errado”, mas é alguém que foi persuadido pela revista a acreditar que tal visão da realidade é a própria realidade e só pode ser verdade.

Depois de uma breve contextualização da revista *Veja* e do perfil de seu leitor, apresentaremos, agora, de maneira sucinta, os pressupostos teóricos que sustentam esta pesquisa atrelados aos procedimentos metodológicos da análise de cada capítulo referente ao *corpus*. Começamos pela exposição mais detalhada da seleção e ordem das análises dos textos componentes do *corpus*, que são sete⁶.

1.2 OS TEXTOS: CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E ORDEM DAS ANÁLISES

O critério de seleção dos textos desta pesquisa obedece a uma hierarquização ou ordem de “aparecimento”, de publicação na revista *Veja*. O primeiro texto, chamado *Ela matou os próprios pais* e o segundo, *Pareciam tão normais*, serão analisados no capítulo 2, o que “abre”, efetivamente, a seção de análises dos textos. Tais reportagens tratam especificamente do “aparecimento do caso”, ou seja, temos, por meio delas, o início do caso que se dá a conhecer pela revista em questão e por isso o nome do segundo capítulo: *O aparecimento do caso – o crime que chocou o país e que abalou a classe média*.

Primeiramente, um esclarecimento sobre o título deste capítulo e do capítulo posterior, comportando a palavra (pré) e (pós). Não queremos dizer que o prejulgamento de *Veja* não constitua, já, um julgamento. Queremos dizer que se trata de um julgamento anterior ao julgamento por quem de direito nessas questões, a Justiça. Os termos indicam anterioridade e posterioridade de julgamento: (pré) julgamento da revista em relação ao julgamento da justiça; e (pós) julgamento dos leitores em relação ao julgamento de *Veja*. Trata-se, como o demonstramos no decorrer do trabalho, de julgamentos que simulam imparcialidade, o que é próprio

⁶ As referências completas desse conjunto de textos estão no final deste trabalho; e as imagens no Anexo.

dos discursos jornalísticos. Assim, temos, na verdade, o julgamento de *Veja*, que se constrói desde a primeira publicação sobre o caso Richthofen; o julgamento do público que, na verdade, nada mais é do que o eco do julgamento de *Veja*. As últimas manifestações da revista sobre o caso, noticiando o resultado do julgamento oficial, constituem, também, um julgamento – na medida em que *Veja* noticia esse resultado de maneira que ele pareça apenas a confirmação do seu (pré) julgamento.

O capítulo 3, intitulado *O (pré) julgamento de Veja – o maior destaque editorial dado ao caso Richthofen*, é o capítulo de maior extensão, já que nele será analisada a *Reportagem Especial – Verdades e Mentiras de Suzane Von Richthofen* – que foi publicada às vésperas do julgamento oficial da jovem. Tal matéria é de grande relevância para a análise uma vez que vai desencadear a publicação de mais dois outros textos analisados no capítulo seguinte.

Tal enfoque se dá não só por causa da extensão da reportagem e consequentemente do maior número de informações nela fornecidas, mas, sobretudo, por causa da retomada do caso que a revista promove, a fim de elucidar os fatos depois de quase quatro anos de publicação de sua primeira reportagem. Lembremos que a primeira matéria é de outubro de 2002 e a *Reportagem Especial* é de abril de 2006. Uma outra pergunta que emana da análise desse texto é como *Veja* prepara o terreno para o julgamento de Suzane? Que mecanismos argumentativos ou ainda quais “realidades” a revista constrói acerca de Suzane e do crime por ela cometido?

O capítulo 4, último deste trabalho, tem como título: *O (pós) julgamento de Veja – a resposta dos leitores*. Nele, serão analisados três gêneros de textos: três cartas de leitores publicadas na seção Cartas na semana subsequente à *Reportagem Especial* e que, portanto, serve como “prova” de que os leitores agiram num plano de leitura bem-sucedido, promovido pela revista; o suplemento escolar, *Veja na Sala de Aula*, Guia do Professor, chamado, *Suzane, tragédia e farsa*, de publicação também posterior à reportagem de capa e, finalmente, duas notas que, na seção Datas, cumpriram o último momento de contato entre o caso tratado pela revista e o leitor.

Temos, dessa forma, um roteiro de análise proposto. Primeiramente, o surgimento do caso, depois, o momento pré-julgamento seguido do momento pós-julgamento. É nessa “arquitetura” textual que os sentidos construídos na revista e por ela serão analisados. Agora sim, julgamos importante traçar alguns caminhos metodológicos que perpassam cada um dos capítulos analisados, sem, contudo, perdermos uma ideia tão cara à semiótica: a da relação no “todo de sentido”.

1.3 APLICANDO TEORIA E MÉTODO: “O TODO DE SENTIDO”

A ideia da relação de sentidos no projeto semiótico, do qual também se vale este trabalho, deve ser uma constante busca, uma vez que a semiótica greimasiana é ao mesmo tempo uma teoria da produção e da apreensão de sentidos gerenciados pelas particularidades de cada gênero e de cada uma de suas ocorrências em texto específico. É por essa razão que a semiótica é uma teoria que se refaz continuamente. É por isso também que o projeto de análise semiótica “gera” novas possibilidades na abordagem de cada objeto: o que, no nosso caso, vem a ser a construção na / pela *Veja* da imagem de um sujeito assassino pertencente à classe média-alta de São Paulo. Adotaremos, então, o seguinte procedimento: pontuaremos em cada capítulo as questões mais importantes para as quais a análise se volta, embasadas em alguns aspectos teóricos que serão usados como meios para se chegar a tais propósitos.

Importante é desde já considerarmos a teoria semiótica greimasiana como uma teoria do texto, cujo modelo semiótico não deve se limitar a esquematismos, porque cada texto vai ditar suas próprias leis (SALLY, 2007). Na verdade, o percurso gerativo de sentido serve como um caminho de análise pertinente para a apreensão de sentidos que podem se manifestar ora mais, ora menos superficialmente. É por isso que o percurso gerativo de sentido se apresenta em três níveis de análise que estão hierarquicamente interligados.

Greimas, levando em conta a noção saussuriana de *valor*, estabelece não o signo, mas a significação. À semiótica não interessa propriamente o significado que pode ser obtido por uma paráfrase, mas a arquitetura textual que produz o sentido. Este não

surge de um elemento isolado, mas de uma relação [...] (FIORIN, 2008, p. 122, grifo do autor).

Na semiótica greimasiana, as narrativas devem ser entendidas como uma história em que sujeitos (os destinadores-manipuladores) manipulam outros sujeitos (os destinatários/ manipulados). Estes se deixam manipular ou não, segundo um querer ou um dever, que, às vezes, pode estar pressuposto no texto.

Sabemos que, “para construir o sentido do texto, a semiótica concebe o seu plano do conteúdo sob a forma de um percurso gerativo de sentido”, que vai do mais simples e abstrato ao mais complexo e concreto (BARROS, 1997, p. 8). Assim, procederemos, agora, a uma breve explanação dos três níveis do percurso gerativo de sentido: o nível fundamental, o nível narrativo e o nível discursivo, que, segundo Sally (2007), constituem o simulacro da produção de sentido. Os três níveis serão abordados mais detalhadamente quando da análise da *Reportagem Especial*, no capítulo 3. Lá encontraremos não só questões referentes ao “plano de conteúdo” como também ao “plano de expressão”.

Para termos a ideia da composição do caso, objeto de nosso estudo, como um todo de significação, devemos entender que duas categorias de oposição semânticas mais abstratas “fundamentam” os valores dos sujeitos envolvidos na trama criminosa: Vida vs Morte e mais, especificamente, Humanidade vs Monstrualidade, categoria esta presente também no texto (foto de Suzane) de abertura à *Reportagem Especial*. Tais oposições semânticas adquirem diferentes valores na narrativa, pois a morte dos pais de Suzane, por exemplo, passa a ser um valor positivo para ela, já que significaria a possibilidade da manutenção de um relacionamento que fora proibido pelos pais, Manfred e Marísia. Suzane será sempre o sujeito, ora manipulado, ora manipulador.

No nível narrativo, temos uma história permeada por muitos sujeitos (Suzane, Daniel Cravinhos e Cristian Cravinhos, os pais da moça, os advogados de defesa e os advogados de acusação) que assumem determinados papéis em que se mostram sujeitos manipuladores ou sujeitos manipulados, sujeitos do poder-fazer e do saber-fazer, modalizados ainda por um querer ou por um dever, para realizarem

performances que serão julgadas positivamente ou negativamente, de acordo com o desempenho por eles demonstrado. O percurso gerativo de sentido postula que,

No patamar das estruturas semionarrativas, as categorias semânticas são assumidas como valores por um sujeito na relação com um objeto e com outros sujeitos, o que pode ser observado na construção de programas narrativos que se encontram hierarquizados em sequências, constituindo o esquema narrativo canônico (SALLY, 2007, p. 2).

Isso quer dizer que, no nível narrativo, vamos encontrar as categorias basilares transformadas em valores descritivos, objetos das buscas dos sujeitos e objetos modais, as modalidades, resultantes da transformação das categorias fóricas – em suma, vamos encontrar o agir e o sofrer passional dos sujeitos.

No nível discursivo, em que os sentidos são complexificados e concretizados, temas e figuras⁷ aparecem na superfície textual. Aqui, a história de Suzane é assumida, discursivamente, por um sujeito da enunciação ou enunciador: *Veja* dirige seu enunciado a seu público-leitor, o enunciatário, buscando convencê-lo a acreditar naquilo que diz. No caso Von Richthofen, transparece o tema da violência familiar, do matricídio e do parricídio engendrados por uma jovem da classe média-alta de São Paulo. Tal tema é figurativizado pelo simulacro do sujeito assassino, a própria filha adolescente do casal morto em outubro de 2002 – sujeito ora humanizado como vítima de anti-destinadores, ora monstrualizado como destinador cruel da ação assassina.

São dos domínios do conteúdo, portanto, a categoria semântica fundamental e os valores gerados por ela; a narratividade desenvolvida entre sujeitos narrativos e objetos investidos desses valores; e a colocação em discurso, cuja superfície é formada por percursos figurativos (PIETROFORTE, 2008, p. 107).

Temos, assim, de maneira bem resumida, o encadeamento dos três níveis que “geram o plano de conteúdo” dos textos componentes do *corpus*.

⁷ Para uma melhor compreensão da noção dos *temas* (tematização) e das *figuras* (*figurativização*), procedimentos de concretização dos sentidos, recomendamos o capítulo Semântica Discursiva, do livro *Elementos de Análise do Discurso* (2005), de José Luiz Fiorin. E, ainda, o capítulo Figuratividade e tematização: o efeito de profundidade, do livro *Caminhos da Semiótica literária* (2003), de Denis Bertrand, ambos referidos no final deste trabalho.

Passaremos, a partir do próximo tópico, à exposição dos pontos teóricos relevantes em cada um dos três capítulos bem como dos objetivos específicos pretendidos em cada um deles.

1.4 APLICANDO TEORIA E MÉTODO: “AS PARTES NO TODO”

Trataremos, nesta parte do trabalho, de modo mais sistemático, de alguns pontos teóricos relevantes na composição deste estudo. Acreditamos, assim, que já tendo perpassado “o todo de sentido”, verificaremos agora quais são as partes constituintes do todo.

1.4.1 Simulacros: “o parecer do ser”

No capítulo dois, temos como objetivo principal analisar quais são os simulacros de Suzane, bem como os de *Veja* construídos nas duas primeiras reportagens sobre o caso. Como a semiótica concebe todo texto como objeto de significação e objeto de comunicação (BARROS, 1997), a narração do caso não só significa ou constrói significações, mas também enuncia, sob determinados efeitos de sentido, as imagens de Suzane, as de quem construiu o discurso, no caso *Veja*, e as imagens de quem, como receptor, o leitor, vai apreender os sentidos construídos. Assim, a comunicação entre sujeitos significa mais que uma mera “troca de informações”. Para Landowski (1992, p. 172), a relação entre enunciador / enunciatário, destinador / destinatário é muito mais complexa. Nesse sentido, os sujeitos, em uma determinada situação de comunicação, assumem determinados simulacros para interagirem uns sobre os outros, numa relação intersubjetiva. É por isso que toda comunicação, de acordo com Barros (1995, p. 96), implica a circulação de simulacros. Segundo Landowski (1992), o próprio enunciado e a maneira como o enunciador se inscreve no tempo e no espaço enunciativos contribuem para a construção das “imagens” ou representações que os parceiros enviam um ao outro no ato de comunicação. Assim, os simulacros são representações que o sujeito projeta de si mesmo e do outro e que acabam determinando as relações intersubjetivas. A revista ao construir as imagens de Suzane, constrói também suas próprias imagens que pretendem ser entendidas como verdadeiras pelo leitor ou, se não como verdadeiras, pelo menos como um certo “objeto-de-discurso” adequado

aos seus propósitos.⁸ Segundo Chauí (2006a, p. 14), a produção do simulacro é uma encenação, um espetáculo; a cultura da mídia “[...] está impregnada de seu próprio espetáculo, do fazer-ver e do deixar-se ver”. *Veja* como enunciador faz o leitor ver, faz enxergar a “realidade” por ela construída e ao mesmo tempo deixa-se ser vista como um meio de comunicação poderoso no cenário nacional, portanto, competente para anunciar e enunciar fatos noticiosos.

1.4.2 As paixões: temor e indignação no caso Von Richthofen

Além do percurso gerativo de sentido⁹, que trata das questões relativas à semiótica do fazer, o capítulo 3 discute ainda questões acerca da semiótica do ser: as paixões ou estados de alma. Segundo Nascimento e Abriata (2007, p. 104), primeiramente,

[...] a semiótica greimasiana voltava-se para o nível narrativo do percurso gerativo do sentido cuja dinâmica é a tensão criada pela busca do objeto. Com a semiótica das paixões o foco passa a ser o sujeito: as tensões criadas pela modalização do sujeito de estado.

Pretendemos verificar como o medo sentido e o medo provocado por Suzane vão desencadear ações e reações nela mesma e principalmente, no público-leitor de *Veja*. A revista faz uso desses efeitos de sentido passional toda vez que “humaniza”

⁸ Há aqui uma questão que merece ser pensada à contramão do que sempre se afirma sobre certos discursos: teria o discurso jornalístico a preocupação com a verdade? Parece que não. Nem ele, nem o discurso jurídico. Foi essa a posição que adotamos no Relatório de Qualificação e, ainda, como uma interrogação. Essa posição foi questionada por alguns. Há quem diga que a questão poderia ser resolvida como em “a” e em “b”, a seguir: a) o discurso religioso, sim, tem preocupação com a verdade, mas é sempre com uma certa verdade que interessa ao enunciador. Assim, toda comunicação “[...] consiste na construção e na reconstrução de objetos-de-discurso”, que têm por fim o “efeito de verdade” concebido numa atividade cognitiva e interativa (KOCH, 2005, p. 33) É, por isso, que todo discurso preocupa-se com “o dizer-verdadeiro” e não propriamente com a verdade; b) De certa forma, concordamos com o que está dito em “a” e mesmo adotamos essa posição em nosso trabalho. Entretanto, há que se distinguir, por exemplo, o enunciador do discurso religioso do enunciador do discurso jornalístico: o primeiro destrói o seu discurso e a si mesmo se admite falar em “veridicção”, “objetos-de-discurso” ou “efeito de verdade” e não “na Verdade” de seus dogmas basilares; o segundo já admite relativizar a noção de “verdade”.

⁹ O percurso gerativo de sentido não foi demonstrado em todos os textos que constam do *corpus* desta pesquisa, uma vez que o capítulo 3 propõe uma análise completa dos três patamares da construção da significação do texto. Vamos, à exceção do terceiro capítulo, analisar Suzane como um sujeito em busca de determinados valores investidos em objetos e que assume posições de sujeito manipulador e de sujeito manipulado, evidenciando, dessa forma, um “movimento actancial” na narrativa.

ou que “monstrualiza” as ações praticadas por esse sujeito, ou seja, toda vez que constrói simulacros, como colocamos na hipótese central de nosso trabalho. Vejamos o que diz Fiorin (2007, p. 5) sobre as paixões simples e complexas:

As paixões podem ser simples ou complexas. Aquelas são resultantes de uma única modalização do sujeito. A cobiça, por exemplo, define-se por um querer ser. Esse estado passional não exige nenhum percurso modal anterior. Já as complexas são as que resultam do encadeamento de vários percursos, como a raiva ou a resignação.

Segundo o autor, a paixão do arrependimento aponta para o passado, assim como o remorso e o lamento. Já o medo é uma paixão que aponta para o futuro, como o temor. Suzane mostra-se arrependida do que fez e por isso sente medo. As ações passadas (o crime) são motivo de arrependimento e a possibilidade de perder a sua liberdade para o resto da vida é o motivo principal de seu medo. Não podemos deixar de considerar que, entre o crime cometido e o dia do julgamento oficial, Suzane é o sujeito esperançoso “aquele que crê poder estar em conjunção com o objeto do desejo”: a sua liberdade (CORTINA, 2004). Vamos mostrar, por meio dos percursos narrativos de Suzane, ora manipulada, ora manipuladora, ou seja, assumindo diferentes papéis actanciais, que ao mesmo tempo em que Suzane está atemorizada, o leitor sente-se indignado com o caso, revoltado com a barbaridade do crime e ameaçado não por ela, exatamente, mas pela possibilidade da manifestação da violência na classe média-alta, por meio de um crime familiar, cujo responsável pode ser a filha de qualquer um dos leitores. Assim, temos o que Chauí (2006a) considera como alteração do sentido do medo na sociedade moderna. Nessa sociedade, as paixões são universalizadas, os vícios e as virtudes também, “[...] resultando na afirmação de que, por natureza, todos os homens estão sujeitos ao medo” (CHAUI, 2006a, p. 88). Entretanto, surge um tipo de medo fundamental: o medo do homem. Chauí (2006a, p. 91) provoca a seguinte reflexão:

O que muda com o advento da sociedade moderna? Agora, porque o social, o político e a história são percebidos como obras dos próprios homens, verifica-se também que as relações sociais não foram ordenadas por Deus ou pelo diabo (não nos esqueçamos de que, para Santo Agostinho, a comunidade dos Justos – a Igreja ou Cidade de Deus – é ordenada por Deus, porém a comunidade dos Injustos –

ou cidade dos Homens – é ordenada pelo diabo, pelo pecado, obra dos descendentes de Caim) [...]. Assim, ao lado do medo de Deus e do diabo (pois a sociedade moderna é cristã) e do medo da natureza, os homens passam a ter um medo fundamental: temem uns aos outros enquanto seres humanos.

Teremos mais efetivamente a construção da paixão da indignação nos três textos das cartas dos leitores, analisados no capítulo 4. Temos nessas cartas, então, um leitor que pode se sentir “injustiçado”, caso não haja aplicação de uma sanção pragmática aos atos de Suzane. E *Veja* parece bem promover tal estado de alma no leitor na medida em que traz o simulacro da voz de Suzane na capa do dia 12 de abril de 2006 (*Reportagem Especial*). *Quero minha vida de volta*: é essa a reprodução, em discurso direto, da voz de Suzane em chamada da reportagem citada. Fazendo com que um sujeito assassino queira estar em conjunção com a vida, depois de ter sido realizada uma performance de execução da vida de seus próprios pais, o estado de alma esperado pelo enunciador, como produtor do discurso, em seu enunciatário é o da indignação. A *Reportagem Especial* tematiza o horror da violência, da crueldade, da perversidade com que uma adolescente se comporta e age para atingir seus objetivos. Esse texto, analisado detalhadamente, no capítulo 3, é composto por figuras que vão, ainda mais, concretizar o tema acima descrito. Tais figuras são bem evidentes quando da reconstituição do crime da noite do dia 31 de outubro de 2002. Os detalhes da cena criam uma esfera de incredulidade e horror para o leitor cuja reação é o medo do homem, como argumenta Chauí (2006a), e a indignação.

1.4.3 Sincretismo: as linguagens na construção do texto

Outro conceito importante, tratado no capítulo 3, é o do chamado texto sincrético. Em nosso estudo, temos ainda por objetivo analisar a foto de Suzane Von Richthofen, que aparece na abertura da *Reportagem Especial*, um texto em que várias linguagens são manifestadas, a linguagem verbal e a não verbal, compondo assim, um sincretismo de linguagens ou um texto sincrético. Para isso, compartilhamos o ponto de vista de Ramos (2007, p. 4) que diz:

[...] será contemplado o que propõe a teoria semiótica quanto ao texto sincrético: serão consideradas para estudo as linguagens de manifestação sincréticas – no caso, a verbal e a visual, num todo de significação.

Devemos, então, entender que a foto em que Suzane aparece é um texto, um objeto semiótico, ou ainda “uma semiótica manifestada topologicamente” (PIETROFORTE, 2008, p. 106), cuja “materialidade” também tem a sua significação. Nessa análise, o plano de conteúdo e o plano de expressão vão compor “um todo de sentido”. Para Pietroforte (2004, p. 11):

O texto pode ser definido como uma relação entre um plano de expressão e um plano de conteúdo. O plano de conteúdo refere-se ao significado do texto, ou seja, como se costuma dizer em semiótica, ao que o texto diz e como ele faz para dizer o que diz. O plano de expressão refere-se à manifestação desse conteúdo em um sistema de significação verbal, não-verbal ou sincrético. [...] Isso quer dizer que um mesmo conteúdo pode ser expresso por meio de planos de expressão de ordens diferentes, ou seja, pode-se manifestar em um plano de expressão de ordem verbal, não-verbal ou sincrético. O conteúdo que se manifesta no sistema verbal em um romance, por exemplo, pode ser adaptado para o cinema em um plano de expressão sincrético, ou inspirar uma sinfonia ou uma tela em planos de expressão não-verbais.

E para os textos jornalísticos, como as matérias que constam do *corpus*, não há economia dos textos visuais diante dos verbais. Pelo contrário, as fotos dos sujeitos envolvidos no caso e, principalmente, as fotos de Suzane em *Veja* são valorizadas o tempo todo na revista. Nesse mesmo objeto semiótico (a foto que ocupa duas páginas em *Veja*), relações entre o plano de expressão e o plano de conteúdo serão estabelecidas, formando, assim, uma relação semi-simbólica. Isso quer dizer que “[...] haverá relação semi-simbólica quando uma categoria do significante (expressão) se relacionar, por homologação, com outra do significado (conteúdo)” (RAMOS, 2007, p. 8). O sentido se dá por inter-relações entre as categorias dos dois planos. Para o semi-simbolismo proposto, apoiamos-nos nas teorias de Greimas e Floch que discorrem sobre os chamados *formantes plásticos*. Os trabalhos desses autores, segundo Hernandez (2001), dividem os formantes plásticos em três categorias que são ligadas à posição (categoria topológica), à forma (categoria eidética) e às cores (categoria cromática). Para nossa análise,

consideraremos a última categoria: a cromática, pois é ela que se manifesta efetivamente na composição da foto, estabelecendo “sentidos” entre o que o texto diz e como o texto faz para manifestar aquilo que diz.

1.4.4 O *ethos* discursivo: a representação dos modos de dizer

O capítulo 4 integra a análise de três matérias: a análise de três cartas dos leitores, a do suplemento *Veja* na Sala de Aula e a das duas últimas notas sobre o caso.

A noção de *ethos* discursivo será discutida quando da análise das três cartas dos leitores, de um total de 14, publicadas na revista *Veja* na semana posterior à *Reportagem Especial*. Julgamos pertinente a escolha de apenas três das 14 cartas apresentadas, porque cada uma delas contempla um determinado perfil de leitor. Após criteriosa leitura e análise de todas as correspondências, verificamos que o comportamento do leitor se manifesta sob três diferentes modos. Dentre as cartas publicadas, escolhemos aquelas que mais caracterizavam o perfil de um leitor que: 1) manifestava um agradecimento ou elogio à revista por ter ela publicado uma *Reportagem Especial* sobre Suzane; 2) demonstrava sentimentos hostis, vingativos em relação à Suzane e, por fim; 3) assumia um tom de voz que “clamava por justiça” e, portanto, dando a entender que a pena atribuída à jovem seria um acerto de contas da sociedade para com ela.

Nesse capítulo, trataremos do *ethos* discursivo que vai ao encontro da questão dos simulacros por também ativar representações em todo ato de enunciação. Consideramos, então, em cada uma das cartas, a manifestação de um determinado perfil de leitor que se estabelece por meio de seu modo de dizer que está diretamente ligado ao seu modo de ser, de agir no mundo, de compartilhar de determinados pontos de vista e de negar outros. Maingueneau (2008) aponta para o fato de a noção do *ethos* discursivo ser ainda muito intuitiva. Entretanto, o *ethos* é:

[...] uma noção *discursiva*, ele se constrói através do discurso, não é uma “imagem” do locutor exterior a sua fala; o *ethos* é fundamentalmente um processo *interativo* de influência sobre o

outro; é uma noção fundamentalmente *híbrida* (sócio-discursiva), um comportamento socialmente avaliado, que não pode ser apreendido fora de uma situação de comunicação precisa, integrada ela mesma numa determinada conjuntura sócio-histórica (MAINGUENEAU, 2008, p. 17, grifo do autor).

Ao analisarmos as três cartas dos leitores, procuraremos avaliar o que seus enunciadores deixam transparecer, por meio daquilo que é dito: o modo como agem e como pensam. Marcas de sua personalidade (a do leitor avaliador, enunciador da carta) são reveladas e com isso *Veja* lucra com o posicionamento de seus co-enunciadores, sujeitos do mundo que aderem a uma certa posição discursiva assumida primeiramente pela revista. Interessa-nos demonstrar que cada maneira de dizer corresponderá a uma certa maneira de ser do sujeito. A apreensão de determinados traços do sujeito do discurso, o leitor, agora como enunciador das cartas, é identificado como alguém que incorpora certo modo de ver o mundo. Verificaremos ainda em que medida o modo de dizer de *Veja* contribuiu ou favoreceu o modo de dizer de seus leitores. Para Cavalcanti (2008, p. 183),

[...] uma análise que procure traços da instância enunciativa em termos de *ethos* mostra-se interessante para problematizar diversos aspectos ligados ao campo do jornalismo, tais como sua suposta neutralidade ou os modos como exerce seu poder de influência sobre a opinião pública.

Os dois últimos textos analisados têm por objetivo mostrar a construção dos simulacros de Suzane e da *Veja* em um momento pós-*Reportagem Especial*: o primeiro texto diz respeito ao desdobramento do caso no campo pedagógico e o segundo, ao fechamento ou conclusão do caso para a revista. São essas as três últimas publicações sobre o fato. Portanto, verificaremos se a revista mantém ou não a construção desses simulacros sob determinados efeitos de sentido desde o “aparecimento do caso” ou se *Veja* muda de posição discursiva ao longo do tempo.

2 O APARECIMENTO DO CASO VON RICHTHOFEN – O CRIME QUE CHOCOU O PAÍS E QUE ABALOU A CLASSE MÉDIA

Eis a fórmula de meus filmes: uma história de amor, três cenas de horror apenas sugerido e uma de violência explícita (VAL LEWTON apud NAZÁRIO, 1998, p. 227).

Este capítulo dedica-se a analisar a primeira e a segunda reportagens da revista *Veja*, sobre o caso Von Richthofen, publicadas nos dias 13 e 20 de novembro de 2002, respectivamente. A primeira reportagem chama-se *Ela matou os próprios pais* e a segunda, *Pareciam tão normais* (ANEXOS A-B).

Vale destacar que as fotos e as legendas que compõem o “todo de sentido” dos textos de ambas as reportagens serão desconsideradas em um primeiro momento, para as primeiras construções dos simulacros dos sujeitos envolvidos no crime.

2.1 ANÁLISE DA 1ª REPORTAGEM DO CASO RICHTHOFEN NA REVISTA VEJA

Poder-se-ia estranhar, inicialmente que, mesmo sendo uma notícia daquelas que chamam a atenção do público pela comoção social que causa, o caso não tenha sido considerado importante para a revista, na primeira publicação, e merecedor de uma reportagem de capa, o que lhe daria maior destaque editorial e, conseqüentemente, maior valorização. Poder-se-ia entender que *Veja* apenas dedica uma “chamada” (em amarelo) no canto esquerdo da capa e qualifica o fato como um “crime” (em vermelho) para depois apresentar, brevemente, o acontecido,

dadas as coerções do espaço em que a informação se apresenta: “A filha que matou os pais” (em preto). Entretanto, esse estranhamento e essa leitura poderiam ser, quando muito, o efeito de sentido construído por *Veja* agindo sobre quem menos se concebe como presa fácil: o analista. Isso porque essa leitura daria a entender o enunciador de *Veja* como uma instância pouco hábil para os cálculos de gerenciamento de seu espaço, no que diz respeito ao descarte e ao acolhimento do que lhe pode render visibilidade sob diversos pontos de vista. Portanto, o que se constrói, nessa capa, é parte de um plano, de uma construção maior, para explorar um fato passado e que foi noticiado exaustivamente por várias mídias e no qual *Veja* ainda vê possibilidade de sobrevida futura, por causa do julgamento previsto que faria retornar o caso com toda sua dramaticidade. Assim, o pequeno espaço dado ao caso, na capa, por meio da chamada, pode não indicar importância pequena, como defende Hernandez (2006), mas uma forma de lhe dar importância em grau conveniente para uma re-encenação da tragédia.

Veja resolve colocar na capa, uma célula do que vai retomar e reconstruir ao seu modo, revelando sua competência cognitiva e pragmática na apresentação de uma tragédia. A disposição pelo re-contar ou re-dizer a história já pressupõe que o encarregado dessa empreitada possui um saber maior sobre o que se vai recontar: *Veja* se coloca como quem sabe mais do que já se sabe. Vejamos a capa da 1ª publicação sobre o caso (FIGURA 1).



FIGURA

novembro de 2002.

13

O texto da chamada é uma narrativa em *ultimas res*¹⁰, aquela que começa pelo fim. Ela sumariza o caso a ser re-produzido. Decide-se compor a chamada com

¹⁰ A expressão "*ultimas res*" pertence a Gérard Genette. Na sua obra *Discurso da Narrativa: ensaios de método*, ele fala da narrativa em *ultimas res*, ou seja, aquela que começa pelo final (GENETTE, 1979).

as categorias básicas, vida vs morte, com sua orientação tímica forte criando tensão, um mínimo de concretização narrativa dessas categorias basilares e um mínimo de discursivização, com figurativização parcial ou mitigada, propositalmente.

Uma semente basilar do desenvolvimento narrativo de uma tragédia ganha certa evidência e importância, graças, também, ao plano de expressão. O texto da chamada, apresentando esses ingredientes da tragédia, aparece realçado por cores quentes (vermelho, amarelo) e preto – bem ao gosto dos efeitos expressionistas¹¹ e simula surgir do fundo azulado do espaço esquerdo da página e ganhar o primeiro plano de um azul distinto, que fala de vida e de ajuda. Isso porque a chamada está sobreposta ao canto do primeiro plano, ainda distante do centro, mas já ganhando visibilidade.

A composição cromática desses tons chama a atenção do leitor para o fato e chega a causar um certo contraste com aquilo que é, de fato, privilegiado na capa dessa semana: uma capa, predominantemente, em tons azul e pastel, que tem por título: *Auto-ajuda que funciona* e como informação complementar ou subtítulo: *O que dizem os mais respeitados autores que ensinam você a ter sucesso e viver melhor*. Assim, cores quentes e frias se contrastam na capa que publicou a primeira reportagem sobre o caso. Um assunto “pesado” e “difícil de digerir” estabelece uma relação de oposição com a “leveza” sugerida pelas cores e pelos tons da capa de número 1.777. Ao observarmos o projeto gráfico da primeira capa que trata do caso, somos induzidos a admitir, por força de nossos esquemas de mundo, que nela o crime ocorrido não foi tema merecedor de ter uma “chamada”, ou seja, o fato não foi escolhido para ser o mais importante da edição, mas, por um olhar mais demorado, percebemos que isso foi propositalmente construído – na medida em que a intenção é criar um suspense para a retomada do caso, gerenciando informação. Não se pode afirmar que a instância enunciadora de *Veja* tenha um olho míope para o potencial futuro do caso e que, por isso, não lhe deu espaço maior na capa.

¹¹ O termo expressionista diz respeito a obras que apresentam acentuada valorização da sensibilidade em detrimento da racionalidade. A pintura manifestou-se fortemente na arte expressionista. A composição de cores vibrantes e concentradas – a partir de cores primárias, tais como: azul, vermelho e amarelo – tem valor autônomo nas artes plásticas. Para melhor apreensão desses conceitos estéticos, recomendamos o livro *Alquimia do Verbo e das Tintas nas Poéticas de Vanguarda* (1991), de Maria Adélia Menegazzo, cuja referência encontra-se ao final deste trabalho.

Feitas essas considerações sobre a chamada, adentraremos as páginas da edição de número 1.777. O título da reportagem, nas páginas 108 e 109, *Ela matou os próprios pais*, apresenta de cara um sujeito (ela) que realiza uma performance de assassinato contra outros sujeitos (os próprios pais). Essa reportagem estrutura-se de modo bem interessante, começando pelo título. É inegável que o título de um texto particulariza, direciona, delimita ou singulariza o assunto tratado. Melhor ainda se o título consegue despertar o “querer-saber”, a curiosidade de quem com ele dialogar, do leitor mais especificamente – tanto daquele que já sabe um pouco do assunto, quanto daquele que ainda não sabe. E *Veja* não se priva de fazer um uso de referência que, ao mesmo tempo, desperta o querer-saber mais sobre o assunto e retarda a realização desse desejo do leitor. É uma referência à prestação. O nome de qualquer texto já serve de elemento catafórico¹², pois ele oferece uma informação “parcial” que será retomada mais adiante, ou seja, é fazendo a leitura integral ou “passeando pelo texto” que se torna possível estabelecer as relações de sentido entre o título e o assunto discorrido. *Veja* vai ainda mais longe. Além de construir um título impactante por natureza (*Ela matou os próprios pais*), o que gera curiosidade, o uso do pronome de terceira pessoa “ela” só será referenciado após a busca de mais informações, garantindo, assim, a manutenção da dramaticidade já construída no nome da reportagem, não só pelo uso do pronome pessoal feminino, mas também pelo uso do pronome de valor possessivo “próprios”. Afinal, segundo nossos esquemas de mundo, matar os próprios pais é muito mais chocante e gera mais tensão do que matar os pais de outrem. Segundo Guimarães (2004), o título tem valor não só chamativo, mas também persuasivo.

Passemos à análise do subtítulo: *Adolescente ajuda namorado a roubar e assassinar o pai e a mãe no quarto em que dormiam*. Seguindo o que *Veja* nos propõe como leitura, analisaremos o subtítulo da reportagem, que também acaba por estabelecer sentidos entre o título e o assunto propriamente dito.

¹² A catafóra e a anáfora dizem respeito à coesão textual, mais particularmente, à coesão referencial. Anáfora e catafóra integram o processo denominado diafórico. Ambas as expressões representam movimentos de remissão do texto. Quando a remissão é feita para frente, no caso do título em relação ao texto propriamente, chama-se catafóra. Quando a remissão é feita para trás, no caso do subtítulo em relação ao título, chama-se anáfora. Isso é o que Koch (1989 apud BENTES, 2001, p. 278) chama de coesão referencial “[...] aquela em que um componente da superfície do texto faz remissão a outro (s) elemento (s) do universo textual”.

Segundo Guimarães (2004, p. 51),

Os subtítulos desempenham um papel análogo ao dos títulos, realçando os elementos de significação do texto e, principalmente, facilitando a retenção do conteúdo, tal como acontece, por exemplo, no texto de natureza didática.

O processamento do discurso é um processamento estratégico. Sob esse ponto de vista, as marcas linguísticas dos enunciados remetem a construções que se constituem não como meros referentes, mas como objetos-de-discurso. De acordo com Koch (2005, p. 33-34):

[...] Os objetos-de-discurso não se confundem com a realidade extralinguística, mas (re) constroem-na no próprio processo de interação: a realidade é construída, mantida e alterada não apenas pela forma como nomeamos o mundo, mas, acima de tudo, pela forma como sociocognitivamente, interagimos com ele. Interpretamos e construímos nosso mundo com o entorno físico, social e cultural.

Nesse sentido, *Veja* estabelece uma ligação clara entre os dois elementos introdutórios da reportagem (o título e o subtítulo, este também conhecido por “olho da notícia” ou da reportagem, já que ele “abre” o fato noticioso com informações básicas e sintetizadas). Tanto um como outro trazem na “chamada” a performance do sujeito, o que bem caracteriza as manchetes dos textos de gênero jornalístico. Nessa performance, tem-se a ação principal praticada pelos sujeitos e conseqüentemente, é por meio dela que se revela a competência deles para praticá-la. Portanto, Suzane é apresentada como o sujeito que tem o poder-fazer e o saber-fazer já valorizado no título e no subtítulo da reportagem. Ainda no subtítulo, não temos o nome de quem cometeu o crime mencionado, ou seja, não sabemos quem, exatamente, é o assassino da história ou o sujeito performador da ação criminosa. Contudo, o “ela” do título é retomado, anaforicamente¹³, pelo nome “adolescente”, oferecendo ao leitor uma informação a mais sobre o simulacro do sujeito assassino. Então, temos agora duas informações acerca dele: trata-se de uma pessoa do sexo feminino e, além disso, temos a informação em relação à sua faixa etária, uma jovem, adolescente. O uso da palavra “adolescente” descreve nominalmente o

¹³ A noção de anáfora já foi explicitada na nota anterior, a nota que consta da informação acerca da catáfora.

assassino. É importante salientar que o texto ao construir uma remissão desse tipo (a remissão por meio de formas nominais), promove também a chamada “progressão textual” – mas de maneira a causar o efeito de sentido de suspense, apresentando informações à prestação, para fazer o leitor querer-saber mais.

O texto então caminha, movimenta-se o tempo todo, num “vaivém”, formando uma rede de relações que representa “o todo de sentido”, uma unidade. Trata-se de um jogo bem equilibrado entre informações novas, adicionais e informações dadas, retomadas. “É a rede de relações estabelecida nesse movimento dúplice que permitirá captar o sentido do texto, e distinguir suas unidades constitutivas” (GUIMARÃES, 2004, p. 22). Para o leitor que já tomou conhecimento do fato, na época do crime, o efeito não é menor, pois, no caso, ele é levado a movimentar-se entre as informações de *Veja* e aquelas providenciadas pela sua memória discursiva.

Passemos agora, do título e do subtítulo às informações contidas nessa primeira reportagem e à construção de sentidos gerenciados pela revista em questão.

Tal reportagem tem a sua importância na medida em que o crime se dá a conhecer não só para os leitores de *Veja*, especificamente, mas também para todos os brasileiros uma vez que tal fato repercutiu amplamente nos quatro cantos do país, em todos os meios de comunicação (meios esses televisivos e impressos). Trata-se de uma reportagem que anuncia um crime de parricídio e matricídio, tendo como performance principal a morte dos pais de uma jovem de classe média-alta de São Paulo, cuja autoria recai sobre Suzane Von Richthofen, a própria filha do casal; Daniel Cravinhos, o então namorado da jovem; e Cristian Cravinhos, irmão de Daniel. Essa é uma reportagem realizada por *Veja*, considerada, conforme a quantidade de seu público-leitor (são cinco milhões de leitores no Brasil, segundo informações do site da editora Abril, números que garantem a ela a posição de quarta maior publicação do gênero “revista semanal de informação” no mundo e a maior no Brasil), um verdadeiro fenômeno comunicativo e, portanto, uma forte “formadora” de opinião, que “glamouriza” um crime.

Desde as primeiras informações, a revista apresenta, como enunciadora do caso, a construção de um texto que desperta ou provoca certas paixões em seu público-leitor (enunciatário) ao dizer que o casal foi morto “a golpes de barras de ferro” – e *Veja* reforça essa construção quando diz que “os detalhes do crime, revelado nas confissões dos assassinos, causam horror e incredulidade”. Ou seja, tem-se a construção do simulacro de um leitor (enunciatário) que, diante do crime, pode ver-se horrorizado e incrédulo. Por mais que a história pareça mentira, dada a ação cometida por uma jovem adolescente de apenas 19 anos de tirar a vida de seus próprios pais, a revista vem e cumpre o seu papel discursivo de torná-la verdadeira ao leitor, criando uma “realidade” possível, pois *Veja* se constrói como um sujeito que “tudo sabe” e, por isso, “tudo pode contar”. Segundo Hernandez (2006, p. 47), “Os meios de comunicação buscam maneiras de atrair e de manter a atenção do público-leitor para o consumo das unidades noticiosas, garantindo, assim, a sobrevivência do seu negócio”.

Veja não conta ao seu leitor mais um crime de assassinato. Crimes como o da jovem Suzane acontecem frequentemente no país, portanto, a revista escolhe o fato e (re) cria a “realidade” do caso, privilegiando elementos do texto que confirmam que o crime chegou até a classe-média, ou seja, a atrocidade e o absurdo da violência não só fazem parte da vida dos menos privilegiados socialmente, mas também daqueles que estão socialmente bem favorecidos como é o caso de Suzane – descrita pela revista como uma jovem, que estudou em uma escola de elite e cursava o primeiro ano de direito na Pontifícia Universidade Católica. A moça ainda tinha o seu próprio carro, uma mesada generosa e férias na Europa, bens proporcionados pelos pais. Portanto, *Veja* cria o “efeito de novidade” para o caso, atraindo para ele a atenção de seu leitor que, como sujeito desprovido de um saber, é agora mobilizado a reparar essa falta. Em outras palavras, é *Veja* quem, como sujeito destinador, doa um saber ou um saber ainda mais completo, satisfazendo o leitor em sua curiosidade despertada pelo querer-saber mais e mais, gerado por ela própria.

A atenção se relaciona ao desencadeamento de certas formas de curiosidade. Ao ter o interesse despertado, o sujeito passa a sentir uma falta, viver até mesmo uma insatisfação por não ter um saber.

Obter o saber por meio da unidade noticiosa é o valor que passa a almejar. A passagem do não-saber para o saber dá prazer ao sujeito, é uma de suas recompensas (HERNANDES, 2006, p. 48).

Paralelamente a essas informações, a revista também constrói o simulacro de valor negativo de Suzane, qualificando-a como uma jovem que apresenta “desvio de comportamento” e que “massacrou” os próprios pais. Isso quer dizer que *Veja* já tendo apresentado um sujeito do fazer e sua performance, desde a chamada da capa até o olho do texto da reportagem, de maneira sumária, trata de colocar em cena, de maneira mais exaustiva, questões sobre a identidade desse sujeito. Por um lado, questões sobre o seu ser, sua existência modal enquanto sujeito de estado, o que tem a ver com sua relação com os valores: “Que desvio de comportamento pode explicar a atitude da jovem que participou do massacre dos próprios pais?”. Por outro lado, questões sobre o seu fazer, suas competências modais. Assim, *Veja* encena como que uma especulação sobre a índole ou as razões que teriam levado o sujeito a fazer o que fez. Nesse trecho, *Veja* interpela o leitor a com ela pensar. Além disso, o efeito de objetividade do texto, que é predominante, oscila nesse momento, para um certo grau de envolvimento (subjetividade) do enunciador com o que está sendo enunciado. É como se a voz da revista se manifestasse mais claramente. Trata-se de um recurso persuasivo na medida em que “puxa” o leitor a participar do texto, fazendo-o pensar em uma possível explicação ou justificativa para o crime cometido. É o efeito de sentido do diálogo vivo que se instaura entre enunciador e enunciatário.

Há, nesse texto, primeiramente, um desenvolvimento narrativo da performance anunciada antes, uma descrição bem detalhada do modo como os pais de Suzane foram mortos no dia do crime o que tem a ver com a apresentação das competências modais dos sujeitos performadores. Tal passagem merece ser reproduzida por apresentar, inicialmente, o saber-fazer dos sujeitos que tomaram partido na ação criminosa e depois veremos como tal saber é relativizado no próprio texto:

Acompanhada de Daniel e Cristian, Suzane estacionou seu carro na garagem de casa e foi verificar se os pais estavam dormindo. Desligou, então, o sistema de alarme e acendeu a luz do corredor, para facilitar o

acesso ao casal. Ela ainda pegou luvas cirúrgicas que pertenciam à mãe e as meias femininas com as quais os assassinos cobriram o rosto. Daniel matou o pai da namorada. Seu irmão, a mãe, que ainda tentou defender-se e teve as mãos fraturadas com os golpes. Cristian terminou por matá-la por estrangulamento. Enquanto os pais eram mortos, Suzane se apropriava do dinheiro guardado na biblioteca – 5.000 dólares e 8.000 reais. Após o crime, ela e o namorado foram a um motel, numa tentativa de forjar um álibi. Depois foram buscar o irmão dela, Andreas, de 15 anos, que estava numa casa de jogos eletrônicos. Ao chegar em casa, ela simulou o choque com a morte dos pais e chamou a polícia. A farsa ficou evidente a partir de contradições em que caíram os suspeitos. A convicção se reforçou quando a polícia descobriu que o irmão do namorado da moça, Cristian, pagou em dólares por uma motocicleta, apenas dez horas após o crime.

Suzane é apresentada como um sujeito do saber-fazer pleno, criterioso, premeditado e mesmo profissional, por meio das seguintes ações: consentimento do crime; sondagem do terreno; garantia da segurança dos executores do crime; facilitação do acesso dos mesmos ao local do ato; fornecimento do material de camuflagem dos executores; roubo dos pais; forjamento de álibi. Notamos que Suzane, em relação aos irmãos Cravinhos, é apresentada como arquiteta ou mentora do crime. O saber dos executores em relação ao dela é relativizado, na medida em que o saber-fazer deles é pontual, relativo ao ato criminoso em si e, o dela, recobre o ato, no seu antes, durante e depois. Ao mesmo tempo em que a revista conta o saber-fazer de Suzane, Daniel e Cristian Cravinhos, que juntos concluíram “um plano de morte” do casal Richthofen, *Veja* também constrói o simulacro de um sujeito que sabe e pode contar, já que se apresenta como quem tem acesso quase onisciente a detalhes do crime e, como veículo de informação de circulação nacional, cumpre esse papel, “ficcionalizando” a história que vai sendo construída. Isso confere ao texto credibilidade, como se *Veja*, retomando o caso, conhecido dela e do público, estivesse passando-o a limpo, numa nova versão.

No que diz respeito à competência para forjar um álibi, Suzane e seus comparsas têm o saber-fazer relativizado no texto, porque “arquitetam” a performance de camuflagem do ato criminoso, para a conclusão de seus objetivos, mas não são bem-sucedidos nisso. Tudo parecia dar certo, mas não deu. *Veja* quer que o leitor conclua que Suzane, além de fria e cruel, não é um sujeito tão

competente assim. Aí, ela é sancionada pela revista como um sujeito farsante e um sujeito “simulador” que chega até mesmo a simular o choque com a morte de seus pais.

Neste momento da narrativa, é importante identificar o papel que os pais desempenham na história contada. Trata-se de sujeitos da história, que tiveram a disjunção com objeto-valor vida pelo fato de exercerem o papel de anti-sujeitos em relação ao relacionamento amoroso de Suzane e Daniel. *Veja* assume, desde então, o papel de juiz do caso e sanciona, pune o sujeito que infringiu dois dos preceitos morais cristãos, tão valorizados em nossa sociedade ocidental: o “não matarás” e o “honrarás pai e mãe”. Esse parece ser mais um indício do porquê de essa história despertar tanta comoção e curiosidade – tanto derramamento emotivo quanto interesse cognitivo. A força discursiva de *Veja* pode estar relacionada a essa construção de uma história composta por “personagens da vida real” sobre um tema permeado por conflitos, paixões e manipulações. É uma história de um tema familiar e afetivo, o que acaba por aproximar o leitor do universo narrativo do texto, provocando-o a refletir sobre determinados comportamentos humanos, tais como: o parricídio, o latrocínio, a traição, a ambição, a frieza, o desprendimento familiar, entre outros.

Dissemos, acima, que a definição da identidade do sujeito é resultante do quadro das modalidades existenciais e das modalidades do fazer que o estruturam. Como vimos, até esse momento, *Veja* empenha-se em culpabilizar Suzane, pela apresentação dela como um sujeito do saber-fazer frio e cruel. Mas *Veja* não deixa de oferecer ao leitor um quadro de Suzane enquanto sujeito de estado, isto é, enquanto sujeito na relação com valores. Nisso também a revista comporta-se como uma instância jurídica, quando, nos julgamentos, coloca a questão da “imputabilidade” ou “inimputabilidade”¹⁴ do sujeito capaz de responder por seus atos ou à averiguação das razões mais profundas de seus atos. Como *Veja* faz isto?

Veja apresenta um simulacro do sujeito Suzane em relação aos seus

¹⁴ Segundo Cunha (2007, p. 114), imputabilidade é o “[...] ato ou efeito de imputar, que é atribuir uma qualidade a alguma coisa, ou associar alguém a determinado fato; atribuição, a alguém, da prática de um delito. Inimputabilidade é ausência de imputabilidade, de que resulta a impossibilidade de responsabilização penal”. Ambos os termos são jurídicos.

destinadores, aqueles compreendidos como os donos dos valores, entre os quais ela se debate para se constituir: os pais, os bons destinadores de valores sociais reconhecidos; e os irmãos Cravinhos, os maus destinadores de valores marginais, socialmente condenados. Poderíamos mencionar, ainda, a adolescência como um terceiro destinador que coloca problemas para a definição do sujeito na relação com os valores – mas *Veja* apenas denomina Suzane, desde a manchete, como adolescente. O interesse de *Veja* vai na direção da culpabilização da autora da tragédia e não na direção da problematização da sua constituição como sujeito, de seu ato ou da apresentação de atenuantes.

Veja diz que o envolvimento do casal Suzane e Daniel com o mundo das drogas, fator de desconfiança para os pais de Suzane, teria sido um dos motivos da proibição do namoro. Percebe-se, então, que Suzane passa a compartilhar de outros valores em sua vida. A moça deixa de ter os pais como destinador-manipulador único, que lhe asseguravam uma condição social privilegiada e passa a ter, também, outro destinador-manipulador, seu namorado Daniel Cravinhos com quem passava boa parte do dia em lugar de ir à faculdade, segundo informações da própria revista. “A garota chegava à casa do namorado por volta das 7h30 da manhã e só saía à noite”. Os valores comunicados pelos pais seriam, portanto, considerados prescindíveis e impraticáveis, enquanto aqueles comunicados pelos Cravinhos seriam tomados como imprescindíveis e mesmo necessários? *Veja* não parece enfatizar isso na montagem da narrativa do crime, pois se o fizesse, tenderia a argumentar na direção da culpabilização do destinador-manipulador e não do sujeito Suzane. Se assim o fizesse, caminharia, também, na direção da construção de outro simulacro dela, o de um sujeito humanizado, perdido, vítima, o que parece não lhe interessar muito, pois, quando assim o faz, é sempre demonstrando sutileza em seu discurso. Assim, *Veja* não diz, mas “sugere” que Suzane seja culpada.

Vale chamar atenção para o fato de que a revista contrapõe a condição social de Suzane com a do namorado Daniel. E “vê” o envolvimento da moça com o rapaz como uma das causas do “crime odioso”. Notemos bem: uma das causas – isso porque menciona duas. Observemos o trecho: “O que transformou uma banal desavença familiar num crime odioso foram a vida dupla de Suzane e seu

envolvimento com o mundo de delitos e drogas dos irmãos Daniel e Cristian”. Percebemos, claramente, que no texto de *Veja* Suzane tem seu estado transformado pela mudança de destinador e pela vida dupla, a dependência de mais de um destinador e, conseqüentemente, uma não-disjunção / não-conjunção com valores propostos por eles. *Veja*, entretanto, parece desfocar a questão da “vida dupla” da adolescente, o que coloca problemas de constituição do sujeito, para insistir na questão da troca incompreensível de um destinador do bem por um do mal, como forma de explicar o crime. Segundo *Veja*, a situação de Suzane é socialmente favorável e equilibrada antes de se envolver com Daniel “que não trabalhava nem estudava”. Depois a jovem tem sua vida transformada, virada de cabeça para baixo. Tal oposição é bem explicitada no seguinte trecho:

O mundo de Cristian e Daniel era bem diferente do de Suzane. Eles são de uma família de classe média baixa. O pai é funcionário público aposentado e a mãe ajudava no orçamento dando aulas de pintura. Moram num pequeno sobrado numa vila num bairro da Zona Sul de São Paulo, onde Cristian e Daniel são vistos como jovens problemáticos. Os vizinhos contam que desde a adolescência os irmãos consomem drogas e estão envolvidos com o tráfico. Apesar de não trabalharem, Cristian e Daniel têm carros novos e usavam roupas de grife. Há alguns meses, para escapar de traficantes que o ameaçaram de morte, Cristian mudou-se para a casa da avó, em outro bairro. Daniel teve problemas de aprendizado na infância, largou cedo os estudos e não é capaz de pronunciar certos sons. Sua única habilidade é o aeromodelismo.

Por essa passagem, não é difícil notar que a condição social de Daniel é revelada em detalhes pela revista. *Veja* constrói um simulacro de um rapaz “problemático”, cuja única habilidade é a confecção de seus aeromodelos. Valores sociais são postos em contrastes na vida do casal. A reportagem traz a informação de que “A família Von Richthofen tinha um padrão de vida de alta classe média. Nascido na Alemanha, Manfred era sobrinho-neto do lendário piloto da I Guerra conhecido como Barão Vermelho”. Trata-se de uma família tradicional de São Paulo e bem-sucedida que se vê envolvida num crime “odioso”, qualificação dada pela própria revista. Esses simulacros contrastantes dos dois destinadores reforçam o simulacro de Suzane como sujeito que escolheu o lado mau: os Cravinhos e seus valores, como bem demonstram as fotografias da vida íntima do casal e que ilustram

a segunda reportagem a ser analisada ainda neste capítulo.

Para encerrar a análise desta primeira reportagem de *Veja*, vale a pena destacar que o sujeito Suzane é bem-sucedido em seus programas de uso e em seu programa de base. Expliquemos melhor. “O programa narrativo ou sintagma elementar da sintaxe narrativa define-se como um enunciado de fazer que rege um enunciado de estado” (BARROS, 1997, p. 20). De acordo com a revista, Suzane é o sujeito que para empreender seu “plano para assassinar os próprios pais” – programa de base – passa por algumas transformações ou pequenos “empreendimentos” – programas de uso – para atingir seu objetivo principal. A jovem finge terminar o namoro com Daniel, reaproxima-se dos pais, passa a conversar mais com a mãe e a sair com o irmão. “A uma amiga, Marísia contou que a filha havia voltado a ser a menina maravilhosa que era antes de conhecer Daniel. Infelizmente, era apenas uma parte do plano para assassinar os próprios pais”. Os programas de uso do sujeito para realizar o crime (ação principal) foram bem-sucedidos. Suzane só não foi bem-sucedida na execução do programa de fingimento de inocência, pois o fazer parecer inocente dela ficou sobremodalizado pela polícia como falso, mas isso só depois do ato realizado. *Veja* “entra no texto”, mais uma vez, para dizer que todas essas ações eram “pretextos para encontros furtivos com o namorado”. Reforça-se a ideia de que Suzane é, além de fria e cruel, mentirosa, pois parece, mas não é a “menina maravilhosa” que a mãe pensava ser e que foi capaz de articular um “plano de morte” contra seus próprios pais. Assim, o crime ganha importância em todos os meios sociais, pois *Veja* re-publica um assassinato cuja protagonista, adolescente de apenas 19 anos, recebe a tinteira mais cruel, graças ao saber de *Veja*. Passemos agora à análise da segunda reportagem.

2.2 ANÁLISE DA 2ª REPORTAGEM DO CASO RICHTHOFEN NA REVISTA VEJA

A reportagem de *Veja* intitulada *Pareciam tão normais*, publicada no dia 20 de novembro de 2002, exatamente uma semana após a primeira anteriormente

analisada, é a segunda reportagem sobre o caso Richthofen e é também composta por apenas duas páginas. Diferentemente da primeira edição em que a revista, mesmo não dedicando uma capa ao fato, edita uma “chamada” para anunciar o crime (*A filha que matou os pais*), nessa segunda reportagem, *Veja* nem faz uso da “chamada”, muito menos da capa. A reportagem encontra-se também na seção de crimes, mas as fotos nela publicadas, como veremos, exercem um papel mais importante do que as publicadas na primeira edição sobre o caso. Vale considerar que a reprodução integral do texto dessa reportagem pode ser vista ao final deste trabalho (ANEXO B). Por isso, acreditamos que duas fotos (textos não verbais) já sejam suficientes para exemplificar a construção de sentidos em consonância com o texto verbal.

Em síntese, nessa segunda reportagem, *Veja* dá continuidade à construção do simulacro de Suzane, como mentora ardilosa do crime e de maneira a constituir-se como instância que tudo sabe, mesmo das coisas mais íntimas da vida dos sujeitos implicados no caso. Assim, alguns elementos narrativos da primeira reportagem são repetidos ou reforçados. Insiste-se na apresentação de Suzane como “a coordenadora de toda a operação” do ato criminoso, computando a ela todos os programas de uso para a realização do programa principal: a condução dos assassinos para dentro da casa dos pais; fornecimento dos meios materiais para a realização do crime (“luvas cirúrgicas e meias-calças”, “revólver 38 do pai”); orientação dos criminosos; roubo da maleta de dinheiro do pai; simulação de um assalto com a desarrumação da biblioteca. Insiste-se também na apresentação dos pais e dos irmãos Cravinhos como os bons e os maus destinadores, respectivamente.

O título da reportagem *Pareciam tão normais* é interessante por trabalhar com a questão da pressuposição. Ou melhor, depreende-se a ideia implícita no enunciado de que Suzane Richthofen e Daniel Cravinhos não eram “normais”, embora parecessem. O casal parecia ser normal, mas não era. *Veja* constrói então uma certa “anormalidade” que permeia a narrativa. *Veja* mostra-se capaz de revelar o ser anormal dos sujeitos, o que equivale a dizer que, para ela, os pais tomaram conhecimento apenas do parecer deles. Essa “anormalidade” será retomada mais

detalhadamente, no capítulo 3, na análise de uma fotografia de Suzane que foi publicada na edição especial de *Veja* no dia 12 de abril de 2006, ou seja, quase quatro anos após o crime.

No subtítulo desta segunda reportagem são construídos simulacros do casal de namorados e mais especificamente da própria revista: “Eles se tratavam de Su e Dan-dan em viagem secreta para Natal. Ficaram em hotel de luxo, passearam e fizeram amigos”. *Veja* os mostra de maneira íntima: em trajes sumários e no interior dos quartos, conforme texto verbal e as fotografias que o ilustram. Percebemos, no subtítulo do texto, que *Veja* é detentora de um saber especial. A revista tem acesso à intimidade do casal e revela “segredos” ao seu leitor.

Veja dá, aqui, continuidade aos mesmos procedimentos de gerenciamento da curiosidade do leitor, adotados desde a publicação da chamada, da primeira reportagem estudada no início deste capítulo. Dessa forma, cria-se o efeito de “atualidade”, de notícia importante que pode e deve ser contada ou recontada. O modo como o casal se tratava intimamente e a viagem secreta para Natal (RN), apresentados na matéria, são comprovados pelas quatro fotos publicadas nessa edição. *Veja* diz: “Estas são as fotos tiradas por Suzane e Daniel durante as férias em Natal, um ano antes do crime”. As fotos produzem no “todo de sentido do texto” o efeito de verdade, de realidade, pois “comprovam” discursivamente que o que é dito pela revista tem o valor de evidência, de realidade, de verdade. Assim, os envolvidos na trama criminosa são apresentados como gente “de carne e osso”, cujo parecer “normal” choca-se com o ser “anormal” afirmado por *Veja* - o que confere ao texto maior poder de novidade e de credibilidade. Abaixo duas fotos publicadas em *Veja* nessa edição. Elas, certamente, comprovam a intimidade do casal em sua viagem ao litoral nordestino e reforçam aquilo em que *Veja* vem insistindo – que Suzane tinha o comando da situação. Nas fotos, ela enlaça o namorado com os braços (FIGURA 2).

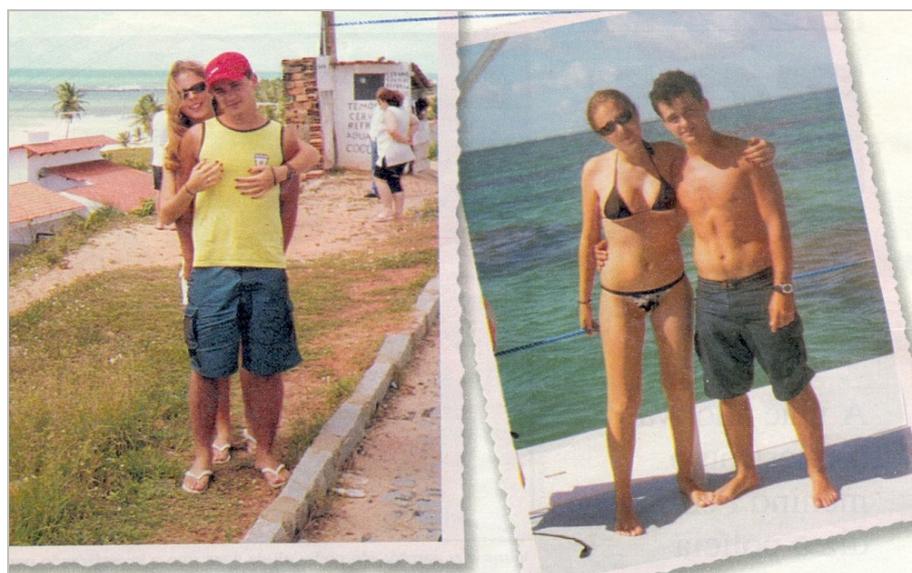


FIGURA 2 - Fotos de Suzane e Daniel publicadas na edição 1.778, de 20 de novembro de 2002.

Nessa edição é reforçada a ideia de que Suzane “coordenou toda a operação” e de que a participação “ativa da filha do casal” foi impressionante. Temos, então, um simulacro de um sujeito manipulador e, em certa medida, de um sujeito operador que teve os irmãos Cravinhos como adjuvantes, pois coordena premeditada e friamente um plano de morte contra seus pais. *Veja* fala sobre a reconstituição do crime e explicita o modo como o crime ocorreu.

Fazendo o papel de uma perícia da perícia policial, a revista deixa o leitor a par de detalhes, que, inclusive, foram publicados na edição anterior e não deixa de reafirmar um traço da personalidade da moça: a simulação. “Ela colocou os rapazes para dentro de casa [...] e deixou sacos de lixo na escada para facilitar o trabalho dos dois [...] e revirou a biblioteca para simular um assalto”. *Veja* ainda constrói nesse texto a ideia de um crime que foi cometido sem razão, gratuitamente, para justamente fazer com que o leitor fique sem saber por que isso aconteceu.

Para despertar a indignação do leitor, *Veja* insiste no que já havia sido objeto de sua primeira reportagem: a constituição dos destinatários entre os quais Suzane se encontrava: os pais e os irmãos Cravinhos. Notemos que, nesse caso, *Veja*

constrói o simulacro de um sujeito manipulado. Os primeiros reaparecem como os bons destinadores, considerando os valores que destinavam à filha e os programas narrativos que realizavam para a educação dela e; os segundos, como os maus destinadores, cuja habilidade se reduzia à esperteza e ao uso de maconha, pois não tinham estudo e nem trabalho fixo. Na reportagem, é relatado o modo com que Manfred e Marísia tratavam sua filha. Segundo a revista, os pais de Suzane eram preocupados com a segurança e com a educação da menina. Além disso, procuravam estar presentes na vida dela. O simulacro que deles se constrói é o de sujeitos que eram mais do que pais. Ou seja, os pais da jovem eram também amigos dela. Daí a dramaticidade do caso que se intensifica, pois o leitor não só adquire um saber revelado pela revista, mas também, como ser humano, acaba “vivenciando” a dor e a perplexidade que o caso provoca.

Para especialistas, crimes como esse são geralmente cometidos por pessoas com histórico de violência familiar. Até agora, contudo, depoimentos de familiares e amigos à polícia mostraram exatamente o contrário. Manfred e Marísia não apenas eram pais preocupados com o futuro dos filhos como também tentavam estar presentes no dia-a-dia de cada um deles. [...] Assim que Suzane tirou a carteira de motorista, Manfred passou a acompanhá-la no banco do passageiro para que ela se sentisse segura ao volante. A mãe costumava levar os filhos ao shopping para fazer compras. [...] Marísia dizia às amigas que tentava ser confiante da filha sobre os namorados. Quando o assunto era educação, Manfred e Marísia eram rigorosos. A mãe tirou Andreas do Colégio Humboldt, que está entre os dez melhores segundo o ranking de Veja São Paulo, porque a filha, que também estudou lá, não havia conseguido passar no vestibular para o curso de direito da Universidade de São Paulo (USP), o mais respeitado do Estado. Apesar de ela estar estudando direito numa boa faculdade, a Pontifícia Universidade Católica (PUC), chegou-se a cogitar que Suzane fizesse cursinho para tentar novamente o melhor curso. O problema era o namoro com Daniel, que não estudava nem trabalhava.

De acordo com a revista, Suzane não sofreu violência familiar, muito pelo contrário, seus pais demonstravam carinho pela menina. Ao levantar o problema da violência familiar, *Veja* parece orientar-se pelo estereótipo de que isso só existe nas classes pobres, como bem demonstrou Peixoto (2008), em seu estudo sobre a representação do adolescente nos livros didáticos. Peixoto (2008, p. 14) afirma que o livro didático:

[...] reproduz um sério preconceito social, ao associar a pobreza a problemas como a marginalidade, a inserção no mundo das drogas e até a gravidez precoce e que [...] ao fazer tais reflexões ou tentar persuadir o enunciatário a não enveredar por tais caminhos, o livro didático associa-os à classe econômica e social menos privilegiada.

Assim simula preocupação com a descoberta de uma causa para o crime no ser do sujeito – o que parece constituir a questão para a qual todos, inclusive os leitores, querem resposta. Entretanto, na medida em que, como vimos, apenas relata as performances educacionais dos pais como as mais convenientes para a comunicação de valores de uma elite à filha, sem nenhum questionamento, o relato retoma a direção da culpabilização de Suzane por ter optado pelos maus destinadores. O problema era Daniel. A revista também reafirma o papel de Daniel Cravinhos na vida de Suzane. É como se o rapaz “desvirtuasse a moça do bom caminho”. Suzane passa a compartilhar outros valores a partir do momento que conhece o rapaz. O aspecto social do casal é o contraponto recorrente no texto de *Veja*. Suzane estudou em um dos dez melhores colégios de São Paulo e Daniel não estudava nem trabalhava. É a imagem “da dama e do vagabundo”. São sujeitos com valores culturais e sociais completamente díspares, mas que se unem “por amor”. É o amor bandido vivido na adolescência da garota.

É inegável a curiosidade que o caso suscita já que nele há uma “glamourização” do crime. Histórias em que a mocinha quer viver um amor proibido pela família remontam até mesmo aos clássicos da literatura universal. Suzane, quando se envolveu com Daniel, tinha apenas 19 anos, uma adolescente que decidira tomar parte no plano de morte daqueles que, em termos narrativos, viriam a ser os seus principais oponentes – os seus pais. Talvez a história não repercutisse tanto se ela tivesse apenas fugido de casa para concretizar um sonho romântico, mas resolve fazer diferente, articula com o namorado e o irmão deste um meio de eliminar aqueles que, a seu ver, são os vilões da história. E é aí que uma história de amor passa a ganhar outra dimensão, a que se projeta em todos os meios de comunicação do país e, por consequência, a que se manifesta em práticas sociais como, por exemplo, as cartas dos leitores de *Veja*, que discorrem sobre o caso após a publicação da *Reportagem Especial* do dia 12 de abril de 2006 e que serão posteriormente analisadas neste trabalho.

Segundo *Veja*, Suzane diz que “fez tudo por amor”. A revista demonstra “saber” a intimidade do casal e compartilha com o leitor esse saber. “Os dois se tratavam por apelidos carinhosos. Ele a chamava de ‘Su’ e ela o chamava de ‘Dandan’”. O que era segredo, a viagem do casal para Natal, não é mais. *Veja* revela aquilo que estava velado, escondido e constrói-se como um sujeito detentor de uma verdade. Ela tem o poder de revelar “verdades sobre o caso” e com isso seu discurso torna-se mais “crível”.

Percebemos que o ineditismo é colocado como importante na revista e acaba por gerenciar o nível de atenção do leitor que é despertado para uma outra curiosidade: o querer saber é traduzido pelo querer ver, querer invadir a privacidade do casal em sua viagem secreta. *Veja* constrói um “leitor-voyeur”, que para saber mais sobre o caso vai ter de “adentrar” uma galeria em que fotos secretas serão expostas. “As fotos dessa viagem podem ser vistas nestas páginas”. “Acesse galeria de fotos inéditas em www.veja.com.br”. É por essa razão que as fotos nessa reportagem assumem um papel diferente do da primeira. Aqui as fotos não só produzem o efeito de realidade, mas também dão ao texto uma característica relevante a qualquer meio de comunicação: o efeito do ineditismo. O texto de *Veja* parece ser original nesse sentido, como se só ela pudesse ter em mãos um segredo que jamais teria sido revelado (publicado) senão por intermédio dela. As fotos não só comprovam que de fato o casal fez uma viagem secreta para Natal, mas comprovam também o comportamento de Suzane e o simulacro de uma jovem que, para estar ao lado do namorado, foi capaz de mentir para seus pais. “Em julho do ano passado, eles passaram uma semana em Natal em clima de lua-de-mel. Aos pais, ela disse que iria viajar com as amigas”. A ideia de que Suzane parecia ser o que não era (a mentira) é, mais uma vez, reforçada.

Um outro aspecto a ser passionalmente construído nessa reportagem é o medo que começa a ser identificado como um estado de alma sentido pela jovem em decorrência de sua performance criminosa. Interessante é notar que tal paixão é construída paralelamente a uma certa anormalidade com que outras pessoas condenadas (presidiárias) “enxergam” Suzane (grifamos):

*A **hostilidade das pessoas** diante da casa dos Von Richthofen quando os três chegaram para a reconstituição, na quarta-feira passada, **assustou Suzane**. “Só então ela percebeu a repercussão que o crime está tendo na sociedade”, diz a advogada de Suzane, Claudia Bernasconi. “**Ela ficou com muito medo**”. Familiares de Suzane estão preocupados com sua segurança. Como não tem nível superior, ela não terá direito a cela especial. Ficará junto com outras presas comuns. **O caso chocou até mesmo condenados por crimes hediondos, como latrocínio, homicídio, estupro e tráfico de drogas**. Na terça-feira da semana passada, uma comitiva de presos da Penitenciária Lemos de Brito, do Complexo Frei Caneca, no Rio, procurou uma das psicólogas da instituição, Silvane Chaves, para pedir um “diagnóstico” da estudante. “**Eles queriam entender como alguém como Suzane conseguiu ultrapassar o limite, que é tirar a vida de pai e mãe**”, diz Silvane.*

Nesse trecho, depreende-se a confirmação da anormalidade do caso. As pessoas demonstraram hostilidade para com a jovem. É a comoção social que se torna inevitável. “Só então ela percebeu a repercussão que o crime está tendo na sociedade”, diz a advogada de Suzane, Claudia Bernasconi”. Tal comoção assusta e dá medo em Suzane. O medo sentido por ela chega a ser uma forma de autopunição pelo ato cometido. A anormalidade do crime é reafirmada quando o caso chega a chocar até mesmo os condenados por crimes categorizados como hediondos. É como se o caso Richthofen, ao ser colocado em uma escala de crimes “chocantes e assustadores”, estivesse além do topo dessa escala, além do imaginável ou concebível. Por isso, *Veja* nos informa que um grupo de presos pede um “diagnóstico” de Suzane para entender como a moça conseguiu ultrapassar os limites, cometendo o crime de parricídio e matricídio da maneira que cometeu. Os outros crimes categorizados como hediondos no texto chegam até mesmo a perder a força da criminalidade. Em uma escala de violência, tem-se Suzane como uma criminosa que “ultrapassa o limite”, como se houvesse um limite a ser respeitado fora da lei, no mundo do crime e nos códigos de criminosos.

Assim, o crime cometido pela jovem é modalizado pelo querer-entender *versus* não poder-entender, modalidades conflitantes dos sujeitos, os demais presos que se chocam diante do fato, ou seja, o crime não é aceito nem mesmo pelos próprios criminosos. Com isso, *Veja* reforça a incompreensibilidade do crime, insinuando repetidamente sobre a existência modal de Suzane, sem nenhuma

palavra conclusiva. Uma análise mais detalhada sobre a configuração do medo no discurso da *Veja* será abordada no próximo capítulo em que se verá que o medo não só é predominantemente construído no texto verbal, mas, sobretudo, no texto não-verbal.

Temos, então, a construção dos efeitos de sentido das duas primeiras reportagens da *Veja* sobre o caso: um crime que surpreendeu o país por ter acontecido em um meio social diferente do que se costuma ver, a violência familiar chegando à classe média-alta da sociedade brasileira com requinte de atrocidade e de crime bárbaro. O aparecimento do caso, em *Veja*, por um lado, se dá, pois, de forma a constituir um simulacro da instância enunciativa como aquela cujo saber autoriza e avaliza a retomada dos fatos em favor dos enunciatários que não saberiam de tudo, ainda. Por outro lado, *Veja* constrói um simulacro de Suzane como culpada: um sujeito tomado de certa anormalidade, capaz de escolher o lado mau em detrimento do bem e de cometer o crime, de maneira incompreensível até mesmo pelos criminosos. O simulacro do sujeito humano e perdido (com medo) é insinuado, mas abandonado. Além do mais, *Veja* procede de maneira a causar suspense nos leitores, gerenciando as informações que simula ter. Ela constrói um leitor curioso, em falta de entendimento de um crime que o inquieta passionalmente.

3 O (PRÉ) JULGAMENTO DE VEJA – O MAIOR DESTAQUE EDITORIAL DADO AO CASO RICHTHOFEN

Se o susto resume-se a um grito, o medo é mais abrangente e prolongado, possuindo uma gama de variações, efeitos e intensidades: apreensão, temor, pânico, angústia, suspeita, palpitação, calafrio, choque, arrepio, paralisia. O susto é sentido na pele; o medo vem da alma; o susto é um esbarrão na morte; o medo uma tomada de consciência da morte. Componente fundamental da psique humana, o medo é um sentimento instintivo que todos, ao longo da vida, experimentam em algum grau (NAZÁRIO, 1998, p. 293).

Este capítulo tem por objetivo analisar a *Reportagem Especial* da revista *Veja*, publicada no dia 12 de abril de 2006, sobre Suzane Von Richthofen, considerando os três níveis do percurso gerativo de sentido proposto pela teoria semiótica greimasiana ou de linha francesa. Para uma leitura de toda a retomada do caso Richthofen pela revista *Veja*, a referência bibliográfica da reportagem em questão encontra-se ao final deste trabalho (ANEXO C).

Nessa análise, trataremos da construção dos diferentes simulacros de Suzane, dos mecanismos de produção de sentido da revista, da parte introdutória à análise da paixão do medo (que será detalhadamente abordada em um tópico de análise, à parte, ainda neste mesmo capítulo), bem como do estudo dos processos de manipulação engendrados na história contada pela *Veja*.

Privilegiaremos, agora, a composição do esquema narrativo canônico do percurso gerativo de sentido, por meio da análise do texto selecionado e publicado na matéria especial.

A análise semiótica proposta neste trabalho tem importância na medida em

que o assassinato de um casal em outubro de 2002 ainda é tratado como importante na revista, mesmo depois de quase quatro anos da data de publicação da primeira e da segunda reportagens de *Veja* sobre o caso, porque nela são dispensadas oito páginas de reportagem, contendo vários elementos fotográficos e uma pequena entrevista com Suzane. Esses elementos fotográficos são importantes no processo de significação do texto. Entretanto, este capítulo vai contemplar, predominantemente, a análise da parte verbal da única reportagem de capa publicada pela *Veja*.

O modo como a enunciativa trata o caso chama atenção do público-leitor, porque sua história é tecida por uma rede de performances narrativas que acabam desencadeando outras e, por essa razão, as manipulações entre os sujeitos são tão conflitantes, cabendo à semiótica a análise da produção de sentido (ou de significação) dos simulacros do sujeito Suzane pela revista em questão. É por isso que as versões, contadas sobre o caso pela *Veja*, são também conflitantes, já que são muitas as manipulações, as ações (performances), as competências modais e as sanções do sujeito envolvido na trama da “história real”: Suzane Von Richthofen.

O percurso gerativo de sentido, proposto nessa análise, dará destaque, conforme já foi afirmado acima, ao nível narrativo, que é o nível das ações (ou das histórias contadas pela *Veja* sobre o caso) e, especialmente, a uma breve análise da paixão “do medo” mobilizada no sujeito Suzane, que será mais desenvolvida em um outro momento. No entanto, a história do crime, que até hoje não foi esclarecida para a sociedade e que, não por poucos motivos, “chocou” o país, também dá margens a uma análise do nível fundamental (o mais simples e abstrato dos níveis) e do nível discursivo (o mais complexo e concreto), pontos que poderão ser considerados com o objetivo de oferecer à análise o entendimento dos três níveis do percurso gerativo de sentido, fechando, dessa forma, a produção de sentidos que emanam do plano de conteúdo dessa *Reportagem Especial*.

A própria justiça deu o veredicto final do caso em julho de 2006 – Suzane foi condenada por duplo homicídio qualificado – e a imprensa especulou, durante quase quatro anos (de 2002 a 2006), novas e possíveis versões do crime, dividindo a opinião pública sobre o fato, que, desde 2002, não se resolvia e talvez, por isso,

mexesse tanto com as paixões dos leitores que clamavam por justiça. Analisar reportagens da *Veja* desperta interesse, ainda mais a análise de notícias sobre criminalidade, ainda mais sobre crimes “triplamente qualificados”, o que, segundo a reportagem, significa: “[...] motivo torpe, meio cruel e impossibilidade de defesa da vítima”. Só por essa qualificação criminal, já poderíamos traçar ou prever algumas modalizações de afeto (paixões) iniciais.

A semiótica das paixões contribui, sobremaneira, para o levantamento de uma série de considerações de afetos do sujeito Suzane – seus estados de alma. Tais estados passionais acabam transparecendo nas suas competências e nas relações de causa e efeito de suas performances. A análise semiótica dessa reportagem tem importância porque o texto ainda desperta paixões no público-leitor, ainda se mantém como importante para o público. Vale destacar que é essa a publicação da revista *Veja* de maior detalhamento sobre o caso e, por consequência, de maior extensão, que dará base para a análise semiótica dos percursos narrativos e da mobilização das paixões, dentre elas, mais especificamente, a paixão “do medo” e a “da indignação”.

Assim, as relações que serão estabelecidas no texto analisado mostram a possibilidade de se entender a semiótica como uma ciência que dá conta de um “mundo textual” (percurso gerativo de sentido) repleto de significações e, por meio dela, o agir e o sofrer dos sujeitos textuais podem ser melhor desvendados ou compreendidos. A análise pretende mostrar, sobretudo, como a *Veja*, que é a revista mais comprada no país (HERNANDES, 2003) e que, portanto, tem um discurso, em geral, bem-sucedido, busca estratégias para a produção de sentidos e quais efeitos de sentido se estabelecem por meio de sua maior publicação sobre o intrigante caso.

3.1 PLANO DE CONTEÚDO – A MANIPULAÇÃO E A SANÇÃO NO CASO RICHTHOFEN

A Reportagem Especial estrutura-se de modo bem interessante. O texto da

Veja organiza-se, basicamente, sob três diferentes perspectivas. *Veja* mostra uma Suzane manipulada ora pelo seu ex-namorado Daniel Cravinhos, ora pelo seu então advogado de defesa Oliveira Filho. A enunciadora também constrói uma outra Suzane: a manipuladora. A jovem levou o namorado a cometer o crime e tal ação partiu de sua cabeça. O texto nos permite analisar que o sujeito Suzane é o tempo todo sancionado. Ou por ter se deixado manipular ou por ter sido manipulador. Assim, podemos identificar pelo menos três diferentes simulacros de Suzane em quatro diferentes “olhares” da *Veja* sobre o caso.

Considerando que o ponto de partida mais simples para uma análise semiótica do nível narrativo é por meio da pergunta: *De que ação trata esse texto?*, a partir de agora, o segundo nível do “percurso gerativo de sentido”¹⁵ será analisado, descrevendo a estrutura dessa ação. Esse patamar é o responsável pelas “histórias contadas” e, por isso, é o nível das estruturas narrativas. É neste momento que os sujeitos assumem determinados papéis, manipulam outros sujeitos, são manipulados, agem ou param de agir, assumem competências para suas ações e sofrem uma sanção, que pode ser positiva ou não. Um mesmo sujeito pode ainda assumir diferentes papéis actanciais, como é o caso de Suzane, e é esse “movimento actancial” que será mostrado.

A essa organização da narrativa, em que esses três percursos se relacionam (o percurso da manipulação, o da ação e o da sanção), dá-se o nome de organização canônica ou esquema narrativo canônico. Segundo Barros (2005, p. 191), “A narrativa é a história de um sujeito em busca de valores”. E a organização canônica é aquela

[...] em que três percursos se relacionam por pressuposição: o percurso da manipulação, o da ação e o da sanção, sendo que a sanção pressupõe a ação que, por sua vez, pressupõe a manipulação (BARROS, 2005, p. 191).

3.2 SINTAXE NARRATIVA

¹⁵ O percurso gerativo de sentido, na teoria semiótica francesa, corresponde ao preenchimento dos três níveis de produção de sentido de um texto, que vai do mais simples ao mais complexo. São eles: o nível fundamental, o narrativo e o discursivo (BARROS, 1997).

Analisaremos agora a construção dos efeitos de sentido de duas versões do caso: em uma delas o sujeito é o manipulador e em outra, o manipulado.

3.2.1 Percursos narrativos de Suzane: destinador-manipulador ou sujeito manipulado?

Vamos mostrar a análise de duas diferentes versões para a motivação do crime, segundo o esquema narrativo canônico, bem como a busca de objeto-valor pelo sujeito e sua conseqüente transformação de estados. Além dos processos de manipulação dos sujeitos envolvidos na história, o estudo também mostrará a aquisição de competências modais para o desenvolvimento de determinadas ações bem como o reconhecimento e a retribuição ou a punição das ações assumidas e desempenhadas pelos sujeitos actanciais.

3.2.1.1 Versão 1 ou a motivação do crime, segundo “o olhar da defesa”

No texto abaixo (grifamos), que diz respeito à defesa de Suzane, a primeira versão do crime se constrói:

*[...] os advogados de Suzane defendem a ideia de que o júri terá de usar critérios diferentes para julgar sua cliente e os outros assassinos. **“Suzane não participou efetivamente das mortes”**, diz Oliveira. Seus advogados tentarão convencer os jurados de que **Suzane foi levada pelo namorado a cometer os crimes**. “Ela estava plenamente adequada à vida familiar, até que conheceu os Cravinhos, que já tinham histórico de banditismo e de uso de entorpecentes. Foi nesse momento que ela saiu de seu caminho”, diz Oliveira Filho.*

É preciso considerar que, muitas vezes, algumas informações não estão explicitadas no texto para a análise dos enunciados de estado e dos enunciados de fazer. Barros (2005) diz que os percursos precisam ser reconstituídos, para que a narrativa não perca o sentido. Dessa forma, a organização do percurso narrativo canônico pode ser reconstituída por pressuposição.

O enunciado de estado de Suzane, segundo o ponto de vista de seus advogados de defesa, é de um sujeito que estava em conjunção com o valor de uma

vida regrada, correta, familiar (Suzane está **com o objeto** “família”) e, por causa de seu então namorado Daniel Cravinhos, ela entra em disjunção com o objeto “família” (Suzane passa a estar **sem os valores nela investidos**), tem seu estado inicial transformado, ou seja, Suzane desvirtua-se de seu caminho.

O enunciado de fazer deste programa narrativo é marcado pela transformação que o sujeito Daniel (ex-namorado de Suzane) opera na passagem de um estado a outro no sujeito Suzane, manipulando-a. Assim, o sujeito manipulado ou destinatário é Suzane, o sujeito manipulador ou destinador é Daniel. Ele é o sujeito transformador dos estados de Suzane.

O ex-namorado da jovem, de acordo com o advogado de defesa Oliveira Filho, faz Suzane crer poder compartilhar juntos uma “vida desregrada”, vida esta, até então, não conhecida pela moça e faz ainda Suzane fazer parte da ação criminosa, já que ambos compartilhavam os mesmos sistemas de valores: “o querer-poder estar juntos em uma vida desregrada”, sem qualquer tipo de proibição ou restrição dos pais da moça, sem quaisquer limites na busca de valores. O casal Richthofen, em meados de 2002, havia proibido o namoro entre eles. É importante lembrar que o sujeito Suzane acaba trocando de destinador, que antes era a família, e aceita a manipulação proposta pelo seu novo anti-destinador (Daniel Cravinhos). Assim, Suzane é a moça que se afasta dos valores familiares e se une a uma vida de banditismo, desregrada. Seus valores são invertidos.

Para a semiótica, o percurso da ação pressupõe o da manipulação (grifamos):

*Em seu depoimento à polícia, Suzane disse que o rapaz passou a ser uma ‘obsessão’ em sua vida. **‘Querida estar sempre com ele, o tempo todo, o dia inteiro’.***

Suzane foi manipulada a participar da ação criminosa pelo querer-fazer. A ela foi oferecido o objeto-valor “liberdade” plena, independência para continuar seu romance proibido. Estar ao lado do namorado significava ter amor, carinho, companhia, ou seja, uma forma de sanção positiva de seu namorado, já que, com a proibição de seu relacionamento com Daniel, Suzane perdera a liberdade e sua reconquista era o que mais desejava. O amor de Suzane por Daniel (o querer estar

junto dele) foi o fator motivador da ação da moça. A esse “tipo de manipulação”¹⁶ a semiótica dá o nome de tentação, ou seja, o destinador-manipulador Daniel demonstra domínio em poder fazer o destinatário Suzane querer fazer, apresentando-lhe uma recompensa, que para ela era irrecusável. Lembremos que ele, segundo a enunciativa (*Veja*), passou a ser uma obsessão na vida da moça. O fazer de Daniel sobre Suzane estabelece uma relação de concordância entre os sujeitos, já que ele faz com que ela faça e, por sua vez, ela quer fazer, porque ela quer ser amada, ela quer o amor de Daniel. Há de um lado o fazer persuasivo do rapaz e de outro, o fazer interpretativo da moça, que aceita a manipulação para cometer o crime, de acordo com a reportagem. Os simulacros que cada um envia ao outro se recobrem plenamente.

Conforme o dicionário, a obsessão diz respeito ao “[...] pensamento, ou impulso, persistente ou recorrente, indesejado e aflitivo, e que vem à mente involuntariamente, a despeito de tentativa de ignorá-lo ou de suprimi-lo; ideia fixa, mania” (FERREIRA, 2004) – o que quer dizer que o querer atribuído pelo destinador, dada a intensidade, passa a dominar o sujeito. Oliveira Filho diz que Suzane “não participou efetivamente das mortes”. Logo, teve uma participação no crime ainda que não efetiva. E se teve participação, a moça demonstrou um querer fazer, um saber fazer e um poder fazer, pressupostos pelo texto como modalidades impostas pelo anti-destinador da família. Suzane, nessa versão, é um sujeito (de fazer) competente, manipulado por Daniel, e um sujeito (de estado) realizado, pois cumpre seu objetivo compartilhado com seu ex-namorado: a busca do objeto-valor “liberdade para continuar um romance” e viver o melhor dos mundos. Para fechar esse momento da primeira versão do caso, há de se considerar a sanção do destinador-julgador das ações de Suzane. Como veremos, trata-se do momento da aplicação dos prêmios e dos castigos. E a jovem recebe a sanção positiva de seu destinador-julgador¹⁷ (Daniel), pois ele mantém com ela a continuidade do relacionamento.

¹⁶ A semiótica admite a existência de quatro tipos de manipulação. São elas: a tentação, a intimidação, a sedução e a provocação (FIORIN, 2005a).

¹⁷ Para evitar eventuais dúvidas, lembramos que existem outros destinadores-julgadores do sujeito Suzane, como a sociedade na pessoa do público de *Veja* (que aparecerá nas cartas dos leitores, analisadas no capítulo 4) e a instituição judicial.

3.2.2 Versão 2 ou a motivação do crime, segundo “o olhar da acusação”

Um novo simulacro de Suzane se constrói na versão deste outro fragmento de texto (grifamos) que diz respeito à acusação da moça:

*Desde os depoimentos que prestaram ao Tribunal do Júri, dois meses depois do assassinato, **os irmãos acusam Suzane de ser a mentora do crime e de ter usado o amor de Daniel para convencê-lo a executar o casal Richthofen.***

*[...] os irmãos afirmam que **partiu de Suzane a ideia de cometer o crime.***

Nessa versão, verificamos a mudança dos papéis actanciais dos sujeitos envolvidos na história. De acordo com a defesa dos irmãos Cravinhos, a moça é a destinadora-manipuladora e Daniel, o sujeito manipulado ou destinatário. Nota-se que os papéis dos actantes são invertidos em relação à primeira versão: de sujeito manipulado a sujeito manipulador. Suzane é quem tem a ideia de matar seus próprios pais e, para isso, convence Daniel a tomar parte no crime. Ainda, segundo essa versão, Suzane presenteava Daniel e sua família, inclusive, ajudando financeiramente os pais de Daniel a fazer uma reforma na casa com o dinheiro de sua mesada:

Suzane enchia o namorado com presentes. Entre outras coisas, presenteou-o com um aparelho de som e um par de óculos de marca famosa no valor de mais de 1000 reais. A família do namorado, de quem ela se tornou muito próxima, também mereceu agrados. Segundo um dos advogados de Suzane, a jovem trocou o piso da casa dos pais do namorado e comprou para eles uma TV e um aparelho de DVD. Tudo com dinheiro da sua mesada e escondido dos pais. Além disso, teria pagado algumas prestações de um carro Corsa para o namorado (grifo nosso).

Assim, podemos constatar, nessa versão, que Daniel também foi manipulado pela sua ex-namorada pelo “querer fazer”. A manipulação dada entre os sujeitos foi a tentação. Daniel era recompensado com presentes, mas não só ele, sua família também.

Suzane oferecia a ele a conjunção com o objeto-valor “bens materiais” aos quais ele não teria acesso facilmente, por causa de sua condição social, que era menos privilegiada que a de Suzane. Ela pode oferecer a Daniel todos os presentes e, de fato, oferece. É ela quem, como destinadora-manipuladora, oferece a ele (destinatário) valores que ela acredita ser desejados por ele. E, no caso, esses valores podem ser: a riqueza (valor mais objetivo), o “status”, ou prestígio de uma posição social melhor (valor mais subjetivo), ou seja, Suzane oferece a Daniel objetos de valor descritivo.

Daniel é um sujeito apresentado na revista como pobre, ou seja, é privado de determinados objetos-valor como, por exemplo, presentes caros e sofisticados. E Suzane transforma seu estado inicial de disjunção com esses objetos-valor em um outro estado: o de conjunção com esses objetos. Temos aí um programa de atribuição de objetos-valor instaurado por Suzane. Daniel aceita a oferta, porque ambos compartilham dos mesmos valores: o desejo de uma vida social privilegiada, o melhor dos mundos sem nenhum limite ou custo.

Bem, podemos pressupor que a não aceitação do namoro entre o casal por parte dos pais de Suzane – e nesse sentido eles representariam um outro destinador da moça, aquele que desaprovava o relacionamento com Daniel – ocasionaria a privação dos objetos-valor ofertados ao namorado da jovem. Logo, para a manutenção desses valores, era preciso que o relacionamento não fosse rompido e, assim, Suzane manipula Daniel a tomar parte no crime, já que a ideia, nessa segunda versão, partiu da cabeça dela. Ele, por sua vez, deixou-se manipular, porque quis. Suzane usa o amor de Daniel para convencê-lo a agir, manipulando-o para tomar partido no crime. A esse tipo de manipulação dá-se o nome de tentação, já que a moça oferece ao rapaz uma posição social melhor em troca do amor que ele oferece a ela.

Daniel age criminosamente. Para tal empreitada, o sujeito manipulado manifesta um querer-fazer, um saber-fazer e um poder-fazer. De sujeito virtual (o que quer fazer) passa a sujeito atualizado (o que pode e sabe). E depois de sua ação, Daniel é o sujeito realizado, portanto, comprovadamente competente. Conforme Barros (2005, p. 201), “[...] a competência do sujeito para a ação é

caracterizada por sua relação com valores modais, que definem diferentes estágios ou modos de relação com a ação que o poria em conjunção com os objetos de valor”.

Passaremos agora à análise do percurso do destinatador-julgador, nessa segunda versão. Suzane é o destinatador-julgador das ações de Daniel, que é recompensado positivamente, já que ele recebe seu prêmio: o amor e a manutenção do relacionamento que lhe dá uma projeção social ou a aquisição de “objetos de valor tesaurizáveis”, segundo Fiorin (2008).

3.2.2.1 A estratégia dos advogados de Suzane é posta em xeque pela revista: “Suzane foi manipulada”

Agora passaremos à análise de mais dois simulacros de Suzane, construídos pela enunciativa *Veja* em mais dois diferentes momentos da narrativa. Não podemos nos esquecer de que há duas histórias na reportagem. Na verdade, *Veja* usa a história de Suzane para contar ao leitor a sua história, a sua “realidade” sobre o crime. E é nesse “contar” que o julgamento da revista se deixa transparecer pelo texto, bem como a manutenção da curiosidade gerenciada pela revista. Vejamos o que diz Hernandez (2006, p. 39):

Um meio de comunicação obtém o que quer principalmente a partir da instauração de diferentes formas de curiosidade (querer-saber) que só são satisfeitas com a realização de uma ação. Os jornais, por exemplo, satisfazem a curiosidade sobre as notícias que criaram desde que o “público” realize o ato de consumo.

Questões do tipo: quem levou quem a cometer o crime? Ou de que sujeito teria partido a manipulação? são “gerenciadas” o tempo todo pela *Veja*, que ora produz o efeito de sentido de Suzane como um sujeito manipulador, ora inverte esse efeito, transformando-a em um sujeito manipulado. É justamente essa estratégia de sustentação do nível de atenção que faz com que o leitor, diante da ambiguidade dos simulacros de Suzane construídos na e pela revista, mantenha-se interessado em conhecer a história mais detalhadamente. Saber se a moça foi manipulada ou

manipuladora torna-se um grande estímulo para o leitor (grifamos):

*Repudiada pela família, sem dinheiro, com medo de sair às ruas e **manipulada pelos advogados**, a jovem que participou do assassinato dos pais **está mais perdida** do que nunca.*

*Ao responder às perguntas, escondia o rosto atrás dos cabelos, mirava o chão e **lançava olhadelas indagativas para seus advogados**. Claramente **foi instruída por eles** para fazer o **tipo frágil e desassistida**.*

*Com certeza, porém, ela pode estar usando as características descritas pelo delegado em 2002 para criar, **sob a orientação dos advogados**, uma persona vitimizada, **carente e merecedora de pena**.*

*[...] Suzane, **acompanhada de seus advogados**, esforçou-se para chorar. Não conseguiu em nenhuma das vezes. Na quinta-feira passada, diante de uma repórter da Rede Globo, **chegou a simular um desmaio** ao ser perguntada sobre o crime. **É natural que, advogados instruem seus clientes**, inclusive a respeito da imagem que devem apresentar em público. E é também natural que, às vésperas do julgamento que vai decidir sua vida, **Suzane concorde em obedecer às orientações de sua defesa**. O que há de **mentira e de verdade em suas ações e afirmações**, no entanto, é algo que, talvez, nunca se saberá.*

A partir de agora serão analisadas mais duas sanções aplicadas ao sujeito Suzane. As duas sanções representam, em mais dois momentos diferentes, os olhares da *Veja* sobre o caso. Notemos que a revista em questão não deixa de se posicionar sobre o fato. Muito pelo contrário, Suzane não escapa de seus julgamentos. Essa análise traz mais efetivamente a voz da revista que nos conta a história.

Como podemos perceber, de acordo com a revista, Suzane é o sujeito manipulado pelos seus advogados de defesa para conseguir pelo menos uma atenuação de sua pena, que poderia chegar a mais de sessenta anos de prisão.

Suzane busca como objeto-valor a “liberdade”. Dessa forma, ela aceita a manipulação de seus advogados pelo querer fazer e pelo dever fazer. A jovem concorda em obedecer às orientações de sua defesa para tentar se dar bem. A defesa, como destinadora, age sobre sua cliente (destinatário), manipulando-a de duas formas: pela tentação e pela intimidação. De acordo com Barros (2005), para

tentar e intimidar, o destinador oferece valores que ele acredita desejados ou temidos pelo destinatário. Expliquemos. A defesa de Suzane oferece a ela uma possível redução de pena, Suzane quer, obviamente, ficar menos tempo na prisão e, por isso, segue as orientações de seus advogados. Sua recompensa é passar menos tempo na prisão, porque foi levada a fazer parte de uma ação criminosa (conforme a Versão 1) e está profundamente arrependida do que fez. A defesa da moça também a intimida e a faz seguir seus direcionamentos, sob pena de ela não ter redução em seu tempo de reclusão, se condenada, e, também, sob pena de não alcançar a visibilidade profissional que a atuação em um caso desses sempre proporciona. Assim, o destinador-manipulador apresenta um poder fazer o destinatário dever fazer. Suzane então se mostra para o leitor como um sujeito arrependido e uma *persona* vitimizada, segundo dados da revista.

Para agir, sob a orientação de seus advogados, Suzane deixa-se manipular por eles seja pela tentação, seja pela intimidação. Logo, a jovem quer e deve agir como age.

Entretanto, é *Veja* quem avalia a ação do sujeito e sanciona sua performance negativamente. Suzane, mesmo manipulada por seus advogados de defesa, não escapa das acusações da revista. Aos seus olhos, Suzane não apresenta o saber fazer uma simulação e é logo desmascarada. *Veja* assume o papel de sancionadora do caso, avaliando a incompetência da moça para simular desmaios, choros, arrependimentos. Além disso, a revista põe em dúvida as verdades de suas ações e afirmações, levando o enunciário a, de certa forma, compartilhar com o enunciador esse mesmo ponto de vista, ou seja, Suzane deve ser condenada pelas suas ações. Na sanção de seu comportamento como dissimulação, está o pressuposto de *Veja*: ela é culpada. *Veja* se julga capaz de um fazer veridictório: modaliza a junção que Suzane apresenta com a verdade dos fatos como o que não é e não parece (falsa, portanto) aos leitores – como um convicto destinador jurídico.

3.2.2.2 O ápice da reportagem: “Suzane é manipuladora”

Para encerrar os quatro diferentes momentos da sanção aplicada ao sujeito

Suzane, propostos nessa análise, temos, mais uma vez, Suzane como o sujeito condenado pela *Veja*. Observemos os seguintes fragmentos de textos (grifamos):

[...] Suzane Louise Von Richthofen vem a público pela primeira vez falar sobre o crime que cometeu: o assassinato de seus pais.

[...] comporta-se como se fosse uma criança pequena. Fala baixo e com voz infantil.

[...] Suzane tenta convencer seus interlocutores de que é uma menina perturbada – e que foi essa condição que a fez, em 2002, abrir a porta de casa para que o então namorado, Daniel Cravinhos, acompanhado do irmão Cristian, entrasse no quarto de seus pais e os assassinasse a golpes de ferro.

*[...] ‘Quero minha vida de volta’, disse ela a *Veja*.*

[...] Depois, (Daniel) cobriu o rosto de Manfred com uma toalha. O de Marísia foi envolvido em uma sacola plástica de lixo, que havia sido deixada por Suzane na escada para que os irmãos depositassem as barras de ferro e suas roupas manchadas de sangue. A moça disse à polícia que enquanto os pais eram mortos, ela permaneceu no andar de baixo da casa, caminhando entre a sala e a biblioteca. Suzane afirma que, na maior parte do tempo, chorou, com os ouvidos tampados com as mãos. Teve, no entanto, suficiente sangue-frio para espalhar documentos e contas a pagar pelo chão da biblioteca, também ajudou os irmãos a arrombar, com uma faca, a maleta em que o pai escondia dinheiro e a colocar 8000 reais e 5000 dólares na mochila de Cristian. Embora soubesse o segredo da pasta, Suzane deduziu que o arrombamento daria mais veracidade à farsa. [...] Depois de simular surpresa diante dos indícios de “assalto”, cumpriu o roteiro combinado com o namorado: na frente de Andréas, que nada sabia, ligou para Daniel pedindo ajuda e obedeceu a seu conselho de chamar a polícia.

[...] Suzane nunca foi vítima de sua família. Seus pais a amaram, contaram-lhe histórias quando era pequena e orgulharam-se de cada vitória que conquistou. Ela estudou em bons colégios, praticou esportes, aprendeu três línguas. Teve carinho, foi mimada e bem educada.

Considerando sua busca pela liberdade, Suzane não hesita em tirar de seu caminho seus próprios pais, que, certamente, não compartilhavam dos mesmos valores dela e do namorado Daniel. Lembremos que os pais da moça valorizavam uma vida regrada, correta, com princípios. Assim, com o consentimento da moça e os meios para facilitar uma suposta ação criminosa por parte de terceiros, Suzane

abre caminhos para a concretização de suas ações, visando como objeto-valor à liberdade para continuar seu relacionamento com Daniel.

Suzane estava em conjunção com a repreensão, com a proibição de seu namoro e passa a brigar pela liberdade, por isso, “planeja” a morte de seus pais com a ajuda de seu ex-namorado. Para atingir suas metas, a jovem quer e deve agir. Ela quer e deve transformar seu estado disjuntivo em um novo estado: o de conjunção com a liberdade, o de conjunção com o poder estar com Daniel.

Suzane comete o crime. E mais, “arquiteta” uma simulação, a fim de tirar quaisquer suspeitas que poderiam cair sobre ela e Daniel. Ela tem o saber e o poder fazer como competências modais. É *a priori* um sujeito competente para a realização de sua ação. E assim, parte para sua empreitada em busca de seus propósitos. A jovem não põe, efetivamente, a “mão na massa”, não mata seus pais, exatamente, conforme o texto apresentado pela defesa. No entanto, executa programas de uso, isto é, providencia os meios: abre caminhos e não mede esforços para facilitar a entrada de Daniel em sua casa no dia do crime. Suzane abre as portas de sua casa para seu então namorado entrar no quarto e assassinar seus pais a golpes de barras de ferro.

Como Daniel aceita a manipulação de sua ex-namorada, age confiante em suas competências. O rapaz acredita poder e saber fazer. E essa confiança deve-se em parte à atuação manipuladora de Suzane, o sujeito destinador de valores com os quais Daniel está disjunto. Lembremos que, se Daniel aceita o acordo proposto, é porque as estratégias usadas por Suzane foram verdadeiras e convincentes. A recompensa de o casal estar juntos sem interferências dos pais da moça era almejada pelos dois. Outros valores também podem ser considerados almejados por Daniel, de acordo com a Versão 2, anteriormente analisada. O jovem foi manipulado pela tentação de poder estar com Suzane e com os valores materiais representados por esse relacionamento, portanto, quis agir.

O casal apresenta o saber e o poder matar muito bem definidos no texto da *Veja* sobre o caso. E diante disso, a revista não deixa de se posicionar. Seu papel sancionador é explícito no texto. Suzane não passa de uma farsante, cujo crime foi

premeditado e friamente calculado. Todas as suas atuações são desmascaradas pela *Veja*. Suas tentativas de disfarce não convencem a revista. Suzane, aos olhos da *Veja*, parece ser uma menina perturbada, age como se fosse uma criança pequena, mas teve sangue-frio para agir, simulou surpresa diante dos indícios de “assalto”. Dessa forma, há um reconhecimento negativo das ações de Suzane, por isso, a revista a sanciona negativamente. *Veja* usa como manchete de sua reportagem o título: *Verdades e Mentiras de Suzane Von Richthofen* e com isso, julga o sujeito, pondo em xeque as verdades e as mentiras de suas ações. Algumas são verdadeiras (parecem e são), outras são mentirosas (parecem, mas não são). Essa análise corresponde à interpretação dos estados resultantes das ações do sujeito por parte do destinador julgador – é a chamada interpretação veridictória.

Por esse recorte do texto publicado sobre o caso Richthofen, na *Reportagem Especial* da *Veja*, podemos analisar o jogo de manipulações que permeia a história, promovendo, assim, a construção de diferentes simulacros do sujeito Suzane, que ora assume a manipulação, ora é vítima dela.

Pela análise desse texto, podemos também verificar o “movimento” das posições actanciais, ou seja, o chamado “sincretismo actancial” de Suzane, já que ela é o grande nó da trama criminosa que, segundo a própria *Veja*, chocou o país.

É interessante notar que Suzane não é construída por meio de apenas um simulacro, mas, justamente, o sujeito é a composição de todas as possibilidades de simulacros construídos pelo discurso da *Veja*. E, é claro, que a enunciadora em todo momento trabalha a condenação do sujeito. Suzane é culpada, porque se deixou manipular ou pelo namorado ou pelos advogados e porque manipulou o namorado. Então, de qualquer forma, não há saída. Suzane é sancionada negativamente, recebendo punição social da maior revista do país, que a usa para seus fins, que a expõe publicamente na sua intimidade e desgraça¹⁸.

Verificamos a sanção de Suzane em diferentes momentos do percurso

¹⁸ Pode-se questionar se haveria, aqui, sanção pragmática. Ao nosso ver, sim. A exposição pública do sujeito Suzane por *Veja* e o uso de sua desgraça não deixam de ser sanções pragmáticas, coisa semelhante ao que fazem aos anti-heróis antes de matá-los. Os destinadores-julgadores, muitas vezes, não possuem certas competências, mas as praticam como se as tivessem.

narrativo. Não se pode deixar de reafirmar que *Veja* usa a história de Suzane, relatada na *Reportagem Especial*, para persuadir seu público-leitor e com isso atingir dois grandes objetivos: vender-se e, conseqüentemente, convocar o leitor a com ela formar o seu ponto de vista sobre o caso: julgar a jovem Suzane, sancionando-a como culpada.

A estratégia persuasiva da enunciadora para construir determinados simulacros de Suzane é bastante interessante, na medida em que o jogo de manipulações é o tempo todo mostrado por meio dos diferentes momentos da ação principal da história: o assassinato dos pais de Suzane. Primeiramente, a revista mostra ao leitor uma Suzane “manipulada pelo namorado” a tomar parte na ação criminosa. Depois, mostra exatamente o contrário, uma Suzane “manipuladora”, que usa o amor do namorado para fazer com que o rapaz participe do crime.

Veja apresenta ainda uma Suzane “manipulada pelos seus advogados” de defesa, incapaz de convencer o público de seu arrependimento e constrói a moça como um sujeito “manipulador da ação principal”, por ter ela premeditado o crime. *Veja* julga a história enunciada e, principalmente, o sujeito principal da trama: Suzane Von Richthofen. É o poder-julgar de *Veja*, como se fosse uma instância jurídica.

3.3 SEMÂNTICA NARRATIVA

Agora chegou a hora de analisar os “estados de alma” de Suzane construídos nessa *Reportagem Especial*. A esses estados a semiótica dá o nome de paixões ou afetos passionais. Algumas dessas paixões serão brevemente comentadas, entretanto, uma delas terá, aqui, uma abordagem teórica mais consistente, por ser apresentada de modo mais valorizado nos textos da *Veja*: a paixão do medo.

Não é difícil perceber que alguns afetos podem provocar ou paralisar as ações do sujeito. Os chamados “conteúdos passionais”¹⁹ funcionam como uma mola

¹⁹ Conteúdos passionais podem ser: o ciúme, o desespero, a vingança, a indiferença, a vergonha, etc. Essas paixões estão centradas no *ser* do sujeito e seu estudo complementa o *fazer* do sujeito (TATIT, 2006).

propulsora para ações que se concretizam nos percursos narrativos dos actantes.

O texto da *Veja* mostra alguns estados de alma do sujeito Suzane, alvo dessa análise. E, claramente, reforça a paixão do medo; paixão esta predominantemente mobilizada no sujeito em questão (grifamos):

***Repudiada** pela família, sem dinheiro, **com medo** de sair às ruas e manipulada pelos advogados, a jovem que participou do assassinato dos pais está mais **perdida** do que nunca.*

*[...] No esforço de **evitar o que mais teme**, a volta para cadeia, onde ficou por mais de dois anos [...].*

O que você sente ao falar deles (de seus pais)?

Um buraco no peito. Dói muito falar deles. É tudo muito triste.

[...]

Você está arrependida?

(Suzane responde afirmativamente com a cabeça) [...].

Queria voltar naquele dia e apagar tudo. Queria minha vida de volta.

[...]

Do que você tem mais medo?

Do dia do julgamento.

*Nas poucas vezes em que deixa o apartamento, Suzane usa as escadas, em vez do elevador. **O temor de ser “descoberta”** é tanto que ela afirma não sair nem à janela.*

***Tenho medo** de que eles queiram que eu vá embora daqui, diz.*

*Suzane, que esteve presa entre novembro de 2002 e junho de 2005, tem **pavor de voltar à cadeia**.*

A paixão do medo, no texto apresentado, representa o efeito passional do sujeito que não quer ser privado de liberdade e teme ser sancionado negativamente. De acordo com a entrevista concedida à revista, Suzane quer sua vida de volta, frase que, inclusive, está destacada na capa da revista na qual Suzane aparece. A jovem, semioticamente, é um sujeito *tenso*, pois demonstra medo de sair às ruas, medo de ser descoberta pelos vizinhos, mas, sobretudo, medo de ser punida severamente pela lei, ou seja, medo de voltar à prisão, portanto, seu grande temor é

o dia do julgamento, dia em que sua performance será julgada.

Seu maior medo é viver o resto de sua vida em um estado disjuntivo com a liberdade. Suzane sabe que corre esse risco, por isso tem pavor de voltar à cadeia. É um sujeito temeroso, porque sabe poder ser privada de seu objeto-valor (a liberdade) e sabe poder ser castigada pelo que fez, inclusive, ela tem medo da violência que as outras detentas possam fazer contra ela. Suzane não poderia ter uma relação *relaxada* com seu objeto-valor, pois não vive como gostaria. E também não pode reverter essa condição. Suzane não pode fazer nada, além de esperar seu julgamento. Essa situação a deixa triste, com dor. A dor e a tristeza de Suzane são decorrentes de ela saber não poder fazer, de saber de sua incompetência para mudar, transformar sua vida, já que o destino de sua vida não é mais seu e sim do destinador-julgador (a justiça). Caso a jovem não consiga uma forma de premiação, de recompensa, como, por exemplo, a redução de sua pena, ela, além de triste, será um sujeito frustrado, já que não conseguirá desfrutar de seu objeto-valor almejado, como gostaria. Assim, conforme reflexões teóricas de Barros (1997), podemos chegar à conclusão de que Suzane vive o desejo de reaver a liberdade, sua vida de volta e de *repulsa* à prisão que um destinador poderoso pode lhe impor. Ela teme esse destinador, por isso sua relação com o destino de sua própria vida é altamente tensa.

As paixões simples decorrem da modalização pelo querer-ser. Há paixões em que o sujeito quer o objeto-valor, como na cobiça, na ambição ou no desejo; outras em que o sujeito não quer o objeto-valor, como na repulsa, no medo ou na aversão [...] (BARROS, 1997, p. 48).

Logo, Suzane quer, deseja sua vida de volta e rejeita uma vida que poderá lhe ser imposta e da qual tem medo. Interessante é notar que Suzane é um sujeito em “estado de espera”, o que contribui ainda mais para intensificar seu estado tensivo, já que deve esperar pela sanção da Justiça – destinador cujo poder ela agora reconhece.

3.4 PLANO DE CONTEÚDO – NÍVEL DISCURSIVO

A análise semiótica parte, metodologicamente, da “desconstrução” textual e propõe uma construção, vale dizer um “recorte”, considerando os três níveis do percurso gerativo de sentido, de um determinado objeto. Aqui, elegemos a *Reportagem Especial* da *Veja*, publicada no dia 12 de abril de 2006, como objeto de análise do terceiro patamar do percurso.

3.4.1 Sintaxe e semântica discursiva

A sintaxe discursiva tem por objetivo o estudo das relações entre o enunciador e o enunciatário, ou seja, o sujeito da enunciação (a revista) assume o discurso para fazer o enunciatário (o leitor) crer em suas palavras, mas, para isso, lança mão de uma série de recursos persuasivos, tornando o texto mais verossímil. Além disso, estuda as projeções da enunciação no enunciado, que evidentemente podem “entrar” no fazer persuasivo do enunciador.

A revista *Veja* é a grande manipuladora, chamada de enunciadora no nível discursivo, e o leitor é o enunciatário. A ela cabe o papel do fazer persuasivo, do convencimento de suas informações; ao enunciatário, o fazer interpretativo, a aceitação ou recusa de suas “verdades”. Ambos, enunciador e enunciatário estabelecem um contrato de confiança, o chamado contrato fiduciário. Em outras palavras, o enunciatário quer e/ou deve crer no texto produzido pelo enunciador e este, em princípio, age sobre aquele com o seu fazer veridictório, ou seja, com os efeitos de sentido produzidos por meio de seu texto – o efeito da verdade. Podemos ter enunciados com efeitos de subjetividade e outros com efeitos de objetividade. O enunciador pode se projetar de maneira mais próxima ou mais distante daquilo que é enunciado. *Veja*, como enunciador, constrói seu discurso em 3ª pessoa, distanciando-se do enunciado, tornando-o, assim, mais objetivo. Tal projeção em 3ª pessoa é uma marca própria de alguns gêneros do discurso jornalístico que prezam a objetividade dos fatos narrados, como se neles os fatos se contassem por si mesmos, como sinal de evidência destituída de fonte subjetiva. Efeito contrário ao do discurso jornalístico, é o efeito obtido por meio da projeção enunciativa, ou seja, o discurso é construído em uma 1ª pessoa, o que o torna mais subjetivo, mais próximo

do enunciado.

Há três tipos de debreagens enunciativas e três de enuncivas: as de pessoa (actancial), as de espaço (espacial) e as de tempo (temporal). A debreagem enunciativa projetada, pois, no enunciado o *eu-aqui-agora*, ou seja, instala no interior do enunciado os actantes enunciativos (eu/tu), os espaços enunciativos (aqui, aí, etc.) e os tempos enunciativos (presente, pretérito perfeito 1, futuro do presente). A debreagem enunciva constrói-se com o *ele, o alhures e o então*, o que significa que, nesse caso, ocultam-se os actantes, os espaços e os tempos da enunciação (FIORIN, 2005b, p. 58-59, grifo do autor).

Nunca devemos perder de vista que o grande objetivo do enunciador é fazer o enunciatário crer naquilo que ele diz. Para isso, obviamente, o manipulador-enunciador produz determinados efeitos de verdade em seus textos. Assim, por mais que a *Veja* se mostre imparcial ou que pareça construir um discurso desprendido de subjetividade, sua verdade é construída e, com isso, há uma tomada de posição sobre o caso. Vimos que a revista ocupa sempre a mesma posição – a de julgadora de Suzane, mesmo quando tenta manifestar um posicionamento contrário, como mostra o fragmento de texto abaixo (grifamos):

*Com certeza, porém, ela pode estar usando as características descritas pelo delegado em 2002 para criar, sob a orientação dos advogados, uma persona vitimizada, carente e merecedora de pena. **Não se pode prejulgar. Um júri será convocado com a específica finalidade de decidir o destino de Suzane.***

É interessante observar que a revista argumenta, tomando dois pontos de vistas diferentes. Por um lado, adota uma atitude juridicamente correta: “não se pode prejulgar”. Assim, atribui a tarefa de julgamento ao “júri que será convocado”. Isso soa como uma “lição de moral” para o leitor, diante da natureza do caso. Por outro lado, *Veja* adota um ponto de vista que podemos chamar de moral, na medida em que lança opiniões e prejulgamentos do sujeito em questão. As expressões “com certeza” e “pode estar” denunciam um sujeito que oscila entre a posição de certeza e a posição dubitativa – com ênfase, é claro, na primeira.

É claro que a *Veja* não admite seu papel sancionador, mas tem, do ponto de

vista cognitivo, o poder e o querer fazer. Não se trata de uma revista qualquer e sim, de uma revista cuja quantidade de leitores é surpreendente. Seu discurso é bem-sucedido para os seus cinco milhões de leitores espalhados pelo país. *Veja* constrói sua verdade em relação à história de Suzane e, além disso, cria diferentes simulacros da moça, julgando-a. Em um primeiro momento, *Veja* constrói, sim, uma Suzane manipulada, mas pelos seus advogados, sugerindo que ela vem seguindo muito bem as orientações da defesa e que sabe o que está fazendo, apesar de não saber simular arrependimentos, desmaios e choros, ou seja, Suzane é construída como uma figura dissimulada que finge ser algo que, na realidade, não é. Depois, Suzane é construída como a moça que se deixou manipular pelo ex-namorado Daniel Cravinhos para juntos consolidarem o relacionamento amoroso. Em outro momento, Suzane é, também, o sujeito manipulador da ação cometida, pois foi executora de uma série de programas de uso para a realização do programa principal: teve suficiente sangue-frio para permitir a entrada de Daniel e do irmão deste em sua casa no dia do crime, bem como para premeditar todo o roteiro da armação combinada com seu ex-namorado. Nessa perspectiva, Suzane é construída como a mentora do crime, aquela que planejou a morte de seus próprios pais.

Como se vê, Suzane, aos olhos da *Veja*, não tem escapatória. De manipulada à manipuladora: nas duas situações, ela é condenada, por ser dissimulada e mentora do crime. Desses simulacros, não há um que possa favorecer, judicialmente, o destino da moça. O discurso da *Veja* ainda se apoia em argumentos literários e históricos para corroborar a construção do simulacro negativo de Suzane. A revista faz algumas considerações sobre o parricídio e o matricídio na Roma Antiga e também sobre a famosa tragédia grega Édipo Rei, escrita por Sófocles. Não podemos desconsiderar que tais citações têm efeito de “verdade”, manifestando o caráter trágico do acontecido, cuja memória discursiva remontada ao fundo das eras – um acontecimento cujo aspecto inteligível e passional extrapola os esquemas de mundo dos leitores de ontem e de hoje. *Veja* faz uso do discurso literário e jurídico, como estratégia persuasiva, para manipular seu público-leitor, levando-o a crer em uma informação que não é dada diretamente pela revista, mas, em princípio, é pautada em conhecimentos que a história e a literatura clássica podem oferecer à

memória dos enunciatários. Ramos (2007, p. 6) afirma que “O destinatário é levado a crer, propósito, aliás, do discurso jornalístico, pautado pela informação com ideais de certeza e veracidade dos fatos e não pela dúvida”. Nesse sentido, a esses ideais de certeza e veracidade corresponderiam certos graus de “verdade” compartilhados em cada situação, já que o discurso jornalístico não tem, em princípio, a preocupação com a verdade, como o tem o discurso religioso, mas com o fazer parecer verdadeiro. Vejamos o trecho abaixo (grifamos).

*A peça Édipo Rei, escrita por Sófocles, tornou-se a mais famosa tragédia grega justamente por tratar desse **crime tremendo que é o parricídio**.*

*[...] Eis por que o **parricídio e o matricídio assombram tanto** por serem crimes que, ao atentar contra um dos pilares da civilização, a família, ecoam uma essência humana atávica e incancelável.*

Veja, além de construir o efeito do “enunciador que tudo sabe”, ainda desperta no leitor a paixão da indignação, convocando-o a repudiar Suzane pelo crime que cometeu (grifamos):

*Quando ganham materialidade por decisão de **uma menina que poderia ser a filha de qualquer um de nós**, como Suzane, o **horror aumenta**. Tende-se, inclusive, a buscar uma **explicação razoável para a atrocidade** – algo que distancie a tragédia de nossas vidas, que nos dê a certeza de que só poderia acontecer com “eles”.*

Mexendo com as sensibilidades dos leitores e provocando neles uma reação aos atos de Suzane, traduzidos por atrocidades, o enunciador quer do enunciatário a mesma tomada de posição. Ao tomar conhecimento das “verdades” expostas por *Veja*, o enunciatário deve se sentir horrorizado com os fatos apresentados. Assim, tudo depende de como a história é contada, por isso a verdade é relativa, mas a da *Veja* pretende chamar atenção do leitor, construindo o simulacro de uma Suzane merecedora de punição. É sua voz social que ecoa nos textos, persuadindo-nos a acreditar naquilo que ela diz, instigando-nos a também dar o nosso veredicto.

Como efeito ou ilusão de verdade, a revista cede um pequeno espaço editorial para uma reprodução da primeira entrevista de Suzane depois do crime. Com isso, busca-se o referente ou a construção de uma “situação real” em que duas

peças dialogam (é a “prova” de que a revista manifesta sua “imparcialidade”). A entrevista publicada em *Veja* tem também o efeito da “humanização”, uma vez que põe a voz de Suzane em discurso direto, ou seja, cria-se, assim, o simulacro da voz da verdade: é Suzane quem fala e não alguém que fala por ela. Mas não só isso. Há ainda outros recursos e estratégias discursivas nas quais a revista se apoia. Por exemplo, a referência às datas, aos lugares, às pessoas. Esses elementos textuais são efeitos de realidade, de veracidade que convergem para o enriquecimento do discurso, no sentido de torná-lo mais persuasivo, convincente. A revista trabalha com simulacros. São construídos simulacros de tempo, espaço e pessoas. De fato, a história do crime se passou em um determinado tempo, espaço e com determinadas pessoas. E *Veja* dá conta dessas informações, garantindo ao seu enunciatório o reconhecimento da “realidade”. A essa estratégia dá-se o nome de “ancoragem”²⁰. Uma outra ilusão ou efeito de realidade a ser considerado é a chamada iconização. Dada a importância da notícia, já que *Veja* dispensou um espaço editorial considerável e chamou esse espaço de *Reportagem Especial*, o recurso figurativo da iconização não poderia deixar de ser utilizado, para dobrar os seus meios persuasivos. Então, além da capa de abertura à reportagem, que será analisada em outro momento, no estudo do plano de expressão, a revista publicou muitas fotos de Suzane, em vários momentos de sua vida, inclusive, uma delas retratando o dia em que seus pais foram sepultados. Esta fotografia, abaixo, é interessante, na medida em que traz uma legenda que põe à tona o julgamento do enunciador. Observemos a Figura 3.



²⁰ Anco
espaço e
(BARROS

empo, a um
el discursivo

FIGURA 3 - A farsa: Suzane Von Richthofen chora no funeral dos pais, antes de confessar os crimes.

Como foi observado, a jovem tem seu simulacro (des) construído, pois é vista e interpretada como uma farsante.

Independentemente do parecer e do julgamento da revista, as fotos de Suzane criam a ilusão de “cópia do real”, garantindo, mais uma vez, o efeito de sentido pretendido pelo enunciador que é fazer o “parecer real” ser tomado como real. Tem-se aí um procedimento de iconização, em que o enunciatário é levado a crer na fotografia que vê, por causa do seu reconhecimento dos elementos que constituem o mundo real.

A semântica discursiva trata dos temas e das figuras que servem para concretizar o sentido do texto. Existem textos predominantemente figurativos e outros, predominantemente, temáticos. Isso quer dizer que não existe texto, exclusivamente, temático ou figurativo. As figuras são responsáveis pela “concretização” do sentido do texto em um nível mais concreto, já que representam o mundo, ou melhor, remetem a elementos existentes no mundo natural. Os temas são responsáveis pela “concretização” do sentido do texto em um nível mais abstrato, porque explicam, organizam elementos do mundo natural.

Passemos, então, à análise geral dos temas e das figuras da *Reportagem Especial*. Poderíamos dizer que o texto em questão é, predominantemente, figurativo, porque as figuras que constituem a reportagem são bem demarcadas ao

longo do texto e, assim, elementos mais concretos preenchem o percurso da narrativa, como, por exemplo: as fotos de Suzane, a da capa, a de sua família, a do seu então namorado Daniel Cravinhos, a de seus advogados de defesa, entre outras tantas imagens. Esses elementos “concretizam” o sujeito Suzane e dão ao texto o seu valor de manifestação do real. São essas figuras que, organizadas, formam o percurso figurativo do texto em questão, fazendo com que determinados temas aflorem à superfície textual. É o encadeamento coerente das figuras que torna possível a apreensão dos temas subjacentes ao enunciado. É claro que há um revestimento figurativo (uma rede bem ordenada) que cobre os temas do texto. E essas figuras não são dispensáveis, muito pelo contrário, são elas que concretizam os percursos temáticos, dando ao texto um efeito mais verdadeiro por resgatarem elementos da realidade. Por exemplo, na passagem em que a revista *Veja* descreve, detalhadamente, como o crime aconteceu, na noite do dia 31 de outubro de 2002, são as figuras que servem para criar um efeito de verdade ao tema tratado: o crime. Assim, figuras como: casa, sala, quarto, interruptor de luz, biblioteca, barra de ferro, toalha, arma, sacola plástica de lixo, roupas manchadas de sangue, entre outras, colaboram, significativamente, no tratamento abstrato do tema, “que é o assassinato dos pais de Suzane”²¹, em termos mais gerais, a execução de um crime bárbaro contra pai e mãe. Afirmar o contrário, que o texto seja, predominantemente, temático também pode parecer procedente, na medida em que se busca explicar o crime e as razões dele, por meio de exposição de argumentações e contra-argumentações. Preferimos, no entanto, adotar o ponto de vista primeiro; e para isso, compartilharemos do exemplo de Bertrand (2003), para quem o gênero “parábola” é caracterizado “por uma pluralidade de isotopias figurativas possíveis para significar uma única isotopia temática, quando diversas narrativas diferentes trazem uma mesma mensagem axiológica”. Esse ponto, sim, parece melhor corresponder ao trabalho analisado, pois, no *corpus* desta pesquisa, há diferentes narrativas que apontam para um único tema maior (o assassinato contra pai e mãe) e, em torno deste tema, giram outros menores.

Entretanto, é bom lembrar que *Veja* se dirige a um público amplo pouco afeito

²¹ Observar o texto da *Veja* analisado na seção 3.2.2.2 – O ápice da reportagem: “Suzane é manipuladora”, em que figuras recobrem detalhadamente a temática do texto.

a um discurso temático predominante ou absoluto, por isso, quando muito se poderia afirmar que *Veja* equilibra a adoção da estratégia de tematização e figurativização. Não nos esqueçamos da aposta dela em duas direções: sensibilizar os leitores com figuras de espantar os olhos e, ao mesmo tempo, simular uma discussão aberta e correta do caso.

3.5 PLANO DE CONTEÚDO – NÍVEL FUNDAMENTAL

Este nível é o mais simples e abstrato do percurso gerativo de sentido e, a partir dele, tem-se como conteúdo uma oposição mínima de sentido produzida no discurso. Há uma oposição semântica que gera o sentido do texto por meio de uma relação. Essa relação apresenta dois pólos. O primeiro é investido de valor positivo (atraente / eufórico) e o outro de valor negativo (repulsivo / disfórico).

Dessa forma, a oposição mínima sobre a qual o discurso da *Veja* se constrói é Vida vs Morte ou, em um segundo plano, Liberdade vs Opressão. A estrutura fundamental segue um roteiro que vai da afirmação de um determinado valor, depois se passa à negação desse mesmo valor e, por fim, afirma-se o seu valor contrário. A morte do casal Richthofen, nesse contexto, assume um valor atraente, eufórico para o sujeito Suzane, porque mantê-los em conjunção com a vida seria um grande empecilho ao seu relacionamento bem como à sua liberdade para manter seu relacionamento com Daniel e viver o melhor dos mundos com amor e bens sem custo. Seguindo o roteiro da estrutura fundamental, temos a afirmação da vida de seus pais, a negação da vida e a afirmação da morte. Assim, Suzane considera a morte de seus pais um valor eufórico e a vida deles um valor disfórico. Em outras palavras, segundo Fiorin (2005a), a vida deles é repulsiva para ela, enquanto a morte é atraente, o que gera o absurdo semântico da história contada.

Por um outro lado, tem-se a busca de Suzane pela sua liberdade, pois a moça sentiu-se oprimida, quando seus pais passaram a proibir seu namoro com Daniel. O segundo plano das estruturas fundamentais diz respeito à afirmação da opressão (proibição do namoro), depois à negação dessa opressão e, finalmente, à afirmação

da liberdade. Pode-se, então, estabelecer uma associação entre a busca da liberdade e a morte e entre a opressão e a vida. Suzane busca sua liberdade, mas para esse fim, ela “valoriza” a morte de seus pais. A liberdade é atraente assim como a morte. Ambos são eufóricos para Suzane. Já a opressão, a dominação e a vida de seus pais são elementos disfóricos, repulsivos, com os quais Suzane manteve uma relação tensiva. Ter seus pais por perto, dominando-a, proibindo-a significaria viver sob opressão, então, não os ter mais por perto significaria entrar em conjunção com a liberdade, valor com o qual Suzane quis manter uma relação “relaxada”, porque antes ela mantinha uma relação “tensa” com o mesmo valor e, por isso, buscou transformar seu estado. Daí o percurso das ações dos sujeitos se instaura na narrativa, assunto tratado anteriormente.

Podemos ainda afirmar que, do ponto de vista geral da revista *Veja*, a oposição de base passa a ser o Bem vs o Mal. O bem representado pelos efeitos passionais da “humanização” do sujeito Suzane e o mal representado pelos efeitos passionais da “monstrualização”, hipótese central deste nosso trabalho a ser melhor desenvolvida quando da análise de uma foto, que serviu de abertura à *Reportagem Especial*.

3.6 PLANO DE EXPRESSÃO – UMA ANÁLISE SEMIÓTICA DA COMPOSIÇÃO SINCRÉTICA DA *REPORTAGEM ESPECIAL* DA REVISTA *VEJA* SOBRE O CASO RICHTHOFEN

A análise do plano de expressão tem por objetivo mostrar a materialização dos sentidos de expressão, ou seja, o meio pelo qual o conteúdo se manifesta, conseqüentemente, o estabelecimento de ligações entre o conteúdo e seu suporte expressivo, seja ele um suporte verbal, visual, gestual ou sincrético. A capa de abertura da *Reportagem Especial* tem seu conteúdo manifestado por dois sentidos expressivos: o verbal e o visual. Passemos à observação do texto e a posterior análise do plano de expressão bem como suas relações com o plano de conteúdo.

Hernandes (2003), em seu artigo sobre a publicidade da mesma revista

analisada, observou e verificou a existência de quatro estratégias de diagramação que permitem o estudo da composição do plano de expressão e do plano de conteúdo. Passemos, então, à verificação dessas quatro leis propostas pelo autor que serão agora aplicadas nessa análise.

A *Reportagem Especial* da revista *Veja* cedeu um espaço de oito páginas para compor a matéria. Como se vê, a foto de Suzane ocupa um espaço editorial bastante valorizado pela revista. Assim, cumpriu-se a primeira lei, pois a matéria foi valorizada em função do espaço dado a ela²². Além da própria capa, que apresenta uma foto de Suzane com o efeito do *close-up* na TV, valorizando, assim, suas expressões e não permitindo a dispersão do olhar do leitor, o que cria, uma tensividade entre o objeto e seu espectador, a revista publicou também uma série de fotos de Suzane, o que valoriza ainda mais as imagens veiculadas pela enunciadora. Abaixo, a foto de Suzane na capa da *Veja* (FIGURA 4).

²² Para nós, entretanto, essa lei de equivalência entre tamanho de espaço e importância da notícia, nem sempre parece se comprovar, como já o demonstramos anteriormente.



FIGURA 4 - Suzane na capa da *Veja* de 12 de abril de 2006.

Veja também se preocupou em posicionar as fotos na parte de cima da revista, dando um valor especial às imagens que aparecem nas páginas. Essa é a segunda lei, que diz respeito à posição na parte superior dos elementos textuais e sua consequente valorização. Indubitavelmente, a revista ofereceu a máxima valorização ao caso Richthofen, pois Suzane foi capa dessa edição especial. Temos aí a concretização da terceira lei de diagramação, cuja importância se dá pela edição de uma *Reportagem de Capa*. A capa é uma unidade englobante que “abraça” outras unidades menores (reportagem de capa, fotos, entrevista) que são chamadas de unidades englobadas, formando, assim, um todo de sentido, segundo

Ramos (2007, p. 2). Fechando o estudo baseado na análise de diagramação proposta por Hernandez (2003), a quarta lei vai ao encontro da capa de abertura da reportagem, já que há uma maior valorização editorial no início das informações sobre Suzane. Desse modo, a revista, apesar de apresentar uma matéria composta por oito páginas, oferece ao seu leitor, já nas duas primeiras, a foto principal e as principais informações a respeito de Suzane. Verificamos, então, o cumprimento das quatro leis de diagramação aplicadas na revista analisada.

Perpassar os três níveis do percurso gerativo de sentido, fazendo uso de conceitos da teoria semiótica greimasiana, bem como a construção dos diferentes simulacros pela revista *Veja* – que ocupa a função da grande manipuladora da história sobre seus cinco milhões de leitores – foi uma tarefa instigante. Instigante, principalmente, por duas razões distintas, mas complementares.

A primeira delas é que, de fato, a revista não monta seu discurso baseado na imparcialidade e na objetividade. Pelo contrário, ela tem por objetivo dar a sentença final sobre o caso. E para isso, constrói uma Suzane manipulada e outra manipuladora, mas sanciona as duas e não mede esforços para provocar o leitor a também compartilhar dessa mesma opinião. A intencionalidade do enunciador *Veja* sobre seus enunciatários é fazer o leitor crer na verdade da revista, não importa o olhar da defesa de Suzane, não importa também o olhar da acusação. O que importa para o leitor é a ambiguidade da figura envolvida na principal performance explorada pelo texto: o assassinato do casal Richthofen, os pais de Suzane.

A segunda razão pela qual este trabalho tornou-se um objeto interessante foi a construção do simulacro do próprio enunciador – a revista. Construindo os simulacros de Suzane, a revista *Veja* também deixa transparecer, principalmente, por meio de suas estratégias discursivas, o seu próprio simulacro. *Veja* valoriza as fotos de Suzane, privilegia o sujeito do enunciado na capa, dando-lhe ainda mais projeção. Além disso, mantém seu estilo próprio, usando um vocabulário requintado, oferecendo informações adicionais ao seu leitor e ainda faz referências textuais à história antiga e à literatura grega, para dar peso aos seus argumentos. Intitula sua reportagem com o nome: *Verdades e Mentiras de Suzane Von Richthofen* e, com isso, constrói a sua própria verdade, pois quem assim se manifesta é porque já tem

a “verdade” dada como definitiva em mãos. *Veja* separa a verdade e a mentira de Suzane, ela quer poder mostrar aos seus leitores quais são essas verdades e quais são essas mentiras, como se pudesse ter acesso a todos esses valores tão contrastantes na história. *Veja* tem o poder fazer crer e o poder fazer sentir, agindo sobre seus manipulados (os leitores).

O simulacro da revista é a de uma aplicadora de sanções. Em alguns momentos, forja um simulacro de imparcialidade, atribuindo o julgamento de Suzane a quem é de direito, o júri. No entanto, faz o leitor sentir-se indignado com o caso, provocando-lhe paixões de repúdio à figura de Suzane. E, assim, assume o seu compromisso moral com a família, quando diz que Suzane poderia ser a filha de qualquer um de nós. A revista vai organizando, tecendo seu parecer sobre Suzane, mas, procurando camuflar sua voz. Pretende ser objetiva e imparcial quando dá voz aos advogados de defesa da moça e quando põe em xeque o conflito, apresentando a defesa de Daniel Cravinhos. Entretanto, sua antidesa está pronta. *Veja* é, de certa forma, o anti-destinador-julgador de Suzane (ou melhor, o grande juiz), porque a moça é construída como manipulada e como manipuladora, mas em ambos os simulacros, Suzane é uma farsante que foi instruída por seus advogados para fazer “o tipo frágil e desassistida”, segundo informações da revista. Assim, seus advogados também sofrem uma punição indireta da enunciadora, já que quem faz fazer a farsa são eles. Logo, se Suzane é farsante é porque alguém faz Suzane ser e agir desse modo.

Discursivamente, *Veja* conta a história, retomando a trajetória de vida de Suzane com argumentos consistentes e dispendo, inclusive, de um espaço para a reprodução de sua primeira entrevista após o crime. Cria-se, com isso, um simulacro de acontecimento real e o uso do discurso direto gera o efeito de autenticidade: é a voz de Suzane que fala no texto e não a voz da *Veja*. Ainda nessa entrevista, há um destaque na capa à fala de Suzane que diz querer sua vida de volta. *Veja* destaca a busca do sujeito Suzane pelo objeto-valor vida, objeto este tirado, literalmente, de seus pais, provocando, mais uma vez, o leitor a indignar-se com o crime.

Analisar, semioticamente, o texto de maior publicação da revista *Veja* sobre o caso Richthofen permite comprovar que, além de sua função comunicativa, a revista

cumprir um papel que se sobrepõe ao ato de comunicação. Ela cumpre um papel manipulador, construindo e destruindo simulacros, segundo diferentes perspectivas. E faz isso também, vale destacar, para vender-se, ou seja, gerar consumo.

3.7 OS EFEITOS DE SENTIDO PASSIONAIS NA COMPOSIÇÃO DE UM TEXTO SINCRÉTICO

O presente tópico tem por objetivo analisar, semioticamente, as duas primeiras páginas da *Reportagem Especial* da revista *Veja* e que tem na fotografia um dos principais chamarizes do leitor. Essa análise vai ocupar-se apenas de alguns aspectos do plano de expressão e do plano de conteúdo e suas possíveis relações.

A foto de Suzane, publicada na edição da revista *Veja* de número 1.951, mostrada nas páginas 104 e 105, serviu como abertura a essa *Reportagem Especial*, composta por oito páginas. Tal reportagem foi intitulada *Verdades e Mentiras de Suzane Von Richthofen* no ano em que a jovem teve seu julgamento oficial marcado e realizado. Essa reportagem foi a de maior destaque editorial daquela semana, conforme já mencionamos.

Privilegiaremos, nessa análise, apenas o estudo de um texto sincrético formado por uma fotografia de Suzane manipulada digitalmente pela *Veja*, um título e mais um subtítulo ou “olho” da reportagem. De acordo com Pietroforte (2008, p. 108), “[...] a legenda cumpre função de ancoragem, pois determina, delimitando, o sentido polissêmico carregado pela imagem.” É importante considerar que a produção de sentido dessa análise está diretamente interligada à da parte verbal (já analisada anteriormente). Lembremos que em semiótica o que interessa é o “todo de sentido” do texto. Além disso, serão também analisados os possíveis efeitos de sentido que emanam da composição sincrética²³ do texto em questão (foto), objeto específico de nosso estudo neste momento. As oito páginas da reportagem contêm

²³ A noção de texto sincrético, em semiótica, não é das mais simples. Trata-se de um texto em que várias linguagens (verbal, visual, gestual) estabelecem relações para produzir um “todo de sentido”. Segundo Greimas e Courtés (apud PIETROFORTE, 2004), em um texto sincrético, são acionadas várias linguagens de manifestação, como ocorre, por exemplo, entre um sistema verbal e um não-verbal das histórias em quadrinhos, que resultam em um único significado ou plano de conteúdo.

vários elementos fotográficos, dentre eles, a foto, que servirá de análise. Entretanto, mesmo considerando a importância de todos esses elementos da reportagem, no processo de significação do texto, esse tópico, como já foi dito, vai contemplar a análise da foto em que Suzane aparece com três pássaros: um nas mãos, à altura do rosto, encobrindo a boca e parte do nariz, para o qual os olhos convergem; e um em cada ombro. Além disso, temos também como objeto de análise, o título e o subtítulo da reportagem em questão, que juntos formam um “todo de sentido”.

A teoria semiótica entende qualquer objeto como um “texto”, no sentido ampliado do termo, composto por um plano de expressão, uma “materialidade” que se apresenta aos nossos sentidos, e um plano de conteúdo (discurso)²⁴. A análise das duas páginas iniciais da reportagem tem por objetivo mostrar a materialização dos sentidos de expressão, ou seja, o meio pelo qual o conteúdo se manifesta. Também vamos estudar que conteúdo é este e as relações entre categorias do plano de expressão e do plano de conteúdo, principalmente na construção de efeitos de sentido passionais. Segundo Pietroforte (2004, p. 40), a foto (um dos objetos de nosso estudo) é um enunciado que implica uma enunciação pressuposta: “Como um texto, toda foto é um enunciado que implica uma enunciação que o produziu. O observador da foto, portanto, é o enunciatário dessa enunciação”. Podemos ampliar essa observação para o nosso objeto (composto também de título e linha explicativa). Assim, temos de um lado a *Veja*, como enunciador, e o leitor como enunciatário deste enunciado (as duas primeiras páginas da *Reportagem Especial*) (FIGURA 5).

²⁴ É pertinente, aqui, estabelecermos a diferença entre texto / discurso. Segundo Barros (2005), o “texto” deve ser tomado como objeto de significação e objeto de comunicação. Fiorin (1995, p. 163) ainda diz que “[...] dar ênfase ao conceito de que o texto é um objeto de significação implica considerá-lo um todo de sentido, dotado de uma organização específica, diferente da frase”. O texto é, segundo Fiorin (2005c, p. 83), “a manifestação de um discurso por meio de um plano de expressão”. Já, “[...] um discurso é um enunciado caracterizável certamente pelas propriedades textuais, mas, sobretudo, como um ato de discurso realizado em uma dada situação. [...]” (ADAM, 1990 apud PAVEAU; SARFATI, 2006, p. 193). Ou, em termos mais ligados à semiótica, de acordo com Barros (1997, p. 85), o discurso é “o plano de conteúdo do texto (...), é, assim, a narrativa ‘enriquecida’ pelas opções do sujeito da enunciação que assinalam os diferentes modos pelos quais a enunciação se relaciona com o discurso que enuncia”.



FIGURA 5 - Capa de abertura da *Reportagem Especial*, de 12 de abril de 2006.

O texto de abertura da *Reportagem Especial* foi construído pela *Veja* por meio de diferentes recursos no plano de expressão: os textos verbais (título e subtítulo) e o texto não verbal (foto), que juntos formam um todo de sentido, ou melhor, um texto sincrético. Segundo Pietroforte (2004, p. 12), “O sentido é definido pela semiótica como uma rede de relações”. Nessa perspectiva, é pertinente o estabelecimento de relações de significação entre o texto verbal e o não verbal que constituem o todo do texto analisado. Devemos entender que a revista é um objeto semiótico que se manifesta por meio de vários tipos de texto, cuja materialidade também significa.

É isso que esse estudo pretende fazer. Começamos, então, pelo espaço editorial dado à foto de Suzane, que ocupa um local privilegiado na revista (as duas primeiras páginas inteiras da reportagem). Cabeça e ombros aparecem centralizados e divididos exatamente ao meio. O título ancora os sentidos iniciais, mostrando que uma parte deve ser interpretada como mentira e outra como verdade. O enquadramento não permite o desvio do olhar do espectador, já que seu posicionamento é estratégico. Não há meios para a dispersão da atenção. Desse modo, o enunciador tenta criar um importante impacto inicial, chamar a atenção do leitor de modo que ele não tenha “para onde fugir”, ou seja, o seu olhar foi

direcionado a “encarar” o olhar de Suzane. A tomada de posição da foto tem o impacto do *close-up* na TV e garante, dessa forma, o enquadramento de Suzane (sujeito do enunciado), cuja aproximação com o leitor (o enunciatário) é inevitável.

A foto mostra Suzane segurando um pássaro. Sobre cada lado de seu ombro, pousa mais um passarinho. Suas expressões faciais são nítidas para o espectador. Essa nitidez só é atenuada por causa dos fios de seus cabelos que, jogados à frente de seus olhos, inibem, de certa forma, uma visualização mais clara de seu olhar. *Veja* usa como recurso expressivo a chamada sinédoque visual (figura de linguagem, metonímia, em que uma parte representa o todo), já que o corpo inteiro de Suzane é desprezado em função da parte selecionada pela enunciativa, que é a cabeça e seus ombros. *Veja* simula, portanto, uma espécie de contato cara-a-cara entre a acusada e o leitor, provocando o engajamento perceptivo do enunciatário e arrebatando-lhe a atenção, que será sustentada pelas verdades e mentiras do caso. Esse efeito de proximidade causa curiosidade, impacto e intimidade com o leitor. Não podemos esquecer que a missão principal das duas primeiras páginas é a de motivar a leitura, arrebatando o leitor, criar curiosidade para que ele passe do ato de folhear a revista para o de consumo de toda a reportagem, satisfazendo, assim, a sua paixão, o querer-saber.

Instaura-se também, por meio do título desse texto, o fazer-sentir e o fazer-criar da enunciativa *Veja*, que nos propõe contar as “verdades” e as “mentiras” sobre o caso. Temos uma enunciativa que promete uma sanção do caso, que promete mostrar ao enunciatário quem é o sujeito Suzane e quais são as suas verdades e suas mentiras. Nesse sentido, *Veja* demonstra seu poder-fazer e também seu saber-fazer, já que se coloca como a detentora da verdade e sabe quais são as mentiras da jovem Suzane. Não podemos esquecer o contexto em que isso se dá: a edição da revista antecedia o julgamento de Suzane. *Veja* faz o papel da Justiça. Suzane aparece quase como um enigma que merece e deve ser desvendado pelo leitor. Suzane é uma esfinge que instiga o enunciatário a decifrar seus segredos, mistérios, suas verdades e suas mentiras. Para isso, basta ler o que a enunciativa propõe. Essas duas primeiras páginas têm como principal missão chamar a atenção do leitor para a importância do caso Richthofen por meio de uma

estratégia de manipulação: a tentação. Expliquemos melhor. A revista pretende ganhar a atenção do leitor e, para isso, oferece-lhe um prêmio: as verdades e as mentiras que só ela pode revelar. Com as duas páginas iniciais, *Veja* instaura no leitor “um querer-saber”. Ele deve ficar tentado a satisfazer a sua curiosidade, aceitando, assim, a manipulação da enunciadora.

No lado direito da foto, há um texto verbal escrito em vermelho, impresso em um fundo bem claro, de tom “acinzentado”, com letras maiúsculas, menores, entretanto, que as do título. Nesse texto, há uma espécie de resumo dos simulacros de Suzane. Se por um lado, a jovem está com medo do que lhe pode acontecer, por outro, ela participou do assassinato de seus pais, por isso, está mais perdida do que nunca. Esse texto parece reforçar o que há de mais importante sobre o caso tratado pela revista. E sua manifestação gráfica (em vermelho e em maiúsculas) não se priva de também reforçar o engajamento do leitor frente às informações explicitadas.

Podemos observar efeitos de contrastes cromáticos. Por exemplo, a palavra “verdades” está escrita em preto e impressa em um tom mais claro do papel, do lado direito da revista. No lado esquerdo, temos a palavra “mentiras” que está escrita em branco e impressa em um fundo mais escuro. Notemos que o morfema indicador de plural, na palavra “verdades”, chega até mesmo a sumir no lado escurecido da foto, sugerindo, assim, uma única “verdade” – a da *Veja*. As palavras verdade e mentira estão impressas em um corpo de letra mais espesso e em uma fonte grande, o que confere um tom mais dramático ao assunto tratado e, portanto, maior atenção. Percebe-se, assim, a busca de uma densidade dramática no texto sincrético criado por *Veja*.

No objeto como um todo, estabelece-se o jogo do claro vs escuro, de tonalidades mais quentes e de tonalidades mais frias, da luz e da sombra. A foto de Suzane está digitalizada de modo mais aparente, claro, nítido, de um lado. E de outro, seu rosto aparece mais velado, sombreado, escuro e menos nítido. Mais uma vez, o jogo dos contrastes: Suzane “humanizada” se opõe a Suzane “monstrualizada”. Temos a Suzane que sente medo e outra a quem se deve temer. O jogo de luz vs sombra, que é construído pelo texto da *Veja*, contribui, sobremaneira, para a intensificação dos contrários. Assim, “[...] formas e cores, na

ordem visual, dependem ambas da presença de luz, sem a qual nem uma, nem outra teriam qualquer efeito sobre o espectador” (LOPES, 2003, p. 69). As categorias cromáticas do plano de expressão produzido pela *Veja* são reiteradas por meio de tons mais claros e escuros, do preto e do branco, da polaridade da luz e da polaridade da sombra, o que, no plano de conteúdo, amplia ainda mais a ambiguidade do simulacro do sujeito.

Trata-se de um semi-simbolismo²⁵ interessante, porque, nesse texto analisado, as citadas categorias do plano de expressão, articuladas a categorias do plano de conteúdo, trazem novos sentidos. Por exemplo, a categoria cromática claro vs escuro se articula, no conteúdo, com a oposição humanidade vs monstruosidade / bem vs mal. Na verdade, temos quase um simbolismo. Ou seja, a revista vai buscar nos estereótipos sociais (preto = mal, por exemplo, e branco = bem), meios de construir os sentidos descritos. Uma hipótese para esse uso estereotipado é a de que a revista precisa criar rapidamente impacto no leitor, engajá-lo à leitura “sem que ele perca tempo”. E essas relações podem ser “decifradas” pelo enunciatário em segundos.

Suzane é o sujeito condenado não só pela família, mas socialmente pela revista, já que cometeu um crime e, por essa razão, merece ser repudiada. Nesse texto, temos, em um nível mais superficial, como oposição, os valores díspares da verdade e da mentira, que escondem, num nível mais profundo, de base, relações entre natureza e cultura, entre vida e morte. A Suzane “monstrualizada” é quase um animal. Na foto, essa tensão é construída também com os pássaros. É a menina ingênua e pura que se harmoniza com os animais ou se trata da besta que está a um passo de despedaçá-los, respondendo aos seus desejos maus? Podemos ainda depreender desse texto que o leitor chega a ficar confuso quanto à atribuição de sentidos: os pássaros poderiam sugerir a pureza, a inocência, a santidade, pois Suzane parece manter com eles uma relação íntima, convocando a memória do leitor à lembrança de São Francisco de Assis que conversava com eles. Ou, por outro lado, os pássaros, criados em casa (domesticados), poderiam sugerir uma

²⁵ Os chamados “micro-códigos” ou relações semi-simbólicas são categorias do plano de expressão e do plano de conteúdo que se relacionam entre si produzindo sentidos. “A expressão concretiza sensorialmente os temas do conteúdo e, além disso, instaura um novo saber sobre o mundo [...]” (BARROS, 1997, p. 82).

relação artificial, portanto, menos afetiva, menos natural.

O escurecimento do lado esquerdo da foto tem um efeito cromático dramático, na medida em que aproxima Suzane do leitor, por meio de uma foto cujo jogo de luz é significativo para o estabelecimento das relações entre o plano de expressão e o plano de conteúdo. Esse semi-simbolismo aponta a dupla condição de Suzane. Seu rosto se mostra e se oculta ao mesmo tempo. Sua imagem é paradoxal e o enquadramento da foto junto aos efeitos cromáticos contribuem para o jogo dos simulacros da “humanização” e da “monstrualização” do sujeito em questão. O suporte visual (a foto de Suzane) do texto sincrético é bem mais valorizado, despertando, assim, a passionalidade do leitor, que ora enxerga um ser humano, digno de verdades e, portanto, de confiabilidade e ora enxerga um monstro, um ser em quem não se deve confiar.

O leitor (enunciatário) parece chegar a ponto de até mesmo não saber mais quem é quem nesse jogo dos contrários, das oposições. É importante também o efeito de realidade da foto publicada. Suzane é alguém de “carne e osso” e cuja história se dá a conhecer pela revista nas páginas seguintes. A paixão do medo é também produzida no texto sincrético. Suzane tem dois lados: um mais claro, humano, angelical e inocente. Outro mais escuro, monstruoso, demoníaco e perverso. A passionalidade do leitor é despertada.

Uma das características do monstro é o uso de máscaras para esconder sua identidade.

[...] a máscara pode ser justaposta ao rosto ou ser o próprio rosto deformado ou em deformação. Às vezes, a perfeição da máscara tornada rosto é acompanhada por uma piedade que humaniza o monstro e neutraliza o temor (NAZÁRIO, 1998, p. 26).

Na foto analisada, Suzane não usa uma máscara, propriamente, mas o escurecimento da luz sobre um dos lados de sua face parece deformar seu rosto, provocando o medo no enunciatário, não dela, exatamente, mas daquilo que ela representa, daquilo que ela foi capaz de fazer. Em oposição, a claridade da luz sobre o outro lado de sua face atenua o efeito do monstro e humaniza o sujeito. No

entanto, Suzane não é uma coisa e nem é outra, ela é as duas ao mesmo tempo. Abaixo, a concretização dos efeitos estudados vistos na imagem de modo separado (FIGURA 6).

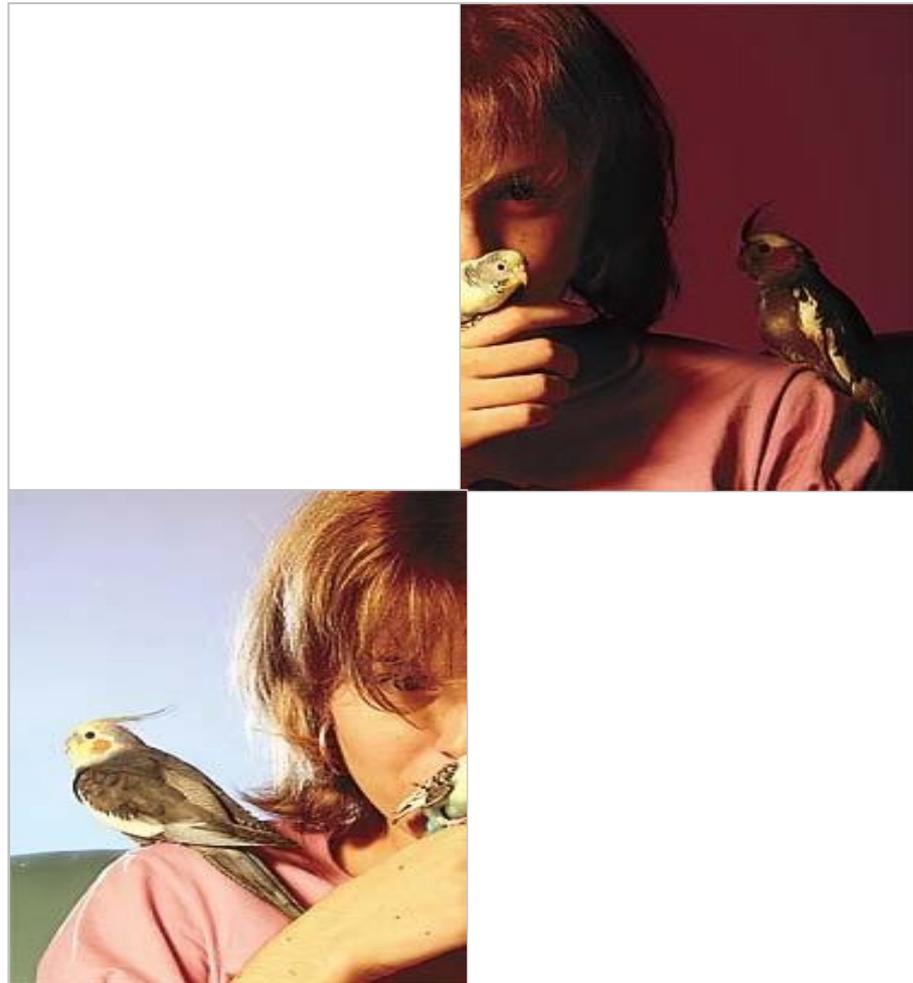


FIGURA 6 - Capa de abertura da *Reportagem Especial*, de 12 de abril de 2006, – imagem de modo separado.

Sabe-se que o medo nos discursos é uma paixão construída. *Veja* cria dois efeitos que, a princípio, parecem ser díspares: o efeito da “humanização” e o da “monstrualização” dos simulacros de Suzane Von Richthofen.

Nesse sentido, *Veja* constrói, na verdade, não dois efeitos díspares, mas um único efeito que, para ser reforçado ou ganhar mais força do que outro, precisa ser suavizado ou euforizado; só assim, o lado “monstro” do sujeito garante o repúdio, a aversão, a repulsa do leitor frente ao que Suzane representa. *Veja* constrói dois simulacros de um mesmo sujeito: um sujeito “humanizado” e outro “monstrualizado”. E é no jogo dos contrastes que esse sentido se firma. O efeito final pretendido é o do

paradoxo, da união dos contrários. Suzane é aterrorizadora ou aterrorizante não porque é um suposto “monstro”, mas por também ser, ao mesmo tempo, um “anjo”, uma menina que parece ser totalmente inofensiva, inocente, educada.

Veja também constrói o efeito do “desmascaramento” do sujeito cuja performance representa ameaça, pavor e indignação em seus leitores. Suzane é o sujeito que não poderia ter feito o que fez, mas fez; foi capaz de fazê-lo e, então, o que lhe resta é o posicionamento sancionador – a condenação – de quem, socialmente, se põe como capaz de apresentar as verdades e as mentiras sobre o fato – a revista. Sendo assim, a enunciadora constrói um simulacro de si mesma como detentora de verdades (para vender-se, aumentar seu consumo); além, é claro, do simulacro de um juiz que dá o veredicto ao caso (antes do veredicto da justiça) – a condenação de Suzane por meio de um simulacro monstrualizado.

Segundo Nazário (1998), o monstro é um ser que não ama, ou que não sabe amar, incapaz de relacionar-se, trocar afetos, construir a mediação entre os desejos e sua realização na sociedade, cuja morte é sempre uma apoteose da civilização. Nesse sentido, *Veja* expõe os efeitos humanizados e monstrualizados dos simulacros de Suzane, mexendo com as paixões do leitor que se sente no papel de repugná-la, de puni-la também.

Se Nazário (1998) afirma que a morte do monstro é uma apoteose da civilização, a condenação de Suzane é, de certa forma, o acerto de contas da sociedade para com ela. E é *Veja* quem, intencionalmente, provoca a repulsa, o medo e, por consequência, a condenação de Suzane por parte de seus enunciatários. A verdade e a mentira são valores socialmente construídos pela *Veja*. Esses valores mostram um tom de sanção do enunciador ao sujeito que cometeu um dos crimes mais abomináveis da sociedade. De sujeito performador a sujeito inoperante, impotente: é essa a condição de Suzane, a qual *Veja* faz o leitor entender como aquilo que ela merece. A publicação anuncia e enuncia esse crime para consumo. E, por meio dele, *Veja* se constrói como porta-voz da Justiça e da moralidade da classe-média brasileira que também pode ser afetada com esse tipo de crime, portanto, é amedrontada pela possibilidade do acontecimento em sua própria vida.

A seguir, veremos a construção da paixão do medo, como um efeito de sentido passional, de modo mais detalhado, nessa mesma *Reportagem Especial*.

3.8 “HUMANIZAÇÃO” VS “MONSTRUALIZAÇÃO”: A CONSTRUÇÃO DO “MEDO” NA *REPORTAGEM ESPECIAL DA VEJA*

Este tópico tem por objetivo analisar, especificamente, os efeitos de sentido da paixão “do medo” construídos pela revista em questão. A análise permite ver um sujeito (Suzane) que teme e é temido. Em outras palavras, os efeitos de sentido da “humanização” e da “monstrualização”, inicialmente postos como hipótese de nosso trabalho, serão apresentados como uma configuração passional do medo, construído na e pela *Veja*.

Para isso, proceder-se-á a análise da *Reportagem Especial* (reportagem de capa) da revista *Veja*, considerando, sobretudo, esse efeito de sentido, a “paixão do medo”. Pretende-se, por meio da teoria semiótica greimasiana ou de linha francesa, analisar a configuração passional do medo, que emana desses textos e, com isso, buscar a construção de efeitos de sentido desse “estado de alma” sobre o leitor.

Nessa reportagem, compreendida entre as páginas 104 e 111 e intitulada *Verdades e Mentiras de Suzane Von Richthofen*, a história do crime é retomada (ANEXO C). Trata-se da última reportagem, “edição especial”, publicada pela *Veja* sobre o caso, dois meses antes do julgamento oficial de Suzane. Nela se elucida, pormenorizadamente, a ação criminosa da jovem, que, aos 19 anos, juntamente a mais dois comparsas, entre eles, o seu ex-namorado, Daniel Cravinhos, planeja o assassinato de seus próprios pais. O crime, acontecido na cidade de São Paulo, no dia 31 de outubro de 2002, repercutiu fortemente no país.

Compreender as estratégias de “como” a revista produz sentidos passionais e que sentidos são esses é o nosso propósito e nosso empenho em comprovar a hipótese inicial. É importante salientar que se trata de uma análise mais detalhada da construção dos efeitos da “paixão do medo” que essa reportagem produz,

visando ao enunciatório – o leitor. *Veja*, que é identificada hoje como a maior revista brasileira, cria seu próprio simulacro de detentora de verdades para manipular seus leitores.

Entrar no campo da semiótica das paixões não é uma tarefa muito simples, já que o foco desse estudo passa a ser o “ser” do sujeito e não mais suas ações, ou seja, o seu “fazer”. Trata-se, pois, de compreender um outro objeto que a semiótica se deu, depois do estudo da ação: o estudo do “ser” do sujeito. Esse estudo apresenta sua relevância, porque a reportagem da *Veja* sobre um fato explorado em todas as mídias – e que até hoje desperta curiosidades no público-leitor, por se tratar de uma história nada convencional – é um meio de agir sobre os leitores, estabelecendo atitudes passionais em relação ao que se conta. A história de uma moça que articula a morte de seus próprios pais é, no mínimo, curiosa e, por isso, desperta tanto interesse. Notícia sobre criminalidade já por si só configura um “prato cheio” para aguçar a curiosidade do leitor, ainda mais uma notícia sobre um crime “triplamente qualificado”. Só por essa qualificação criminal, já podemos perceber uma história que reúne três características “de peso”, o que cria efeitos passionais no público-leitor.

A análise semiótica das paixões não é uma preocupação muito recorrente em trabalhos acadêmicos, talvez, porque essa questão da modalização do ser tenha sido investigada, de acordo com Barros (1995), de forma mais sistemática, nos anos 80. Assim, vê-se que o terreno que abrange a semiótica tensiva ainda está em processo construtivo, pois é a partir dos anos 1990 que a análise das paixões ganha projeções teóricas na dimensão passional do discurso, como afirmam Fontanille e Zilberberg (2001).

Consideraremos o efeito do “medo sentido” e o do “medo provocado” pelo sujeito Suzane. Pretende-se também “confrontar” tais efeitos de sentido que emanam dos textos dessa *Reportagem Especial*: o efeito da “humanização” e o efeito da “monstrualização” de um sujeito; no caso, Suzane Von Richthofen. Expliquemos melhor a hipótese proposta. Vimos em tópico anterior que a revista *Veja* busca estratégias persuasivas para produzir sentidos. Em outras palavras, ou em termos mais semióticos, *Veja* “faz-fazer”, “faz-criar” e “faz-sentir” para vender-se.

Nessa *Reportagem Especial*, *Veja* constrói um simulacro de um sujeito – Suzane – que sente medo e que, ao mesmo tempo, desperta ou provoca medo. Trata-se, então, de um dualismo passional que se configura nos textos analisados. Temos uma Suzane “humana”, pois sente medo de ser punida e, com isso, de perder a sua liberdade. Entretanto, temos um outro simulacro construído: a de um sujeito “monstro”, cujas ações são cruéis, perversas, más, e que, por isso, causa medo e merece punição. Os termos empregados “humanização” e “monstrualização” referem-se aos efeitos do medo produzidos pela revista: respectivamente, o medo que um sujeito sente e outro, que ele mesmo provoca. Dessa forma, Suzane é, na análise em questão, o sujeito que teme e é temido. A exemplo do filme “O médico e o monstro”, baseado na obra de Robert Louis Stevenson, no qual “a alma tem duas caras” e no qual o personagem passa por uma monstruosa transformação, Suzane é o sujeito que apresenta um comportamento passional ambíguo. O lado humano e o lado monstro de Suzane é a grande dualidade construída pela *Veja*. E é, exatamente, tal dualismo que este estudo pretende investigar por meio da aplicação dos conceitos semióticos.

Analisar o que a revista “faz sentir” e o que ela “faz entender” como medo e, mais do que isso, buscar uma teoria sobre o tipo de medo que é construído por meio de seu discurso, é fazer aparecer uma nova sistematização dessa dimensão patêmica, oferecendo à análise uma abordagem semiótica e não puramente psicológica ou filosófica. É preciso semiotizar o problema, (por mais difícil que pareça tal tarefa) sem, contudo, correr o risco de deixá-lo cair em um “psicologismo” (BARROS, 1995), o que, certamente, lhe tiraria o caráter semiótico e, portanto, inovador. Os efeitos da paixão do medo ou desse “estado de alma” na *Reportagem Especial* da revista *Veja*, são construídos com muita recorrência ao longo de suas oito páginas que se dedicam a (re) contar a história de Suzane Von Richthofen.

Conforme análise dos textos, evidencia-se a construção de um medo humanizado e outro monstruoso ou, como melhor define o neologismo, “monstrualizado” de um mesmo sujeito; Suzane ora teme, ora é temida. Os textos da *Veja* criam uma ambiguidade passional nesse sentido. É claro que esse confronto paradoxal não é um elemento facilmente reconhecido no discurso da *Veja* (apesar

de ser o medo uma paixão “reforçada” nos textos analisados), muito pelo contrário, os efeitos persuasivos da “humanização” e da “monstrualização” se cruzam no discurso da enunciativa, a fim de que se criem tensões patêmicas nos enunciatários e, dessa forma, a revista “faz” o leitor “interpretar” o caso de uma determinada maneira. A ele são apresentados dois simulacros de Suzane e, por meio deles, dois efeitos passionais do medo.

É interessante observar que não é o simulacro de um sujeito humanizado ou monstrualizado que faz com que o leitor seja manipulado pela revista, mas sim o cruzamento de simulacros de um mesmo sujeito que intensifica ainda mais o “fazer-sentir” da enunciativa sobre o leitor. A configuração patêmica do medo em *Veja* traduz-se, de certa forma, por um movimento de afetos de um mesmo sujeito, o que parece persuadir ainda mais o leitor. Segundo Platão e Fiorin (2004), as paixões das personagens ao longo da narrativa vão se alterando: agravam-se, atenuam-se, negam-se e deslocam-se. Essa composição variável dos simulacros de Suzane será, posteriormente, analisada.

Uma das noções de paixão em semiótica é aquela que se opõe à de ação. Dessa maneira, a modalização do ser (modalização existencial) complementa a modalização do fazer (modalização intencional). Por vezes, para se chegar a uma determinada configuração afetiva, ou seja, para verificar a relação afetiva de um sujeito com seu objeto-valor, é preciso entender as relações de junção existentes entre o sujeito e o objeto, por exemplo. Greimas e Fontanille (1993) fazem uma consideração relevante sobre o fazer o e o ser. Os autores afirmam que o estado do ser do sujeito é um pré-requisito à potencialidade do seu fazer, ou seja, o sujeito sente e depois age e sente novamente.

É preciso também observar que a configuração da paixão do medo, no caso Richthofen, é um efeito discursivo. Percebemos, então, que as configurações passionais não obedecem a uma estrutura pré-definida, mas aos elementos constituintes do discurso a que elas se referem. Assim, cada paixão adquire seu sentido a partir da sua constituição no discurso em que ela é produzida. Por exemplo, Hernandes (2001), em sua análise sobre a revista *Veja* e o discurso do emprego na globalização, desenvolve uma análise semiótica sobre a paixão do

medo que se configura nesse discurso específico e, assim, o autor chega às razões e às consequências do uso do medo como estratégia persuasiva da revista. Na análise do autor, o medo não é uma paixão “paralisante” ou “bloqueadora”, mas “motivadora”, já que é o medo de perder o emprego que faz com que o sujeito aja, ou seja, faz com que o sujeito busque aperfeiçoamento profissional, domínio de uma língua estrangeira, cursos de especialização em geral, entre outros.

Analisar, semioticamente, a paixão do medo, na *Reportagem Especial*, é buscar as estratégias persuasivas da revista em um outro contexto, com uma nova abordagem, ou seja, como o discurso da *Veja* trabalha a significação do medo, especificamente nesse caso – um ponto importante deste trabalho. Já nos ensina Barros (1995, p. 93) que “[...] o exame das paixões semióticas mostrou que elas variam de uma cultura a outra, de um lugar a outro, de uma época a outra, de um texto a outro”. Não podemos perder de vista que a revista não cumpre apenas o papel de informar seu leitor, mas, sobretudo, de manipulá-lo a com ela concordar, impondo-lhe, dessa maneira, suas crenças ou sua visão de mundo. Há uma ligação entre enunciador e enunciatário por meio do discurso do medo. O leitor é além de informado, manipulado por simulacros modais e passionais, já que toda comunicação pressupõe a circulação de simulacros.

Desse modo, *Veja*, ao contar a história de Suzane e seus medos (sentidos e provocados), é responsável por também provocar e instaurar o medo em quem consome suas notícias. Assim, *Veja* estabelece o “gerenciamento do nível de atenção” por meio de efeitos afetivos. O medo ocupa hoje um lugar de destaque nas preocupações da vida moderna. E, com isso, a revista atrai atenção para si para produzir consumo. Similar ao ódio, “[...] o medo, escreveu Espinosa, é a mais triste das paixões tristes” (CHAUI, 2006b, p. 39). Sentimos medo de tudo: da morte, da vida, de si mesmo, do outro, das certezas, das dúvidas, da tristeza, da felicidade, da rotina e do inusitado, do anormal, do estranho, da violência, do crime. Enfim, estamos em um mundo onde somos obrigados a lidar com nossos temores como meio de sobrevivência e elegemos categorias de coisas mais temíveis e menos temíveis para enfrentarmos. Somos todos vítimas em potencial desse afeto que inibe nossa capacidade de (re) ação frente aos obstáculos a que se teme. E nesse

sentido, *Veja*, ao escolher como transmitir os medos sentidos e os medos causados de um mesmo sujeito do enunciado (Suzane), elege também os medos que devem ser “sentidos” por seus enunciatários, manipulando suas percepções e lucrando com seus temores.

Uma vez feitas essas considerações, passaremos à análise mais propriamente dos textos da *Reportagem Especial*, intitulada *Verdades e Mentiras de Suzane Von Richthofen*, para tratar dos simulacros de Suzane aí construídos. A reportagem completa encontra-se anexada a esse trabalho, por isso, julgamos pertinente reproduzir alguns fragmentos textuais que mais vão ao encontro da proposta deste estudo: os efeitos da “humanização” e os da “monstrualização” de um sujeito e suas implicações semióticas no discurso da *Veja* sobre o caso. Os medos sentidos e os medos provocados são muitos, mas por razões didáticas, vamos analisar seus efeitos de acordo com a ordem em que eles aparecem nos textos.

A *Reportagem Especial* da revista *Veja* abre seu texto com a seguinte consideração: “Repudiada pela família, sem dinheiro, com medo de sair às ruas e manipulada pelos advogados, a jovem que participou do assassinato dos pais está mais perdida do que nunca”. Temos um sujeito destituído dos valores que o constituem: pais, família, no sentido mais amplo, e meios de sobrevivência. Suzane é apresentada por *Veja* como “perdida”, o que significa que seu estado é de indefinição como sujeito, na medida em que o sujeito só se constitui, só é sujeito, em relação aos valores com que se relaciona. *Veja* nos apresenta Suzane com uma existência modal problemática. Mais do que isso: ela é apresentada sem laços com os destinadores desses valores, na medida em que, por causa de sua performance ilícita, eles passaram a ser seus anti-destinadores e sancionadores inclementes. Sendo as modalidades do ser complementares das modalidades do fazer na definição do sujeito, compreendemos a expressão “perdida” como qualificação de um sujeito que nem consegue se constituir como tal e na dependência de outros destinadores desconhecidos e cujos interesses não são propriamente os dela. É interessante notar que esse fragmento textual constrói o efeito de sentido de um sujeito que tem medo de sair às ruas e, logo depois, encontramos uma informação

que, além de servir como explicação do repúdio familiar sofrido pelo sujeito – sua participação no assassinato de seus pais – constrói também o efeito de sentido de um sujeito que desperta o medo. Analisemos, então, semioticamente, a identidade passional de Suzane nesse fragmento.

Suzane é o sujeito que tem seu estado afetivo alterado. É o sujeito que teme sair às ruas, ou seja, o seu temor é social. Dado o crime cometido, Suzane teme a hostilidade da família e das pessoas. De um modo geral, da sociedade. Antes, sua modalização passional²⁶ poderia ser traduzida em “saber poder ser livre” e agora, não mais, já que a jovem (que participou do assassinato dos pais) sabe não mais poder ser livre. Da segurança à insegurança. De sujeito relaxado a um sujeito tenso, portanto, com medo. É o medo da sanção social. Essa sanção representa uma ação (prisão, privação de liberdade) que poderá ser concretizada pela Justiça, cujo poder o sujeito considera implacável e cuja ação vem de encontro às expectativas de Suzane.

O medo, conforme Platão e Fiorin (2004), pode ser traduzido por um não querer que alguma coisa se realize e, ao mesmo tempo, por um não poder evitar sua realização. O querer é o que está, efetivamente, em jogo. Suzane não quer perder seu maior objeto-valor: a liberdade, que está prestes a ser decidida oficialmente. Suzane teme aquilo que poderá acontecer: a perda definitiva de seu objeto-valor. Trata-se de uma paixão simples²⁷ entre o sujeito e seu objeto-valor. *Veja* constrói uma Suzane que sente medo, mas, ao mesmo tempo, não se priva de informar que foi ela quem participou do assassinato dos pais no início da reportagem para, de certa forma, equilibrar (aparentemente e estrategicamente) os dois lados: o seu lado humano e seu lado monstro.

O próximo trecho selecionado diz respeito ao temor de Suzane de voltar à cadeia:

No esforço de evitar o que mais teme, a volta para a cadeia, onde ficou

²⁶ Segundo Barros (1997, p. 43), “[...] tanto para a modalização do ser quanto para a do fazer, a semiótica prevê essencialmente quatro modalidades: o querer, o dever, o poder e o saber”.

²⁷ “As paixões simples resultam de único arranjo modal, que modifica a relação entre o sujeito e objeto-valor; enquanto as paixões complexas são efeitos de uma configuração de modalidades, que se desenvolvem em vários percursos passionais” (BARROS, 1997, p. 47).

por mais de dois anos, Suzane tenta convencer seus interlocutores de que é uma menina perturbada – e que foi essa condição que a fez, em 2002, abrir a porta de casa para que o então namorado, Daniel Cravinhos, acompanhado do irmão, Cristian, entrasse no quarto de seus pais e os assassinasse a golpes de barras de ferro.

Novamente, o texto da *Veja*, quando conta sobre mais um temor do sujeito Suzane, é iniciado pelo efeito da humanização e se encerra com o da monstrualização. Expliquemos melhor. Suzane teme voltar à cadeia, lugar em que passou por mais de dois anos. Mais uma vez, o sujeito teme perder sua liberdade. E Suzane esforça-se para evitar esse temor, segundo a revista, mas o temor é algo inevitável. Nesse sentido, o medo é o enfraquecimento da competência modal do sujeito. Suzane perde seu saber / poder ser livre. Ou melhor, *Veja* conta a história de um sujeito que sabe que poderá perder por muito mais tempo a sua liberdade. É a duração de seu “aprisionamento” que a amedronta. Por um outro lado, a revista também conta a história de um sujeito que tenta convencer seus interlocutores de que é uma menina perturbada e, mais do que isso, que foi por causa dessa “perturbação” que abriu a porta de casa para que Daniel e seu irmão matassem os pais dela, a golpes de barras de ferro. Vê-se que a sequência dos efeitos da “temibilidade”, nesse trecho, são construídos na mesma ordem em que foram construídos os do fragmento anterior. Primeiro, humaniza-se e depois, monstrualiza-se.

Passemos a um outro fragmento selecionado, para percebermos que a estratégia da *Veja* em finalizar com o efeito da monstrualização de Suzane se mantém ao longo das informações que, aqui, serão reproduzidas:

Será preciso convencer o júri de que Suzane não é a mesma pessoa que em 2002 foi descrita pelo delegado Domingos de Paulo Neto, que dirigia o Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa de São Paulo quando do duplo assassinato: “Ela é fria, calculista e impetuosa”. O que mudou? Certamente a temporada na cadeia, o isolamento dos amigos, o repúdio dos familiares e um eventual remorso tiveram efeito suavizante sobre a personalidade da jovem recém-saída da adolescência. Com toda a certeza, porém, ela pode estar usando as características descritas pelo delegado em 2002 para criar, sob a orientação dos advogados, uma persona vitimizada, carente e merecedora de pena. Não se pode prejulgar. Um júri será convocado com a específica finalidade de decidir o

destino de Suzane.

Esse texto é notável, na medida em que os efeitos estudados neste tópico se cruzam mais marcadamente. Quando *Veja* reproduz a fala do então delegado do caso, a frieza, o calculismo e a impetuosidade são características da adolescente, evidenciadas pelo delegado, que contribuem para que seu simulacro seja monstrualizado. Assim, *Veja* faz o leitor interpretá-la dessa maneira, manipula o leitor a julgá-la dessa forma. Depois, Suzane é isolada dos amigos, repudiada pela família, sente um “eventual remorso”. Para demonstrar um aparente equilíbrio das “máscaras” de Suzane, *Veja* humaniza a jovem recém-saída da adolescência. Suzane “sente” remorso, ou seja, ela quer parecer estar arrependida do que fez, mas não pode. O objeto-valor de Suzane é desejável, mas impossível, por isso sente medo, insegurança. Suzane Von Richthofen é aqui o sujeito impotente, inoperante, que nada pode fazer.

Depois, *Veja* afirma, “com toda a certeza”, que a jovem, orientada pelos seus advogados, pode estar fingindo ser uma *persona* vitimizada, carente e merecedora de pena. Além disso, a enunciativa ainda diz que não se pode prejulgar, apesar de ter considerado seu fingimento, com toda a certeza. O efeito discursivo global da última parte do texto selecionado é o direcionamento do leitor a uma interpretação desejada pela revista. É o simulacro da imparcialidade, da objetividade e da ética da maior revista do país, consideração já apontada em análise anterior.

Continuemos, então, com novos exemplos dos efeitos antagônicos dos simulacros de Suzane. Analisaremos agora, o comentário da *Veja* ao lado de uma das fotos de Suzane, publicada na *Reportagem Especial* (FIGURA 7).



FIGURA 7 - A farsa: Suzane Von Richthofen chora no funeral dos pais, antes de confessar os crimes.

Essa foto refere-se ao dia em que seus pais foram sepultados. Suzane, a filha do casal assassinado, chora ao lado de seu irmão Andreas. A foto mostra Suzane humanizada e isso intensifica ainda mais o seu efeito contrário, que é demarcado pela informação da confissão de seu crime. O medo do leitor, provocado pela revista, é sobreposto ao medo de Suzane. *Veja* aproveita a fragilidade do sujeito expressa pelo momento em que a foto foi tirada e assume o papel de destinatador-julgador de seus atos, chamando-a de farsante. Ou seja, Suzane chora sim, mas terá sido realmente por dor, remorso, arrependimento? Ou pela continuidade de seus planos? A revista ao classificá-la como farsante, intensifica o medo provocado no enunciatário, que acaba seduzido por esse efeito e é levado, ou melhor, manipulado a puni-la também. Suzane chora, entretanto, o choro da moça, segundo o olhar de *Veja*, parece ser falso porque se trata de uma farsa. Seu simulacro não convence a revista.

A seguir, reproduzimos e grifamos duas (de um total de onze) perguntas feitas a Suzane, publicadas em sua primeira entrevista após o crime, e que fizeram parte dessa *Reportagem Especial*:

Você está arrependida? (Suzane responde afirmativamente com a cabeça). *Queria voltar naquele dia e apagar tudo. Queria a minha vida de volta. Do que você tem mais medo? Do dia do julgamento.*

A entrevista reproduzida em discurso direto constrói um efeito de verdade, de veracidade na história que está sendo contada. Assim, a revista parece ser imparcial ao possibilitar a troca ou a interação entre entrevistado e entrevistador. É um efeito de realidade que enriquece ainda mais o discurso, que faz-crer ser autêntico. Afinal de contas, busca-se o efeito de uma situação real em que duas pessoas dialogam. É válido considerar que nessa “arena dialógica” tanto o entrevistado como o entrevistador constroem simulacros para bem convencer o público. Cada lado, com seus interesses particulares, usa o discurso para atrair para si a atenção do elemento principal dessa comunicação: o leitor. Para reafirmar o jogo dialógico que se estabelece por meio de qualquer ato enunciativo, consideramos o seguinte texto de Barros (2006, p. 46):

No caso das entrevistas, na televisão ou na imprensa escrita, estabelecem-se três relações de comunicação: entre o entrevistador e o entrevistado, entre o entrevistador e o público, entre o entrevistado e o público. Em outras palavras, a relação entre o entrevistador e o entrevistado, que é a única explicitada nessa comunicação ‘alargada’, dependerá não só dos fatores já mencionados, mas também das relações dos interlocutores com o público. Na verdade, a comunicação com o público é o objetivo primeiro da comunicação entre entrevistador e entrevistado.

Nesse texto, fica explicitado mais um valor temível de Suzane que é mostrado. A moça tem medo do dia em que sua performance será julgada. O dia de seu julgamento representa, definitivamente, a sua sanção. Suzane, apesar de responder estar arrependida, tem medo de seu julgamento ou de sua sanção pragmática, por isso, quer apagar tudo e gostaria de ter sua vida de volta, ou seja, sua liberdade. Vejamos um outro fragmento em que Suzane é marcada pela perversidade de sua ação criminosa, mostrada na revista, para fazer com que o enunciatário a repudie: “Todos responderão por duplo homicídio triplamente qualificado, o que, neste caso, significa: motivo torpe, meio cruel e impossibilidade de defesa da vítima” (VEJA, 2006, p. 106).

O fato de *Veja* ter detalhado o significado da qualificação criminal que envolve Suzane e os irmãos Cravinhos (Cristian e Daniel), como motivo torpe, meio cruel e impossibilidade de defesa da vítima, produz maior dramaticidade para o efeito monstruoso do simulacro de Suzane. Ela é aqui marcada pela perversidade. É o sujeito que, por um motivo torpe e usando meio cruel, matou vítimas indefesas. *Quem?* Seus pais. Michel Meyer, no prefácio da obra *Retórica das paixões* (2003), de Aristóteles, fez uma consideração relevante sobre o temor. O temor pode ser provocado por parte de pessoas mais fortes do que nós. Afinal, “tememos os fortes e não os fracos”. E essa paixão se intensifica quando a iminência do mal parte de quem não se imaginava ou quando ocorre em circunstâncias em que não se esperava. De fato, não é muito provável que imaginemos um assassinato cuja protagonista seja a nossa própria filha. Ainda mais em um momento em que estamos dormindo, ou seja, sem qualquer possibilidade de defesa, conforme o trecho abaixo publicado:

O engenheiro Manfred Alfred Von Richthofen e a psiquiatra Marísia Von Richthofen foram mortos na cama em que dormiam no dia 31 de outubro de 2002. Oito dias mais tarde, Suzane, Daniel e Cristian foram presos e confessaram o crime.

Segue mais uma análise dos medos sentidos pela jovem, que, na verdade, traduzem-se pelo maior deles: o de perder sua liberdade e ser condenada pelo crime que cometeu, ou seja, o medo da sanção oficial corresponde, na verdade, ao medo da sanção social:

Passa o dia trancada em casa. Pela manhã, ajuda a arrumar as camas e preparar o almoço. À tarde, assiste a TV – desenhos animados são seus programas preferidos – e brinca com os seis pássaros que a família que a hospeda cria soltos no apartamento. Vê novela, lava a louça do jantar e vai dormir. Por receio de que vizinhos protestem contra a sua presença no prédio – o que já chegou a acontecer há algum tempo –, seus protetores, que pedem que não sejam identificados, tratam o assunto quase que como um segredo. Nenhum dos membros da família a chama nem mesmo pelo apelido: “Su” virou “Rê”. Nas poucas vezes em que deixa o apartamento, Suzane usa as escadas, em vez do elevador. O temor de ser “descoberta” é tanto que ela afirma não sair nem à janela. “Tenho medo de que eles queiram que eu vá embora daqui”, diz.

É interessante como *Veja* constrói o efeito do sujeito humanizado por intermédio da gradação. Primeiramente, Suzane perde sua liberdade dentro de sua própria casa, pois passa o dia trancada e sente receio da retaliação dos vizinhos. Ela perde sua própria identidade, já que não pode ser chamada nem mesmo pelo apelido. Evita contato com as pessoas, para não ser facilmente identificada. Sente temor de ser descoberta, prefere viver reservadamente. E sente medo de que os vizinhos mandem-na sair de onde mora. Todos os seus temores são sanções sofridas pelo sujeito que, a qualquer hora, pode ser descoberto e vingado; por isso, seu receio, seu temor e seu medo. As paixões aí trabalhadas foram construídas de maneira gradativa, o que aumenta a tensão de Suzane. Aristóteles (2003) afirma que o temor pode advir de quem pode fazer algum mal, porque o homem nessa disposição está preparado para agir. Assim, Suzane apresenta seus medos e receios, porque, de certa forma, é vista pelo outro (pela sociedade) como uma representação de uma ameaça.

Analisaremos o fragmento selecionado em que a revista conta ao leitor, de modo detalhado, como se sucedeu a performance criminosa na madrugada em que ocorreu a morte do casal Richthofen:

Na madrugada do dia 31 de outubro, Daniel e o irmão Cristian aguardaram que Suzane confirmasse que seus pais estavam dormindo e entraram com ela na casa dos Richthofen. Suzane guiou-os pela sala, subiu as escadas na frente e ficou aguardando que entrassem no quarto. Assim que entraram, ela acionou o interruptor de luz para facilitar a locomoção dos assassinos. [...] Depois de constatarem que suas vítimas estavam mortas, Daniel colocou uma arma pertencente a Manfred, perto de seu braço, ao lado da cama. Depois, cobriu o rosto de Manfred com uma toalha. O de Marisia foi envolvido em uma sacola plástica de lixo, que havia sido deixada por Suzane na escada para que os irmãos depositassem as barras de ferro e suas roupas manchadas de sangue.

Talvez seja esse um dos textos da *Veja* que mais produza o efeito da monstrualização de Suzane, pois mostra ao leitor o simulacro um sujeito dotado de um saber-fazer, perigoso e capaz de planejar a morte de seus pais com frieza e premeditação. Suzane é o sujeito marcado pela periculosidade, daí o efeito pretendido por *Veja*: Suzane é um monstro. Esse discurso produz um medo diferente, que é sentido pelo enunciatário. É também um medo “motivador” na

medida em que o leitor é provocado a dar continuidade à leitura, dada a riqueza de detalhes com que a passagem do dia da morte dos pais da jovem foi construída.

Nesse sentido, *Veja* constrói um monstro que deve ser temido, portanto, condenado. O leitor não se sente, exatamente, ameaçado por Suzane, mas ameaçado por aquilo que ela representa. Suzane representa frieza, desprendimento familiar, calculismo, sangue-frio, egoísmo, enfim, perversidade. Sua monstruosidade é ameaçadora, Suzane é construída com um simulacro que causa estranhamento, repugnância. Ela é, definitivamente, um elemento estranho aos valores impostos pela sociedade. E a revista, agindo como uma verdadeira câmera que tudo viu e ouviu, conta a história com alto grau de detalhamento e dramaticidade, fazendo desse personagem humano um personagem monstro e conferindo para si o poder-fazer, ou seja, *Veja* sabe e pode relatar o que aconteceu. *Veja* constrói também o simulacro de quem tudo sabe (o saber-fazer) e sua reportagem parece ser verdadeira, tamanha a quantidade de informações a respeito do dia do crime. É a revista que detém o saber, conforme indica o título *Verdades e Mentiras de Suzane Von Richthofen*. *Veja* constrói e vende sua verdade, figurativizando o tema da violência por meio de ações sequenciais detalhadas que revelam o planejamento das mortes do casal e garantindo a carga emotiva do enunciado.

Para reafirmar a estratégia de efeitos ambíguos do simulacro que se cria do sujeito performador da ação criminosa, exemplificaremos com um outro fragmento do texto:

Suzane afirma que, na maior parte do tempo, chorou, com os ouvidos tampados com as mãos. Teve, no entanto, suficiente sangue-frio para espalhar documentos e contas a pagar pelo chão da biblioteca, também ajudou os irmãos a arrombar, com uma faca, a mala em que o pai escondia dinheiro e a colocar 8000 reais e 5000 dólares na mochila de Cristian. Embora soubesse o segredo da pasta, Suzane deduziu que o arrombamento daria mais veracidade à farsa. Depois do crime, Suzane e Daniel deixaram Cristian perto da casa dele e foram para um motel.

Não é difícil percebermos que a estratégia da enunciadora, cujo efeito se inicia pela humanização de Suzane, obedece aos mesmos princípios: humanizar para intensificar a sua monstrualização. Nesse texto, Suzane chora, entretanto, tem

sangue-frio para pôr em prática seus planos. O modo como Suzane se comporta no dia do crime provoca julgamentos (sanções) por parte da revista, o que tem por consequência a adesão do leitor em querer saber mais, despertando-lhe a sua curiosidade. O texto escolhido acima constrói o engajamento emocional do enunciatório, levando-o a, no mínimo, sentir-se admirado com tamanha farsa. Nesse momento, Suzane quer-fazer, pode-fazer e sabe-fazer. Mas sua competência para desenvolver sua performance de disfarce é dada como uma farsa (lembramos que o sujeito foi “desmascarado”, portanto, não tinha o saber-fazer de modo consolidado, apenas momentâneo) e, com isso, o discurso da *Veja*, mais uma vez, produz o efeito de sentido gerador de sanções, ou seja, a jovem que é uma farsante merece ser penalizada.

Ao final da reportagem, *Veja* trabalha ainda mais os efeitos monstrualizados e menos os humanizados, o que pode comprovar nossa leitura da humanização seguida da monstrualização como estratégia. O texto abaixo faz referência ao parricídio e ao matricídio na Roma Antiga e como se deveria aplicar a punição. A instância enunciativa mobiliza relações de seu texto com textos legais e contextos culturais os mais remotos, para criar o efeito de sentido do parricídio como um horror abominado desde o fundo das eras:

O parricídio e o matricídio são crimes repudiados com horror por todas as épocas, etnias e sociedades. Na Roma Antiga, os homicídios eram punidos de diferentes maneiras, dependendo de sua gravidade. Nessa escala, o assassinato do pai pelo filho merecia a mais espetacular das punições. A Lei Pompeia sobre os Parricídios, criada em 55 a.C., dizia que aquele que matar seu ascendente não deverá ser submetido “nem à espada, nem ao fogo, nem a nenhuma outra pena solene”. Deverá, no lugar disso, ser “encerrado em um saco de couro, juntamente com um cão feroz, um galo, uma víbora e uma macaca, e, nessas fúnebres estruturas, ser arrojado ao mar vizinho ou ao rio, para que em vida lhe cheguem a faltar todos os elementos, e, enquanto viva, seja privado da luz do céu, e, uma vez morto, da terra”.

Veja usa, como argumento de condenação do sujeito Suzane, a severa pena que era aplicada àqueles que cometiam o parricídio e o matricídio, de acordo com a Lei Pompeia. A revista diz que eles são crimes repudiados com horror, independentemente da época ou sociedade. Assim, no papel de juiz do caso

Richthofen, *Veja* manipula seu destinatário para com ela confirmar a condenação do monstro, cuja performance é inaceitável.

Analisaremos agora como *Veja* constrói, em seu discurso, uma forte empatia com o enunciatário, atraindo-o, sensibilizando-o:

Eis por que o parricídio e o matricídio assombram tanto por serem crimes que, ao atentar contra um dos pilares da civilização, a família, ecoam uma essência humana atávica e incancelável. Quando ganham materialidade por decisão de uma menina que poderia ser a filha de qualquer um de nós, como Suzane, o horror aumenta. Tende-se, inclusive, a buscar uma explicação razoável para a atrocidade – algo que distancie a tragédia de nossas vidas, que nos dê a certeza de que só poderia acontecer com “eles”. Foi assim no caso de Suzane. Chegou-se a dizer, por exemplo, que seu pai a espancava e abusava sexualmente dela – duas mentiras, conforme se provou. Suzane nunca foi uma vítima de sua família. Seus pais a amaram, contaram-lhe histórias quando era pequena e orgulharam-se de cada vitória que conquistou. Ela estudou em bons colégios, praticou esportes, aprendeu três línguas. O que não funcionou na educação dela, então? Impossível saber ao certo.

Nesse trecho acima, pode-se dizer que *Veja* usa a mesma estratégia: de humanizar primeiro o sujeito para depois monstrualizá-lo. Isso porque, aqui, a revista, primeiramente, se coloca como uma instância que tudo sabe para, em seguida, se declarar perplexa, ao buscar respostas ou justificativas para o crime, mostrando-se meio estarecida, e, por isso, destituída de um saber que dê conta da explicação do acontecimento. Ela afirma a impossibilidade de se saber ao certo o que aconteceu e, sobretudo, por que aconteceu. *Veja* diz ser o crime, cometido por Suzane, um atentado contra a família. E que a menina “poderia ser a filha de qualquer um de nós”. Desse modo, aproxima ainda mais a representação do perigo e da ameaça a qualquer um de nós que somos vítimas em potencial da crueldade cometida. Afinal, a moça teve boa educação, carinho e atenção dos pais e, mesmo assim, não correspondeu às expectativas da normalidade. Algo deu errado com essa jovem e *Veja* diz ser impossível saber ao certo o porquê disso. Chauí (2006b) considera o medo como uma paixão que desencadeia outras: a ambição de uns, por exemplo, exige a humildade de outros, assim como a crueldade de uns incita a abjeção de outros. A crueldade de Suzane incita a abjeção do público de *Veja* que é,

afetivamente, manipulado a temê-la como representação de um perigo que pode estar dentro de nossas casas.

Ao final da reportagem, o medo de Suzane de voltar à cadeia é novamente explicitado, inclusive seu medo de ser ameaçada pelas outras presas, medo de ser morta por elas. No entanto, *Veja* não se priva de revelar o esforço de Suzane para chorar diante das câmeras e sua simulação de um desmaio ao ser perguntada sobre o crime:

Suzane, que esteve presa entre novembro de 2002 e junho de 2005, tem pavor de voltar à cadeia. Até 2004, ela permaneceu na Penitenciária Feminina da Capital, no Carandiru, em São Paulo, onde era constantemente ameaçada pelas presas, já que crimes como o que ela cometeu são considerados abjetos mesmo por bandidos. Ela teve de ser transferida para uma penitenciária em São Carlos, no interior de São Paulo, depois que numa rebelião, um grupo de presas tentou matá-la. Antes da entrevista a VEJA, os advogados de Suzane avisaram que ela não falaria sobre sua estada na prisão – o trauma teria sido muito grande. Em nenhum momento, no entanto, a reportagem foi solicitada a não falar com a jovem sobre o assassinato de seus pais. Nas diversas oportunidades em que o tema foi abordado, Suzane, acompanhada de advogados, esforçou-se para chorar. Não conseguiu em nenhuma das vezes. Na quinta-feira passada, diante de um repórter da Rede Globo, chegou a simular um desmaio ao ser perguntada sobre o crime.

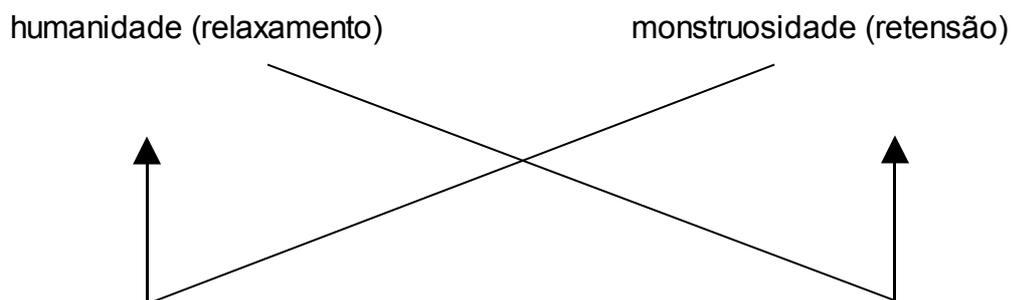
O medo sentido por Suzane, nesse trecho analisado, é um medo coercitivo, que bem define sua relação com o outro. Aqui, o medo é uma forma de coerção. Suzane tem medo do que pode acontecer a ela, medo de repressão, medo da morte. O sujeito está mais vulnerável e indefeso. É a sanção negativa que pode ser aplicada por um determinado grupo social: o das presidiárias. Até mesmo as presas são capazes de atribuir culpa ao sujeito. De sujeito ameaçador a sujeito ameaçado. Suzane está em conjunção com algo disfórico (medo, insegurança) e não quer estar. Ela é o sujeito que não está em conjunção com o objeto-valor liberdade. Sua punição não é impossível, pois pertencendo a um determinado grupo social e não agindo em conformidade com ele, o que resta é o medo ou a vergonha (FIORIN, 1992). Suzane sente medo.

O medo causado por Suzane, no mesmo texto, é o contraponto sobre o qual

se constrói o discurso da *Veja*. A menina sente seus medos, mas se esforça para chorar e simula desmaios. Sua atuação é mal-sucedida diante das câmeras e dos repórteres. *Veja* diz perceber mais uma vez a farsa da jovem. Sua condição humana é posta em xeque. Sua monstruosidade começa a, verdadeiramente, se impor diante dos nossos olhos. E no final, o que fica é seu fingimento.

3.9 “HUMANIZAÇÃO” E “MONSTRUALIZAÇÃO” NO QUADRADO SEMIÓTICO

Os efeitos de sentido produzidos no discurso podem ser manifestados por meio do quadrado semiótico. Pretende-se, neste momento, mostrar como se dá a transformação pela qual o sujeito do enunciado (Suzane) passa ao longo da enunciação. Humanidade e Monstruosidade são categorias abstratas que se opõem semanticamente no discurso. De acordo com Nazário (1998, p. 11), estudioso da teoria da monstruosidade no cinema, “[...] o monstro define-se, em primeiro lugar, em oposição à humanidade [...] a maior parte dos atributos da monstruosidade está em clara oposição aos atributos que definem a condição humana”. Verificaremos, então, o movimento tensivo que se inicia num pólo da categoria comportamental do sujeito (humanidade), nega-lhe (não-humanidade) e vai a outro (monstruosidade), para que esta seja afirmada:



A complexidade de se entender o percurso tensivo em um quadrado semiótico está no fato de que seus valores de oposição de base são axiológicos, ou seja, a oposição semântica mínima traduz-se por valores considerados atraentes ou repulsivos (TATIT, 2006). Nesse sentido, temos “humanidade vs monstruosidade” como oposição comportamental de base do sujeito. São valores eufóricos (atraentes, relaxados) do comportamento de Suzane o seu traço “humano” e seu termo complementar “não-monstro”. E são valores disfóricos (repulsivos, tensos) o seu traço comportamental “monstro” e seu termo complementar “não-humano”.

Os efeitos eufóricos e disfóricos da humanização e da monstrualização, respectivamente, são efeitos construídos por *Veja* ao longo de toda a história que é contada. Suzane inicia seu percurso tensivo de maneira “relaxada”. Neste momento, ela é humanizada e mantém seu traço comportamental “humano”. Depois, sua humanização lhe é negada (não-humano) e seu estado fórico de relaxamento é contido. Há o início de uma ruptura de seu estado humano. A tensão começa a se instaurar no percurso. Quando a monstrualização é afirmada, seu estado fórico é retido (retensão). E, assim, seu comportamento monstrualizado é afirmado, conseqüentemente, há a confirmação de uma ruptura, gerando a tensão no sujeito que, agora, passa a ser um monstro. Suzane passa de sujeito relaxado (humano) a sujeito tenso (monstro). Há também, nos textos de *Veja*, um “movimento” inverso dos estados fóricos por que passa Suzane. É, por isso, que a moça é construída no discurso de *Veja* como um sujeito que congrega valores díspares. Dessa forma, quando *Veja* diz que Suzane simula seus atos e que finge ser aquilo que não é, é a afirmação do traço “monstro”, sua negação e a afirmação da nova categoria

“humano” que se estabelece como efeito de sentido produzido no discurso. É bom que saibamos, é claro, que *Veja* dá ênfase para o primeiro movimento do texto, como demonstrado acima: aquele que, de fato, interessa aos propósitos do enunciador. Suzane passa por todos os estados fóricos previstos no quadrado semiótico. Sua atuação comportamental, nos textos analisados, percorre o percurso completo que vai da euforia à disforia e da disforia à euforia. Uma outra possibilidade é a oposição de base: natureza vs cultura, que foi analisada no texto sincrético produzido pela revista em questão.

Essa análise semiótica da paixão “do medo” no discurso da *Veja*, especificamente, no caso Von Richthofen, permitiu-nos verificar como a revista constrói os efeitos do medo no leitor e, principalmente, quais estratégias discursivas a enunciativa utilizou em seu texto, para levar o enunciatário a com ela compartilhar desses efeitos, os quais se devem temer. *Veja* não poderia deixar de criar uma certa empatia com o seu público-leitor para, enfim, atraí-lo a consumir suas informações e, assim, garantir seu objetivo de vender-se, fazendo de seu leitor um sujeito fiel às suas publicações, buscando os próximos contatos com a revista, oferecendo a ele uma certa novidade, algo que possa interessar-lhe, despertar-lhe a curiosidade.

Já nos alerta Landowski (1992) que não cabe ao analista do discurso a natureza das coisas, mas sim o sentido delas. Assim, não cabe aqui a análise da natureza do medo, mas a construção de seu sentido nesse discurso analisado e os efeitos persuasivos no leitor. Assim, “Uma vez que o homem tem a capacidade de simbolizar, o medo que sente difere do medo dos animais irracionais, ele o transforma em linguagem, codifica-o, reflete sobre ele” (NASCIMENTO; ABRIATA, 2007, p. 104).

A revista, como fonte de saber (saber / poder fazer), propõe-se a revelar as verdades e as mentiras de Suzane Von Richthofen, reforçando o efeito da monstrualização cada vez que humaniza o sujeito performador (Suzane) e, assim, garantindo os objetivos pretendidos: fazer o leitor julgar Suzane e fazê-lo crer em suas “verdades” – as da revista. É interessante observar que o efeito da humanização vem expresso antes do da monstrualização, para que este seja reforçadamente mais “vibrante” do que aquele, ou seja, o discurso humanizado de

Suzane intensifica ainda mais o seu lado monstruoso.

Percebemos, então, que o ponto de vista da revista sobre o medo, no caso analisado, não é tão imprevisível. Se a estratégia discursiva da *Veja* é construída, inicialmente, por meio de um simulacro humanizado de Suzane, aquela que tem medo do que pode acontecer no futuro, e é finalizada com alusões ao fato de ela ter participado do assassinato de seus próprios pais, a orientação argumentativa é simples de se entender: quanto mais humanizada ela for, mais monstrualizada se torna, e é isso que interessa para a estratégia manipuladora da revista: a criação de uma densidade dramática que, além de atrair o leitor, deve também dar conta de “segurá-lo”. Não é nada rentável para a revista apenas chamar a atenção de seu público-leitor, mais importante do que isso é tirar proveito de sua sensibilização para mexer com suas paixões, fazendo-o envolver-se na reportagem como se o que está sendo contado pudesse acontecer com ele. Há uma identidade entre o leitor e aquilo que é privilegiado na revista, que já seleciona na própria capa o que é mais importante nela.

Dessa maneira, o leitor é levado a condenar Suzane e, mais do que isso, é levado a considerar justa sua punição. Afinal, o que prevalece é a “lógica do pior”, porque nos sentimos “moralmente indenizados” com a punição do outro que, diante de nós, nos parece muito pior, estranho, não-humano, perverso. O fazer persuasivo da enunciativa é bem-sucedido, no fazer interpretativo do leitor, porque desempenha seu papel sancionador e cumpre, dessa forma, o julgamento que é também proposto aos seus leitores. Lembremo-nos de que, segundo a revista, Suzane é uma farsante. Então, como destinador-julgador da performance do sujeito em questão, a enunciativa se antecipa até mesmo ao julgamento oficial que, até então, não havia acontecido e faz com que sua voz social se mostre, evidenciando, assim, sua parcialidade, seu ponto de vista sobre o caso.

Suzane é o sujeito que tem medo da sanção, medo do julgamento, mas atrelado a seus temores, está a produção de sentido do medo que ela desperta no leitor. Afinal, *Veja* atrai o leitor mostrando-lhe quem é, na verdade, aquela jovem moça, bonita, bem-educada, filha de pais bem-sucedidos, que soube bem articular a morte de seus pais, e que, agora, finge ser o que não é. O discurso da *Veja* “faz sentir” que todos somos vítimas em potencial da crueldade de uma jovem que

“poderia ser a filha de qualquer um de nós” e que, sem nos darmos conta, podemos estar diante de um monstro em nossa própria casa.

Veja constrói o efeito do “desmascaramento” do sujeito cuja performance representa ameaça, pavor e indignação em seus leitores. *Veja* expõe os efeitos humanizados e monstrualizados dos simulacros de Suzane, sobrepondo o monstro ao humano, o perverso ao fragilizado, o cruel ao arrependido; “mexendo” com as paixões do leitor que se sente obrigado a aplicar castigo a Suzane, a puni-la também. E é *Veja* quem, intencionalmente, produz a hostilidade dos enunciatários, hostilidade esta que será no próximo capítulo abordada na análise das cartas dos leitores.

4 O (PÓS) JULGAMENTO DE VEJA – A RESPOSTA DOS LEITORES

Na televisão, fala-se para um imenso estádio de futebol, onde não se distinguem rostos na multidão; no jornal, fala-se para um grande teatro, mas ainda não se consegue distinguir quem é quem na plateia; já numa revista semanal, o teatro é menor, a plateia é selecionada, você tem uma ideia melhor do grupo, ainda que não consiga identificar um por um. É na revista segmentada, geralmente mensal, que de fato se conhece cada leitor, sabe-se exatamente com quem se está falando (SCALZO apud FOSSEY, 2008, p. 195).

A elaboração deste capítulo foi motivada por basicamente dois aspectos igualmente importantes. O primeiro diz respeito à publicação de 14 cartas²⁸ dos leitores de *Veja* na edição posterior à *Reportagem Especial*, na seção Cartas (ANEXO D). Além disso, é importante considerar que o assunto da semana anterior “ecoou” significativamente como resposta à revista, pois foi o assunto mais comentado daquela semana, sendo enviadas 232 correspondências à *Veja* entre *e-mails*, cartas e fax. Observemos a comprovação dos números no quadro abaixo publicado na seção Cartas, do dia 19 de abril de 2006 (FIGURA 8).

²⁸ Todas as cartas foram publicadas na edição 1.952, do dia 19 de abril de 2006, ou seja, uma semana após a publicação da reportagem especial *Verdades e Mentiras de Suzane Von Richthofen*, datada no dia 12 de abril de 2006.

OS NÚMEROS	
Correspondência da semana	
▶ E-mails	1823
▶ Cartas	50
▶ Fax	20
Total	1893
Assuntos mais comentados	
▶ Suzane von Richthofen (capa)	232
▶ Roberto Pompeu de Toledo (Ensaio)	71
▶ Márcio Thomaz Bastos (Crise)	41
▶ Stephen Kanitz (Ponto de vista)	20
▶ Colégio mantido pela Embraer (Educação)	17

FIGURA 8 - Quadro informativo, publicado na *Veja* do dia 19 de abril de 2006, sobre os assuntos mais comentados da semana.

Percebemos claramente que o caso Richthofen teve uma ampla repercussão após a reportagem de capa. Vale lembrar que essa reportagem foi publicada a dois meses do julgamento oficial de Suzane, previsto para junho de 2006 (que acabou acontecendo em julho do mesmo ano por decisão judicial) e foi uma reportagem composta por oito páginas - a de maior destaque editorial do caso.

Essa edição é também rentável para uma análise especial na medida em que coloca o leitor (enunciário) numa relação de importância para com a revista (enunciador). Ao dar voz a 14 pessoas, homens e mulheres, de diferentes lugares do Brasil, bem como de outro país (Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Bahia, Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Suíça), *Veja* constrói para si, em seu discurso, um atestado de credibilidade e de importância sem par, na medida em que dá a entender que sua versão do caso chegou aos

quatro cantos do país e foi ainda mais longe e que, portanto, a revista atinge não só leitores do país inteiro, mas leitores que estão fora do país. Confere, assim, a si mesma, o simulacro de uma credibilidade que é construída por meio de um gênero textual (as cartas) que demarca explicitamente o diálogo entre enunciador e enunciatário.

Nesse sentido, a revista *Veja*, como um meio de comunicação mais lido do país, produz consumo, o que, de certa forma, é comprovado pela seção Cartas da edição de 19 de abril de 2006. A natureza do texto jornalístico não serve apenas para fazer circular informações, portanto, o receptor não é um simples decodificador, um lugar de depósito informativo, mas também, um produtor de sentidos que age, que atua, que incide sobre as informações a ele oferecidas para consumo. A exemplo disso, temos a manifestação de 14 leitores, selecionados entre 232, que reagem à última e mais longa reportagem publicada pela *Veja* sobre Suzane. Paralelamente, a revista constrói um simulacro de si como cumpridora de deveres, ou seja, promove a sua (auto) sanção positiva, atribuindo-se importância e participação social, já que prestou serviços aos seus leitores, lembrando-lhes com efeitos de verdade mais verdadeira, o crime ocorrido em 2002, por meio de maior riqueza de detalhes e ares de precisão informativa.

Não podemos nos esquecer de que é a revista que seleciona quais textos são publicados na seção Cartas da semana. Tudo é construção de sentidos. Portanto, os sentidos não são dados ingenuamente. *Veja* também busca situar o leitor (produtor / emissor da carta) histórico, social e culturalmente ao informar, por exemplo, seus nomes e profissão: uma das cartas publicadas é assinada por uma professora universitária da área do direito. Ao situar os leitores num determinado lugar, a revista cria o efeito de “realidade”. Essas informações adicionais “ancoram” os receptores no tempo e no espaço discursivo, conferindo mais veracidade àquilo que é relatado nas cartas, favorecendo, assim, a aproximação entre a revista e os leitores, aqueles explicitados nas cartas e os outros que eles representam, espalhados pelos diversos recantos sociais.

O gênero carta instaura no enunciado um “eu” e um “tu”, actantes figurativizados pelos atores, os leitores e a revista, respectivamente. Esse “eu”

(leitor) dirige-se a um “tu” (*Veja*), com quem procura estabelecer um vínculo mais estreito, mais reconhecido, mais íntimo, reforçando a ideia de reciprocidade, em que um não se concebe sem o outro (LARA, 2004). Temos, então, o efeito de subjetividade e de um leitor atento e avaliador do bom desempenho da *Veja*. É o efeito de um leitor que responde ao fazer proposto pela revista. E, nesse sentido, a voz e a vez dadas por *Veja* aos leitores é para mostrá-los dispostos a tomar a postura de “coadjuvantes” na medida em que compartilham do espaço enunciativo da revista, bem como do ponto de vista por ela proposto.

Isso implica que o enunciador não produz discursos verdadeiros ou falsos, mas discursos que parecem verdadeiros e que, sendo interpretados como tais pelo enunciatário, levam-no a aceitar o contrato proposto. A semiótica, portanto, substitui a questão da verdade pela do ‘dizer-verdadeiro (LARA, 2004, p. 6).

Um ponto que não devemos deixar de analisar é o fato de que as cartas apresentadas na revista dividem-se basicamente em três grupos diferentes. As categorias dessas divisões foram consideradas segundo o conteúdo predominante nelas expresso. Percebemos, após minuciosa análise do conteúdo, que o simulacro do enunciador, produtor da carta, comporta-se sob três diferentes maneiras. Para exemplificar melhor esse critério, faz-se necessária a reprodução integral de pelo menos três dessas cartas: cada uma representa adequadamente um determinado perfil do leitor escolhido pela revista. Ao falarmos sobre o perfil do enunciador-leitor, devemos considerar também que, por meio dessas cartas, não só o dito (nível do enunciado) de um sujeito se manifesta, mas também o “modo de dizer”, o mostrado (nível da enunciação), que apontam para um “modo de ser” são elementos constitutivos da identidade desse sujeito que opina, que argumenta contra Suzane, que condena seus atos, que elogia a revista pela reportagem produzida.

Ressalte-se que o conceito de *ethos* não diz respeito àquilo que o enunciador diz de si explicitamente, mas à imagem que é formada com base na cena enunciativa. Como ressalta Maingueneau, é esse dizer sem ter dito que possibilita a eficácia do *ethos*, seu poder de despertar a crença, a adesão: o leitor é levado a identificar-se com a fala do enunciador, a incorporar um certo modo de ver o mundo; é levado a habitar o mesmo “mundo ético” (CAVALCANTI, 2008, p. 173).

Passemos às cartas para estabelecer algumas considerações a respeito do *ethos* discursivo em que simulacros do leitor e de *Veja* são construídos na e pela revista.

Parabéns a VEJA, que saiu à frente trazendo a entrevista com Suzane. Gostaria apenas de comentar que fumar maconha não exclui o dolo, tampouco a intenção, no horrível homicídio contra seus pais. Muito pelo contrário, o artigo 61, II, I, do Código Penal vigente, é claro e taxativo ao dizer que o agente que comete um crime, depois de ter propositadamente se embriagado (embriaguez é o estado de intoxicação aguda e passageira provocada pelo álcool ou por substâncias de efeito análogos – definição jurídica) para praticá-lo, tem sua pena aumentada. Isso recebe o nome de embriaguez preordenada. Andrea Zuppo Franco Professora universitária de processo penal São Paulo, SP.

Essa carta é bem representativa da construção de um simulacro positivo que a revista constrói dela mesma ao reproduzir a voz de uma professora universitária de direito penal no estado de São Paulo, onde o crime ocorreu. Ao dar a voz a tal sujeito, que discorre sobre um artigo do código penal vigente, *Veja* usa de um argumento com alto efeito persuasivo: o chamado argumento de autoridade, já que se trata de uma professora universitária (e não qualquer um) que fala e, ainda com base em um artigo vigente na lei, em um código de valor social, reconhecido por todos. Ao parabenizar a revista, o leitor de *Veja* está, de certa forma, lhe oferecendo um prêmio: a revista é sancionada positivamente por ter tido a competência (poder fazer) de sair à frente publicando a primeira entrevista com Suzane após o crime. Trata-se de outro ineditismo produzido pela revista (lembremo-nos das fotos de Suzane e Daniel publicadas na segunda reportagem sobre o caso). O enunciado da professora não diz exatamente que ela se põe contra o que Suzane fez, mas o modo como o sujeito se coloca no discurso, o modo como constrói seu ponto de vista diz, revela o seu modo de ser. O sujeito apresenta um tom de voz juridicamente reprovativo aos atos de Suzane e ainda sugere que a moça propositadamente tenha se “embriagado” para praticar o crime e, portanto, condena a jovem, em consonância, é claro, com o discurso lido na *Veja*.

Consideremos uma outra carta em que o leitor, em resposta à edição especial de *Veja*, assume o papel de atribuir à Suzane o castigo que ela merece e se mostra

indignado com o crime:

Suzane não deveria ser mais mencionada, e sim condenada pela sua frieza e pelo seu calculismo. Como não temos cadeira elétrica no Brasil, o contribuinte também será condenado: terá de sustentá-la na prisão depois da barbaridade que cometeu. Seus comparsas deveriam ser igualmente condenados a uma morte dolorosa como a que causaram às suas vítimas. Deborah Biermann, Berna, Suíça.

A carta desse outro leitor comprova que a reportagem sobre o caso Richthofen repercutiu até mesmo fora do país, pois mostra que a revista é consumida não só no Brasil, mas também na Suíça de onde escreve Deborah Biermann. O discurso de Deborah apresenta um tom, uma voz que se indigna com a “barbaridade” do crime cometido por Suzane. Além disso, deixa implicitamente em seu discurso a ideia de que o sistema judiciário atual do país para crimes como o de Suzane não é suficiente e se coloca como alguém que defende a pena de morte no Brasil. Mais uma vez, temos como depreender do conteúdo da carta a tomada de posição sobre o caso. Assim, um querer é estabelecido. Deborah é o sujeito que quer o castigo para Suzane e para seus comparsas. A paixão da vingança, que não pode ser de fato concretizada pelo enunciador da carta, traduz-se por outra que é a indignação, um estado de alma que se torna recorrente em quase todas as cartas publicadas nessa seção.

Vejamos uma terceira carta em que o clamor pela justiça se mistura ao desejo de aplicação do castigo a Suzane:

Li a reportagem e sinto novamente como se tivesse recebido um soco no estômago, assim como aconteceu na ocasião do crime. Estudei no mesmo colégio que ela (em época diferente), e meus pais conheciam socialmente os seus. Não é possível entender como uma menina que teve oportunidades e estrutura familiar aparentemente parecidas com as minhas e de outros amigos tenha sido capaz de uma barbaridade dessas. Uma pessoa que matou os pais, independentemente de ser considerada normal ou doente mental, de estar drogada no dia do crime, de dizer que foi levada a isso por más influências, de estar arrependida do que fez, não merece simpatia, pena, misericórdia. Não há justificativa para um crime desses. Se ela não pagar pelo que fez, que confiança poderemos ter na Justiça? Espero tirar a imagem dela e a descrição da morte dos Richthofen da minha cabeça, para que possa dormir à noite. Susan

Krause Bierrenbach. Por e-mail.

Este enunciador é muito importante para a análise da construção de simulacros no discurso da *Veja* por ser alguém que diz conhecer Suzane. O fato de Susan ter estudado no mesmo colégio de Suzane e seus pais terem conhecido socialmente o casal Richthofen atribui ao texto da *Veja* o efeito de verdade por mostrar a voz de alguém tão próximo a Suzane, portanto, confiável. Susan ao mesmo tempo em que se indigna com o fato, chamando-o de “barbaridade” e condenando Suzane que não merece simpatia, pena ou misericórdia, também faz um apelo à justiça para que a jovem pague por aquilo que fez, uma vez que considera não haver atenuante ou justificativa para o crime cometido. Anormalidade, más influências ou efeito de drogas, nada parece ser motivo de compreensão para tal enunciador. Assim, esse discurso revela que Susan questiona a justiça para uma aplicação severa da pena. Tamanha é a sua indignação que atribui ao esquecimento de Suzane e da morte de seus pais a condição de poder dormir à noite, segundo informações veiculadas pela revista.

A partir das considerações acima explicitadas, podemos, então, descrever melhor quais são os três “perfis comunicativos” ou *ethé* desses enunciadores ou das 14 cartas publicadas em *Veja*. Após a leitura e posterior análise desses textos selecionados por *Veja* para compor a seção Cartas do dia 19 de abril de 2006, constatamos que os *ethé* dos sujeitos, que *Veja* escolheu para mostrar ou construir, são três. Um deles é o sujeito que sanciona positivamente a revista, elogiando-a pelo fato apresentado: “Obrigada, *VEJA*, por não nos deixar esquecer”. Trata-se de um sujeito tocado, sensibilizado pelo discurso de *Veja* e, assim, crédulo na idoneidade da revista. Há um outro que revela um desejo de vingança e que, por isso, diz que Suzane deve ser condenada para pagar pelo que fez, é a sanção negativa atribuída à moça. “Você nunca terá sua vida de volta”, “Suzane tem de ser punida”, “De madrugada, eu e minha esposa levantamos para amamentar nosso filho. Sobre a mesa da sala, deparei com a foto de Suzane na capa de *Veja*. Confesso: tive medo”. Esse é o sujeito amedrontado, que vive a paixão do medo construído no discurso da *Veja*. Há ainda um último perfil comunicativo a ser considerado. Trata-se de um leitor que além de condenar Suzane, clama pela

justiça. “Esperemos que haja justiça”. “Tenho certeza de que todos os brasileiros esperam um desfecho digno desse processo. Se uma pessoa dessa for absolvida, mais uma vez a lei brasileira mostrará que aqui os valores são invertidos”. “Esperam-se sensatez e equilíbrio nesse julgamento e que Suzane e os irmãos Cravinhos tenham todo o tempo do mundo para pensar e arrepender-se do que fizeram”. Trata-se, nesse caso, do sujeito que vive as paixões resultantes do discurso condenatório da *Veja*, quando se posicionava em seu relato como uma instância jurídica. Os enunciadores das cartas são, assim, um espelho dos posicionamentos cognitivos e passionais construídos no discurso da revista.

Devemos considerar que, quando *Veja* escolhe 14 leitores cujas cartas são publicadas na seção de correspondências e cujos autores são pessoas de diferentes lugares entre homens e mulheres, a revista constrói-se como um enunciador que dá voz a todos, indistintamente. É o efeito da neutralidade discursiva que é construído na medida em que “um coro de vozes” das mais diversas procedências ecoa nos discursos construídos – como que repetindo *Veja* em uníssono. A indignação dos leitores é um estado de alma recorrente em todos os *ethé* discursivos, independente de seu tom de voz. Segundo Maingueneau (2008, p. 17-18):

Todo texto escrito, mesmo que o negue, tem uma ‘vocalidade’ que pode se manifestar numa multiplicidade de ‘tons’, estando eles, por sua vez, associados a uma caracterização do corpo do enunciador (e, bem entendido, não do corpo do locutor extradiscursivo), a um “fiador”, construído pelo destinatário a partir de índices liberados na enunciação.”

Assim, a vocalidade expressa nas cartas é a que representa a condenação de Suzane, manifestada por um tom reprovativo, questionador e indignado. Ao reproduzir tais vozes, *Veja* assume também essa vocalidade e compartilha com seus leitores o ponto de vista que expressa a condenação de Suzane Richthofen já “arquitetada” na reportagem que antecede à publicação das cartas. Falaremos agora sobre a manipulação da revista *Veja* em um discurso pedagógico, em uma aula de Língua Portuguesa planejada.

4.1 O MOMENTO PÓS-JULGAMENTO – UMA AULA DIRIGIDA

A análise deste tópico deve-se ao fato de o tratamento do caso Richthofen, na e pela a revista *Veja*, ter ganhado até mesmo uma publicação em um suplemento da mesma revista, chamado *Veja na Sala de Aula*, no dia 19 de abril de 2006, ou seja, no mesmo dia em que as cartas dos leitores foram publicadas na edição 1.952 – uma semana após a publicação da *Reportagem Especial Verdades e Mentiras de Suzane Von Richthofen*.

O suplemento *Veja na Sala de Aula* é uma edição especial da revista *Veja*, “exclusivo para uso em escolas”. Segundo a definição da própria revista,

Veja na Sala de Aula é um suplemento da revista Veja, exclusivo para uso em escolas, e não pode ser vendido separadamente. É distribuído em escolas particulares e públicas com lotes da revista Veja. O conteúdo pedagógico deste Guia é de responsabilidade da Fundação Victor Civita.

Percebemos, então, que se trata de uma edição também especial, já que nem todos os leitores têm acesso a esse material. Pelo contrário, sua distribuição é restrita às instituições escolares, isto é, recebem o material ou o “Guia do professor”, como é chamado o suplemento, as escolas que tiverem a assinatura da revista em questão. Assim, as escolas que assumirem o contrato com *Veja*, para receberem uma edição semanal, recebem também como “prêmio” uma espécie de aula dirigida, sugerida pela equipe *Veja na Sala de Aula*, ou um plano de aula cujo roteiro já está predeterminado.

Um dos tópicos a ser tratado em sala de aula, editados no suplemento do dia 19 de abril de 2006, foi o caso Von Richthofen. Daí a necessidade desse material para a composição das análises propostas. Vale a pena a descrição, em linhas gerais, desse “material de apoio” ao professor. Trata-se de um texto de duas páginas em que o assunto “Linguagens e Códigos e suas Tecnologias”, na disciplina de Língua Portuguesa, traz como título: *Suzane, tragédia e farsa*. Além disso, os conteúdos, habilidades, objetivos e tempo estimado para as aulas estão bem discriminados, conforme as informações a seguir:

Mostre aos estudantes como a mídia ajuda a construir – e destruir – as versões dos fatos.

Conteúdos: mídia, criminalidade, e opinião pública; Habilidade: perceber o potencial dos meios de comunicação para informar, formar opiniões e transformá-las; Tempo Estimado: quatro aulas de 50 minutos.

O uso do verbo no modo imperativo em “mostre a seus alunos...” atribui ao texto um tom de voz – por parte do enunciador – mais incisivo, próprio da linguagem didática, em se tratando da composição de um planejamento de uma aula em que objetivos podem ou devem ser seguidos. Nesse sentido, o professor, assessorado pelo plano ou planejamento de sua aula elaborado pela revista, deve seguir alguns caminhos metodológicos a fim de alcançar tais objetivos. Assim, a revista age no papel de quem faz o professor fazer, ou seja, manipula-o a com ela compartilhar de sua didática. É o didatismo de *Veja* que se estabelece por meio desse roteiro.

Notamos que, dada uma situação real de aprendizagem, o professor, de manipulado, passa a manipulador, pois ele fará com que seus alunos, agora no papel de manipulados, façam aquilo que é sugerido pelo plano. Analisemos melhor como se dá esse roteiro de quatro horas-aula que tem como foco principal o caso. Inicialmente, a revista faz uma breve retomada do caso, chamando-o de tragédia e qualificando Suzane de farsante por ter fracassado em sua tentativa de se posicionar como “uma menininha desorientada” ao conceder uma entrevista à *Veja* e ao programa Fantástico, da Rede Globo. Além disso, *Veja* diz (grifamos):

*O texto da revista teve enorme impacto, a ponto de motivar muitas cartas dos leitores. Com base nesses materiais, coloca-se uma dúvida fundamental: em que medida a mídia vai além de informar? Até que ponto ela forma, consolida ou modifica opiniões? Este **plano de aula** vai ajudar seus alunos a responder.*

No fragmento acima, é notável a voz de *Veja* falando dela mesma, ou seja, do impacto provocado tanto pela *Reportagem Especial* (a revista anteriormente publicada à divulgação das cartas dos leitores) como “das muitas cartas” sobre o assunto. *Veja* direciona, mais uma vez o professor, manipulando-o, para que, com base em tais materiais, os alunos respondam ao que está sendo proposto. Ao final

do fragmento, é possível depreendermos a ideia de que basta seguir o plano para que cheguemos às respostas, ou seja, é preciso ter contato com o roteiro bem como com as duas edições “de impacto” para cumprir o desafio. É como se tivéssemos que entrar em conjunção com esses saberes oferecidos pela *Veja* como destinadora da ação didática, para que fôssemos sancionados positivamente ao respondermos às questões por ela propostas.

Depois, são apresentadas as atividades propriamente ditas, distribuídas em quatro aulas. Notemos que o trabalho a ser desenvolvido em uma sala de aula na aula de Língua Portuguesa, como sugerido, assegurava o contato revista-aluno por pelo menos uma semana. Na 1ª aula, é solicitado ao professor para que ele organize a sala em grupo e distribua a *Reportagem Especial* entre os alunos a fim de que esses, por sua vez, possam ler a reportagem e discuti-la considerando determinados aspectos. Há, pois, um direcionamento do que deve ser objeto de discussão. Assim, podemos afirmar que, nessa primeira atividade, a leitura da *Reportagem Especial* é uma atividade de aquisição de conhecimento prévio a ser cumprida pelos alunos para a continuidade de outras etapas metodológicas, o que em termos mais didáticos, chamaríamos de pré-requisitos para a aprendizagem. Uma das perguntas propostas nessa atividade é a seguinte: “Por que a defesa de Suzane se interessou em veicular entrevistas em *Veja* e no Fantástico, apesar dos riscos de a manobra ser malsucedida?”. Tal questionamento, segundo *Veja*, “conduz ao cerne desta aula” já que leva à reflexão “da importância da mídia para a moldagem da opinião pública – no caso, a preparação do terreno para o julgamento da ré”. Observemos que o foco de interesse da revista é deslocado. De acordo com a pergunta acima, não é *Veja* que se interessa pela entrevista (lembremos que a revista publica uma reportagem de capa para o caso Richthofen e faz alarde com o fato de ter sido a primeira a sair à frente com uma entrevista de Suzane). Pelo contrário, são os advogados de defesa da moça que se interessam pela *Veja*. Ao inverter o foco da pergunta, cria-se o efeito da credibilidade desse meio de comunicação, porque o interesse não parte dela, mas dos advogados. É como se a revista estivesse menos preocupada em veicular fatos novos ao caso. É, ainda, como se *Veja*, considerando a linguagem uma questão central para toda atividade humana e, no caso, para os advogados, se desviasse do incômodo de colocar questão semelhante relacionada à

própria atividade de informação.

Na 2ª aula, é sugerida a cada aluno a produção de uma carta à redação da revista com comentários e opiniões sobre o crime e a reportagem e também sobre a imagem de Suzane que “transparece do texto”. É solicitado ainda que os alunos leiam as cartas dos leitores e percebam a repercussão da entrevista publicada, bem como o ponto de interesse dos enunciadores de algumas delas, uma vez que umas “focalizam mais o crime”, outras, o “futuro julgamento dos réus e das penas que eles podem receber” e outras, “o fingimento de Suzane orquestrado pelos advogados”. O efeito de sentido construído nessa etapa aproxima o leitor-aluno do enunciador, na medida em que o discente escreve uma carta à revista que lhe ofereceu um saber e que, de certa forma, será por meio dessa carta que o aluno vai formalizar, por escrito, aquilo que ele pode ter assimilado do material de apoio: a *Reportagem Especial* e as cartas dos leitores. É sugerido, então, para as atividades pedagógicas, um saber dado de antemão pela revista e esse saber deve ser registrado em um texto do gênero carta.

Na 3ª aula, é solicitado ao professor que promova um debate entre os alunos sobre a “encenação da entrevista” e “o papel da mídia no processo da garota Von Richthofen e dos irmãos Cravinhos”. As perguntas servem para orientar o debate, segundo *Veja*. Vejamos duas dessas perguntas:

A reportagem adverte que ‘não se pode prejudicar’ Suzane, ainda que ela seja ré confessa. O que isso significa? Conte que, segundo a legislação brasileira, ela conserva a presunção de inocência até o final do julgamento, podendo até mesmo ser absolvida. [...] retome uma questão da aula anterior: qual foi mesmo o interesse dos advogados de Suzane em promover as entrevistas? Ter acesso a uma imensa caixa de ressonância para veicular sua versão dos acontecimentos? Ressalte que as tentativas de manipulação da mídia nem sempre funcionam: tanto os irmãos Cravinhos quanto Suzane voltaram à prisão após concederem entrevistas desastrosas.

O tema do debate foi determinado pelo plano de aula, além disso, as perguntas que direcionam tal debate também foram escolhidas pela revista. A própria atividade da terceira aula, o debate, é uma escolha da revista que, como

instância enunciativa, tem um estatuto duplo: enunciador midiático, *Veja*; e enunciador pedagógico. A escolha do debate, como procedimento de ensino é correta e parece proposta de um enunciador interessado em questões educacionais, mas o lugar dado ao debate, depois das aulas um e dois, que direcionam o olhar dos alunos, de acordo com os interesses da revista, parece ser de outro enunciador – a *Veja* que quer conquistar leitores e vender. A primeira pergunta da 3ª aula retoma a *Reportagem Especial* que “adverte que não se pode prejudicar Suzane”. Isso tem por efeito a construção da “neutralidade” e da “imparcialidade”, do senso de justiça da revista que adverte o seu leitor para não fazer julgamentos sobre a moça. O uso do verbo advertir é significativo no contexto, porque a revista se coloca na posição de quem pode e deve conscientizar, avisar e prevenir o seu leitor. O leitor é, então, advertido pela revista a não cometer o erro do julgamento e, assim, também os alunos – quando, como vimos nas análises anteriores, ela mesma incorre nesse “erro”.

O foco da segunda pergunta aborda novamente o interesse por parte dos advogados em promoverem uma entrevista com Suzane. A própria revista responde à pergunta feita, mas, para suavizar a parcialidade ou o subjetivismo, *Veja* responde com uma outra pergunta. Notemos que a revista se põe como “uma imensa caixa de ressonância para veicular os acontecimentos”. Mais uma vez *Veja* mostra o seu poder-fazer, pois ressoa, ecoa os acontecimentos nela veiculados, como se fosse o “Leitor” dos leitores, o “Saber” dos saberes. E ainda sugere ao professor que ressalte o fato de os irmãos Cravinhos e Suzane terem voltado à prisão após concederem entrevistas desastrosas. *Veja* avalia a incompetência dos três sujeitos e os sanciona negativamente, fazendo “ressoar” em seu texto a sua própria importância como meio de comunicação.

Na 4ª aula, o professor deve reproduzir um quadro composto por três fotos de Suzane e entregar “à moçada” a fim de que os alunos acompanhem o trajeto de soltura da jovem e de seu retorno à cadeia. Vejamos as Figuras 9 a 11²⁹:

²⁹ A legenda originalmente não aparece abaixo das fotografias, embora a sequência da parte verbal esteja inserida em uma caixa de texto, intitulada “Acompanhamento”, na página 4 dessa edição, conforme Anexo E.



FIGURA 9 - Suzane Von Richthofen deixa a prisão para responder em liberdade pelo assassinato dos pais.



FIGURA 10 - Preparando o terreno para o julgamento, concede uma entrevista a *Veja*.



FIGURA 11 - Sua performance é desmascarada como pura farsa e ela volta a ser encarcerada.

Analisemos brevemente o percurso gerativo de sentido sugerido pelas fotografias impressas no suplemento *Veja na Sala de Aula*. Temos, então, um sujeito que, após ter cometido um crime (o parricídio e o matricídio), acompanhada de seu então namorado e do irmão deste, é sancionado negativamente pela justiça sendo assim condenado à prisão. Depois de um certo tempo, Suzane é “premiada” para responder em liberdade pelo crime que cometeu, o que para a jovem vem a ser uma sanção positiva por parte da determinação judicial. Suzane, então, concede uma entrevista a *Veja*, o sujeito que se posiciona como “uma caixa de ressonância para veicular informações”. *Veja* é o sujeito que tem o poder de dar a Suzane uma reportagem de capa e também é aquele que tem o saber da primeira entrevista concedida pela jovem. A revista é detentora de um poder-fazer e de um saber-fazer institucionais, já que é o veículo de informação mais lido do país. Ao conceder uma entrevista “desastrosa”, Suzane é “desmascarada” como farsante e volta a ser presa. Pressupõe-se, desse modo, que Suzane teve sua performance revelada na revista e pela revista e não teve competência para manter o seu fingimento, não sendo um sujeito, portanto, que tinha um saber fingir – a jovem não sabia “parecer ser” inocente, arrependida. Como forma de punição, mais uma vez, volta a ser presa depois de a revista ter publicado sua performance malsucedida. Sob esse aspecto, *Veja* passa a também ocupar um outro papel: o de anti-sujeito da moça, pois, de certa forma, foi a revista quem “denunciou” sua farsa e contou para o país as verdades e as mentiras sobre o caso, ou seja, fez algo contra os interesses do sujeito. Notemos que a revista se coloca como alguém que, dona de um saber-fazer imbatível na interpretação dos acontecimentos, cumpriu um dever social e quase moral para com a sociedade, mais do que a própria polícia, uma vez que foi por meio da *Reportagem Especial* que Suzane foi “desmascarada” e conseqüentemente presa.

O nível fundamental desse percurso gerativo de sentido tem por oposição de base vida vs morte. A jovem é libertada (FIGURA 9) depois volta a ser presa (FIGURA 11). Suzane nesse período é um sujeito que se mantém ora em conjunção com a vida (= liberdade), ora em disjunção dela, ou seja, passa a estar em

conjunção com a morte (= opressão). Vida e Morte são dois valores basilares que oscilam o tempo todo na vida desse sujeito.

Lembremos que ao publicar as fotos de Suzane, em diferentes momentos, a revista “ancora” esses elementos na história contada e cria a ilusão de fato verídico, de notícia verdadeira. Segundo Barros (1997, p. 60), “[...] Se são reais as personagens, os locais e os momentos em que os fatos ocorrem, torna-se verdadeiro todo o texto que a eles se refere.”

Desse modo, o enunciador *Veja* cumpre o seu fazer persuasivo e o enunciatário, o professor, ao seguir todo o planejamento sugerido no suplemento, cumpre o seu fazer interpretativo. Em outras palavras, é a revista que faz o professor fazer e este, por sua vez, deverá fazer com que seus alunos façam. O professor interpreta como verdadeiro o roteiro de aula e passa a ser o destinatário dessa comunicação. Os temas que podem ser apreendidos pelas fotos e suas respectivas legendas são o envolvimento de jovens com a criminalidade, a violência familiar, os crimes hediondos, a perversidade do ser humano, o medo da violência, entre outros.

Analisarmos, por fim, o modo como *Veja* elaborou seu plano de aula e como construiu determinados efeitos de sentido no campo pedagógico para fazer valer o seu ponto de vista até mesmo na sala de aula – constituindo-se, assim, como um simulacro de um compromisso pedagógico para com as instituições escolares, o que não deixa de ser uma estratégia para também se constituir como o meio de comunicação mais poderoso, idôneo, a voz das vozes comprometidas com a justiça, a educação e a democracia – representa o estabelecimento do contato dos leitores com o caso por mais uma semana – um ganho de sobrevivência do que ela mesma constrói.

Abordaremos, no próximo tópico, a análise das duas últimas notas publicadas em *Veja*, que encerrarão o conjunto dos textos do *corpus*.

4.2 O MOMENTO PÓS-JULGAMENTO E O VEREDICTO

COMPROBATÓRIO DO JULGAMENTO DE VEJA

Esse tópico vem a ser o último da composição deste trabalho. É o momento em que a análise do *corpus* da pesquisa será concluída. Tal ponto tem por objetivo mostrar e analisar os textos da revista *Veja* que sucederam ao impacto da *Reportagem Especial, Verdades e Mentiras de Suzane Von Richthofen*, datada no dia 12 de abril de 2006. Por isso, o denominamos momento pós-julgamento de Suzane. Não do julgamento oficial que aconteceria em junho de 2006 e que acabou sendo efetivamente concluído em julho desse mesmo ano, mas do modo como *Veja* articulou a construção de sentidos pós-*Reportagem Especial*. Com exceção da publicação das cartas dos leitores e do suplemento *Veja na Sala de Aula*, ambos analisados anteriormente, os dois últimos textos que fazem referência ao caso aparecem em apenas duas notas publicadas na seção Datas, datadas, respectivamente, de 31 de maio de 2006 e de 2 de agosto de 2006 (ANEXOS F-G). Essas notas são verdadeiras “narrativas sumárias”, aquelas em que, segundo Genette (1979), o tempo da narrativa é muito menor do que o “tempo da história”, ou seja, narra-se muito em poucas palavras. Procederemos, então, à análise destas duas notas:



PAULO VITALE

**Suzane:
livre,
de novo**

Decretada: pelo ministro Nilson Naves, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a soltura de **Suzane von Richthofen**, assassina confessa de seus pais. A ré aguardará o julgamento, marcado para 5 de junho, em prisão domiciliar. Suzane fora libertada em junho de 2005, mas entrevistas concedidas a VEJA e à Rede Globo no início de abril motivaram os promotores a exigir que ela fosse devolvida ao cárcere por representar ameaça ao irmão, Andreas, com quem disputa os bens da família. Segundo Naves, porém, o juiz de primeiro grau não poderia ter decretado novamente a prisão, uma vez que o STJ já havia se pronunciado sobre essa questão. Dia 26, em São Paulo. ■

FIGURA 12 - Nota publicada na seção Datas, datada de 31 de maio de 2006.

A revista *Veja* após o destaque editorial dado à *Reportagem Especial*, que também foi “extensivo” à publicação das cartas dos leitores e do suplemento *Veja na Sala de Aula*, dessa vez, dedica uma nota para anunciar a decretação, por meio do STJ, da soltura de Suzane. A nota acompanha uma foto bem reduzida de Suzane e tal imagem é facilmente reconhecida como a foto que serviu de abertura à reportagem do dia 12 de abril de 2006 (FIGURA 12). É fácil notarmos o efeito construído pela revista na edição de tal foto que agora se apresenta bem menor e sem os recursos utilizados quando se deu a sua primeira publicação. Para melhor comparação, observe, no capítulo 3, a análise da foto ou do texto sincrético em questão e o semi-simbolismo nela construído. Importante é considerarmos, de acordo com a nota publicada, que o sujeito condenado está em um estado de espera, ou seja, é o sujeito que aguarda o julgamento em prisão domiciliar. Lembremos que a justiça representa, oficialmente, a maior instância sancionadora do caso Richthofen – o maior destinador-julgador de seus atos. É a sociedade que lhe confere um poder-fazer em seu nome. É dela que Suzane deve esperar ser castigada ou não. O estado de espera da moça tende a aumentar ainda mais o seu medo de voltar à cadeia (sanção pragmática) e por lá ficar por muito tempo. Segundo a nota, são as entrevistas concedidas à *Veja* e à Rede Globo que “motivaram os promotores a exigir que ela fosse devolvida ao cárcere por representar ameaça ao irmão”. Nesse momento, a revista passa a ser o destinador-manipulador dos próprios promotores do caso, que ao tomarem conhecimento das entrevistas, consideradas “desastrosas” pela *Veja*, são levados a com ela compartilharem desse mesmo ponto de vista, ou seja, os promotores manipulados por um dever de justiça, agem repreensivamente contra o sujeito “assassina confessa de seus pais”. E a manipulação se dá, uma vez que, logo após a

divulgação das entrevistas, Suzane voltou a ser uma prisioneira. Procederemos agora à análise da outra (última) nota, publicada no dia 2 de agosto de 2006:

Condenados: a estudante **Suzane Von Richthofen**, de 22 anos, e os irmãos **Daniel**, de 25, e **Cristian Cravinhos**, de 30, por duplo homicídio qualificado. Assassinos confessos dos pais da jovem, em 2002, Suzane e Daniel, que namoravam na ocasião do crime, pegaram 39 anos de reclusão e seis meses de detenção. Cristian pegou 38 anos de reclusão e seis meses de detenção. Suzane foi levada para o Centro de Ressocialização Feminino de Rio Claro, a 175 quilômetros de São Paulo. Os irmãos Cravinhos cumprirão a pena na Penitenciária 2 de Tremembé, a 138 quilômetros da capital. Dia 22, em São Paulo.

Essa nota é o último texto publicado na revista *Veja* sobre o caso Von Richthofen. Ela é uma narrativa mais sumária do que a da nota anterior, ou seja, nela o “tempo da narrativa” é infinitamente menor do que o “tempo da história”, conforme Genette (1979), pois não comporta os elementos de expressão visual da anterior. Tal nota, menor do que a anterior e sem qualquer foto para acompanhá-la ou para reforçar-lhe os sentidos, registra a condenação dos três envolvidos no crime: Suzane, Daniel e Cristian. As informações que constam dessa nota são bem objetivas e resumem claramente a punição (sanção pragmática) de cada um dos sujeitos envolvidos no duplo homicídio qualificado. Tanto Suzane como Daniel pegaram 39 anos de reclusão e mais seis meses de detenção. Cristian, irmão de Daniel, pegou 38 anos de reclusão e seis meses de detenção. Então, constatamos a sanção oficial pela qual os sujeitos passam. Trata-se de uma sanção que é esperada pela sociedade brasileira. Lembremos que algumas das cartas dos leitores “clamavam por justiça”, o que no caso significa punição severa aos culpados. É como se a justiça devesse condenar os culpados para que a credibilidade desta instituição social não fosse manchada. Cabe à justiça o papel de castigar os condenados por um crime hediondo praticado contra pai e mãe, caso contrário, se os criminosos fossem libertos ou pegassem uma pena mais branda, o simulacro da ordem, da moral e da ética, valores tão consagrados no meio judicial cairiam por terra.

Para *Veja*, seu objetivo foi atingido e, assim, seu prestígio, confirmado, na medida em que o resultado do julgamento, expresso na nota, já fora construído e

antecipado por ela ao longo de suas reportagens. Portanto, não há mais necessidade de construir novos sentidos sobre o caso, mas tão somente de reafirmar os sentidos construídos por ela, repetindo apenas, em nota, o veredicto da instância judicial, cujo poder e saber ela espelhou na retomada do caso. A nota é como se ela dirigisse uma piscada orgulhosa e reticente aos seus leitores com o sentido de: eu não disse! Com a condenação de Suzane, o caso está encerrado tanto para a justiça quanto para a revista. Para que destaque editorial, se o caso já não desperta tanto interesse? A estratégia da sustentação do nível de atenção se manteve até a publicação dessas notas, ou seja, para *Veja* o assunto ainda tinha de ser tratado na revista. Após a publicação de *Verdades e Mentiras de Suzane Von Richthofen* e seus desdobramentos nas cartas e no suplemento, *Veja* publica essas duas notas em uma seção que é voltada apenas para anunciar, de modo genérico, alguns acontecimentos da semana. Ao “datar” a decretação da soltura de Suzane e sua posterior condenação, a revista, como enunciadora do caso, opta por não mais valorizá-lo e com isso constrói o efeito de caso encerrado para o leitor. Vimos ao longo deste trabalho que a *Reportagem Especial* atinge o seu grau máximo de importância diferentemente das notas, que para um leitor distraído ou desatento, passam despercebidas, sem qualquer valorização editorial.

Concluimos, desse modo, a análise dos sentidos e dos simulacros construídos na / pela revista *Veja* sobre um crime que causou comoção nacional em 2002 e que repercutiu até meados de 2006.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: O CASO RICHTHOFEN NA REVISTA VEJA – O ENUNCIADOR DECRETA O VEREDICTO

[...] numa teoria da linguagem, o mais importante não é o “objeto” em si, mas os diferentes pontos de vista que sobre ele se constroem (LARA, 2007, p. 11).

Finalizar uma pesquisa requer tempo e reflexões maduras. Apresentam-se aqui algumas considerações finais sobre o objeto de estudo escolhido para compor este trabalho: *a construção de simulacros do caso Von Richthofen na e pela revista Veja.*

Questões sobre a (im) parcialidade e a suposta neutralidade do discurso jornalístico parecem não ser mais amplamente discutidas nas academias em termos de “grandes novidades”, pois, já é sabido que discursos totalmente isentos de “intencionalidade” ou puramente objetivos não existem. Sabemos que existem discursos com maior ou menor efeito de objetividade / subjetividade e também discursos mais e menos persuasivos. Então, eis uma primeira pergunta: qual seria a contribuição deste trabalho?

A resposta ao questionamento acima vai ao encontro do que a própria teoria aplicada pôde oferecer à pesquisa. A semiótica de linha francesa, ou semiótica de Greimas e seus seguidores, é conhecida por estabelecer um percurso que gera os sentidos: daí a expressão *percurso gerativo de sentido*; por isso, é uma teoria da significação, da relação. Propusemos, nesta pesquisa, a análise de um *corpus* sobre o caso Von Richthofen, composto por diferentes textos, dos mais variados gêneros: duas reportagens; uma *Reportagem Especial*; um conjunto de cartas do leitor; um guia didático e duas notas e, conseqüentemente, a relação de sentidos produzidos

no e pelo discurso de *Veja*. O crime, envolvendo a jovem Suzane, repercutiu fortemente em todos os meios de comunicação do país, vindo a ser encerrado tanto pela revista *Veja* quanto pela justiça em meados de 2006, mais precisamente julho de 2006.

Como foi referido acima, a análise da construção de sentidos do caso foi considerada em sua ordem de publicação na revista e é, por essa razão, que se busca, em nossas considerações finais, entender a relação de sentidos promovida por *Veja* ao longo de quase quatro anos. Assim, percebemos que, para a revista, o caso foi valorizado e considerado como importante pelo período que vai de outubro de 2002 até agosto de 2006, o ano do julgamento oficial de Suzane. Uma primeira resposta à pergunta feita anteriormente é a possibilidade de estabelecer relações de sentidos, em diferentes gêneros, sobre um fato noticioso que foi valorizado pela maior revista do país muito mais no momento em que Suzane estava prestes a ser julgada do que depois de seu julgamento.

O primeiro capítulo deste trabalho foi destinado ao recorte metodológico e aos pressupostos teóricos que embasaram a análise do *corpus*. Pudemos verificar que: a semiótica do fazer e a semiótica do ser complementavam a constituição do sujeito assassino; a questão do *ethos* discursivo foi importante para o estudo das relações enunciativas entre a revista, como uma instância detentora de saberes, e os leitores, como sujeitos curiosos, em falta desses saberes; os simulacros foram considerados para a constituição do sujeito Suzane como farsante e, portanto, culpada e da própria revista como enunciador competente em poder e saber contar as “verdades” e as “mentiras” sobre o caso; o sincretismo, ou o chamado texto sincrético, possibilitou a análise do plano de expressão, que aliado ao plano de conteúdo, garantiu a produção de efeitos de sentidos em uma foto usada para abrir a *Reportagem Especial* de *Veja*, o que não por poucos motivos representaria o máximo destaque editorial dado ao caso. Além disso, a paixão do medo (semiótica das paixões) construída pelo discurso de *Veja* permitiu que o simulacro do sujeito performador da ação criminosa como um sujeito temeroso e também temível fosse o tempo todo despertado na revista, como forma de buscar, assim, um efeito de sentido passional. Esses foram os pontos teóricos importantes que fundamentaram

o “todo de sentido” do caso construído pela enunciativa *Veja* e que serviu para promover o veredicto institucional, antes mesmo da Justiça.

O segundo capítulo tratou da análise das duas primeiras reportagens sobre o fato: *Ela matou os próprios pais* e *Pareciam tão normais*, respectivamente publicadas nos dias 13 e 20 de novembro de 2002, logo após a confissão de Suzane como participante do crime de assassinato de seus próprios pais. Nesse capítulo, foi analisada a construção dos primeiros simulacros de Suzane em *Veja*, que, desde então, em seu pré-julgamento, lançou sua tese de adesão inicial para que o leitor pudesse compartilhar de seu ponto de vista: o de que Suzane era uma jovem fria e farsante, um sujeito perdido entre dois destinatários: a família que tudo queria e podia lhe oferecer e Daniel Cravinhos, seu então namorado, socialmente, desprovido de valores morais e materiais, que ora é construído como um sujeito manipulador, segundo os advogados de defesa da moça, ora como um sujeito manipulado por Suzane, segundo a acusação.

Suzane, desde as duas primeiras reportagens, é a filha de pais de classe média-alta que se desvirtua de seu caminho para compartilhar outros valores: o uso de drogas, por exemplo, e uma vida desregrada. A revista não põe em discussão a fase pela qual a jovem passa: a adolescência e seu primeiro amor com todas as inquietações e conturbações próprias desse momento.

Seus pais, segundo *Veja*, são construídos como sujeitos amorosos, atenciosos e responsáveis pela educação da menina, embora a garota preferisse passar boa parte do dia na companhia de Daniel e de sua família. A orientação da construção da “imputabilidade” é dada para o sujeito Suzane, que oscila entre dois simulacros principais: o de manipulada pelo namorado e o de manipuladora. É pertinente afirmar que, mesmo quando Suzane é o sujeito manipulado, *Veja* a constrói como aquele que se deixou manipular, que sabia exatamente o que estava fazendo. A revista não contempla “todos os ângulos”, no que concerne à atribuição de parcela de culpa a cada um dos sujeitos envolvidos no crime, ou seja, o relacionamento entre Manfred e Marisia e sua filha Suzane não foi sequer questionado pela revista. Muito pelo contrário, os pais da jovem são sujeitos vitimizados pela crueldade e barbaridades cometidas. Daniel é construído como o

jovem problemático e pobre com quem Suzane jamais poderia ter se envolvido. Assim, a construção dos primeiros simulacros de Suzane serão reforçados na *Reportagem Especial*, que viria a ser publicada somente no ano de 2006.

O terceiro capítulo tratou da análise da *Reportagem Especial: Verdades e Mentiras de Suzane Von Richthofen*. Foi o capítulo mais longo em função da minuciosa análise de seu plano de expressão e de seu plano de conteúdo. É nesse texto que *Veja* efetivamente “prepara o terreno” para o julgamento oficial da jovem ocorrido em julho desse mesmo ano.

Veja constrói-se como uma instância judicial e se porta como quem tem o poder sancionador, porque tem um saber integral e não parcial sobre o caso. Conforme o próprio título sugere, *Veja* detém as verdades e as mentiras, valores revelados nela e por ela. Como enunciador, faz alarde do caso, ao promover-se para consumo, quando diz que saiu à frente, porque publicou a primeira entrevista com Suzane após o crime. Com isso, visa a ganhar credibilidade, notoriedade e respeito de seu público-leitor, construindo-se como uma instância que tudo sabe, portanto, tudo pode contar. É o sujeito que oferece um saber a seus leitores, satisfazendo-os em sua curiosidade. Mais do que oferecer as tais verdades e mentiras sobre o caso, a revista ainda promove detalhadamente uma retomada do caso, já que sua edição anterior a essa saíra quase quatro anos antes. Nesse sentido, refresca a memória do leitor, coloca “a voz” de Suzane na entrevista reproduzida em discurso direto, para torná-lo mais convincente e “real” e publica várias fotos para ancorar os sentidos e estabelecer associações entre o texto verbal e o não-verbal.

Um outro ponto a ser considerado é o fato de que Suzane, já construída como farsante, anormal e perturbada, nas duas primeiras reportagens sobre o caso, tem seu simulacro reforçado por *Veja*. Além disso, o medo que ela sente em perder a sua liberdade para o resto da vida é anulado por um outro tipo de medo: o que ela desperta como sujeito cruel e frio, ou seja, suas fragilidades, como choro ou arrependimento não passam, segundo o olhar da revista, de parte de um plano para comover a Justiça e garantir ao menos a atenuação de sua pena.

Assim, consideramos confirmada a nossa hipótese inicial: *Veja* humaniza as

ações do sujeito, simulando uma moderação, uma ponderação, tematizados como arrependimento, para, enfim, afirmar de maneira mais enfática e com mais força discursiva o que constrói como seu “real” simulacro: a imagem de um sujeito cujas ações são monstrualizadas, portanto, imperdoáveis. Em alguns fragmentos textuais, a revista deixa o leitor meio “perdido” nessa dupla condição, que gera um efeito de um simulacro ambíguo, confuso: Suzane é uma moça perturbada que se arrependeu do que fez e que foi levada, manipulada pelo ex-namorado a cometer o crime ou é uma jovem perversa, fria e calculista cuja ação criminosa partiu de sua cabeça?

É este o efeito de sentido pretendido pelo enunciador: colocar o sujeito em uma situação confusa, paradoxal, estranha, para também fazer de seu leitor um enunciatário “perdido” em meio a uma situação incrível, anormal e horrorosa. Pretende-se fazer com que o leitor chegue a se perguntar: por que uma jovem, rica, bonita, cujos pais lhe deram tudo, foi capaz de cometer um crime abominável e condenável em todas as sociedades e em todas as épocas: o crime de violação do direito que os pais têm à vida? O leitor é envolvido pelo “pathos” e a revista lucra com seus temores e sua indignação; sua incredulidade. As paixões do leitor são despertadas: temor e indignação são estados de alma o tempo todo trabalhados no discurso de *Veja* e, como vimos em análise anterior, no capítulo 3, até mesmo em seu texto sincrético (a foto com legenda) em que Suzane é humanizada e monstrualizada. Portanto, o leitor fica perdido entre os valores da verdade e os da mentira.

No capítulo 4, foram, detalhadamente, analisadas três cartas dos leitores – representativas de um conjunto de 14 –, todas publicadas, na seção Cartas, da edição posterior à da *Reportagem Especial*; o suplemento pedagógico *Suzane, tragédia e farsa* – chamado *Veja na Sala de Aula* – também do dia 19 de abril de 2006 e as duas últimas notas referentes ao caso, publicadas na seção *Datas*, respectivamente, nos dias 31 de maio e 2 de agosto de 2006. As três cartas dos leitores serviram como prova contundente de que a *Reportagem Especial* surtiu efeitos de um julgamento pré-concebido pela revista e de que seus leitores, espalhados pelos quatro cantos do país, tiveram voz e vez para três tomadas de postura diferentes: alguns sancionaram positivamente *Veja*, apontando para o fato

de que ela prestou um bem à sociedade ao informar mais detalhes sobre o crime e ao fazer seus leitores se lembrarem de quem era Suzane Von Richthofen e do que ela foi capaz de fazer; outras cartas falavam sobre o dever da justiça em decretar pena máxima ao sujeito; trata-se de sujeitos ávidos pela condenação de Suzane e de seus comparsas; outras cartas ainda revelavam um sujeito indignado com a barbárie cometida e, portanto, com sede de vingança, desejosos até mesmo da morte da jovem, como reparação ou liquidação de falta. Nessas cartas, os enunciatários das matérias de *Veja* se portam como os enunciadores encomendados. Aparecem à imagem e semelhança do que é construído pelo discurso da revista, ou seja, os enunciadores das cartas reagem cognitivamente e passionalmente como *Veja*.

O número de correspondências enviadas à revista, dentre elas, *fax*, *e-mails* e cartas, acerca do caso, foi o maior daquela semana. Então, podemos perceber que *Veja* atinge seu objetivo, na medida em que provoca adesão à tese de que Suzane é culpada. As cartas dos leitores representam a resposta de que seu ponto de vista foi aceito como verdade e ponto final. Trata-se de sujeitos que comungam a mesma visão sobre o crime, mas *Veja* faz os leitores crerem em suas verdades e eles retribuem esse valor, manifestando o seu agradecimento pelo saber doado pela revista, bem como a sua passionalidade, como sujeitos revoltados, vingativos e sedentos pela condenação da criminosa.

Nesse sentido, podemos também afirmar que a resposta à punição do sujeito Suzane, pelos enunciadores das cartas, é uma forma de recompensar a revista pelos saberes doados. As tais verdades e mentiras do caso foram aceitas e mais do que isso, avaliadas como verdades. A tese de adesão inicial, proposta desde o capítulo 2, conforme analisamos, leva à adesão da tese principal: Suzane Richthofen merece condenação pelo crime que cometeu. Ao dar voz aos enunciadores das cartas, *Veja* faz com que o efeito de imparcialidade e neutralidade seja construído, sem que percebamos que todos eles são espelhos do discurso nela veiculado. As cartas são a reprodução do pensamento de *Veja* em discursos alheios: o discurso do leitor comum, mas leitor de *Veja*.

O suplemento pedagógico *Veja na Sala de Aula*, intitulado *Suzane, tragédia e*

farsa, arquiteta a manipulação didática exercida pela revista no ambiente escolar. É estabelecido, assim, o fazer crer do professor para que este faça com que seus alunos façam. Ao ser mais uma vez “eleito” o caso Richthofen como assunto publicado, em um “plano de aula”, na semana posterior à publicação da *Reportagem Especial*, *Veja* gerencia o nível de atenção, fazendo com que o fato ainda seja discutido, comentado, visto e entendido até mesmo em sala de aula. O suplemento é um texto didático voltado à aplicação de um roteiro predeterminado pela revista e seu título apresenta o simulacro principal que é construído por ela em relação ao sujeito Suzane: farsante, cuja ação é trágica.

Veja se põe como um sujeito da enunciação detentor de saberes institucionalizados, pois se atribui o fazer-saber, previsto no plano, em quatro horas-aula na disciplina de Língua Portuguesa. Lembremos que não é qualquer um que tem acesso ao material cedido. Trata-se de um apoio pedagógico, então, esse suplemento circula em um local diferenciado, privilegiado: nas escolas que assinam a revista *Veja*. Isso demonstra uma sanção positiva do enunciador midiático: quem assina a revista, ganha um suplemento com um plano de aula inscrito nele. É a dupla condição enunciativa da revista: *Veja* oscila entre um poder midiático e um poder pedagógico. E, dessa maneira, sustenta por mais uma semana, a atenção que é construída para o caso.

As duas notas, que encerram o *corpus* desta pesquisa, coincidem com os dois últimos textos publicados por *Veja*. É o fechamento do caso. A primeira nos informa sobre a decretação da soltura de Suzane para que aguarde seu julgamento e a segunda publica informações a respeito da condenação dos envolvidos no crime. Importante é salientarmos o fato de que *Veja* dá o máximo destaque editorial a uma edição anterior ao julgamento oficial de Suzane e, depois de a moça ter sido oficialmente julgada, não houve sequer um texto de maior extensão acerca do crime que, pelo menos pudesse ser classificado como reportagem, editorial ou carta ao leitor. O fato é encerrado pela Justiça e, assim, o é para a revista que ainda publica informações relativas à condenação de Suzane a fim de confirmar a construção dos sentidos anteriormente construídos: o sujeito criminoso é culpado e merecedor de pena. As notas reforçam o julgamento previsto e decretado pela revista antes do

juízo institucional representado, de fato, pelo poder jurídico.

Depois de criteriosa retomada dos aspectos mais relevantes tratados em cada um dos capítulos, consideraremos outros igualmente importantes. Podemos dizer que há uma moralização da história por parte de *Veja*. O caso Richthofen é um crime que destoa da maioria dos casos de criminalidade divulgados pelas mídias do país: trata-se de parricídio e matricídio numa família de classe média-alta. *Veja* constrói a moralização do fato na medida em que, no papel de juiz, sancionador dos atos de Suzane, mostra-se capaz de poder revelar os detalhes do caso, os segredos de Suzane, a intimidade entre o casal Suzane e Daniel Cravinhos, as imagens de Suzane construídas pelos advogados de defesa e de acusação, direcionando tudo isso em favor de sua maior argumentação: a culpa atribuída ao sujeito como algo imprescindível e inegável. O medo construído passionalmente nos discursos da revista representa, na verdade, “[...] o medo que os sujeitos sociais têm dos outros sujeitos sociais” (CHAUI, 2006a, p. 93).

Assim, *Veja* ao escolher o caso Richthofen como assunto tratado no período de quase quatro anos, constrói o medo de um sujeito jovem, bem criado, cujos valores materiais não lhe foram negados, mas capaz de articular friamente a morte de seus próprios pais, fazendo-se passar por perturbada e perdida como parte de um plano de mascaramento, de simulação.

Constrói-se uma Suzane com medo, para logo em seguida, construí-la como alguém ou algo a que se deve temer. É o medo instalado na classe média-alta: pais que podem oferecer de tudo aos seus filhos, desde carinho até uma generosa mesada, podem ainda assim, ser surpreendidos pelo mal que poderia vir, com toda a sua força, de quem menos se imagina. O questionamento que fica é: *os pais fizeram de tudo, por que isso aconteceu?* Apesar de a revista desconsiderar a falta de atenção dos pais na rotina de Suzane, quando a jovem viaja para o Nordeste com o namorado e diz ter sido uma amiga a sua companhia de viagem, é o simulacro de um comportamento duvidoso da menina que é construído, e não a falta de confiança ou até mesmo de amizade nessa relação. *Veja* cria um espectador curioso por grandes notícias: as verdades e as mentiras do caso, valores estes selecionados e construídos pelo discurso da revista. É ela que tem competência

para dizer e revelar um juízo de valor sobre o sujeito Suzane, de modo que tal competência se traduza em saberes que são validados pela maior revista do país. Comungamos o ponto de vista de Chauí (2006a, p. 76) quando diz poder resumir a ideologia da competência:

[...] não é qualquer um que pode em qualquer lugar e em qualquer ocasião dizer qualquer coisa a qualquer outro. O discurso da competência determina de antemão quem tem o direito de falar e quem deve ouvir, assim como predetermina os lugares e as circunstâncias em que é permitido falar e ouvir, e, finalmente, define previamente a forma e o conteúdo do que deve ser dito e precisa ser ouvido.

O caso foi construído como um julgamento anterior ao da Justiça desde as primeiras reportagens. E o efeito de sentido construído, no final das contas, é o de que a Justiça apenas confirmou o que já havia sido “previsto” pela revista. É a forma máxima de poder das mídias de que fala Chauí (2006a, p. 76): “o de criar a realidade”, como se a versão do fato fosse o próprio fato. O lugar do saber é também um lugar de poder: *Veja* sabe, pode e julga. Assim, o enunciador não só apresenta um dito, mas, sobretudo, toma uma posição em relação ao dizer. *Veja*, ao empregar termos como “certamente” e “com toda a certeza”, mostra um tom assertivo, um *ethos* de dono da verdade, de juiz do caso.

As reflexões não param por aqui, porque acreditamos que não foram esgotadas as possibilidades de relação com o objeto examinado e nem que o nosso olhar tenha sido suficientemente demorado para perceber todas as suas possibilidades de fazer sentido. O parecer das coisas e dos discursos deste mundo é tão espesso e intrincado que é melhor uma atitude desconfiada e insistente: desconfiada para saber que ainda pode haver mais para ser visto além das camadas do parecer e, insistente, porque é nosso dever buscar, compreender, esclarecer, zelar pela vida nossa e dos outros – no discurso.

Devemos considerar que a própria teoria que fundamentou essa pesquisa, como foi dito na introdução deste trabalho, é uma teoria que se refaz continuamente, dependendo dos textos que vão surgindo no mundo e que ela toma como objeto de estudo renovado em cada tempo. Esse foi um dos muitos pontos de vista sobre a

construção dos simulacros de um sujeito envolvido em um crime que mexeu com a opinião pública do país e cujo gerenciamento do nível de atenção, pela revista *Veja*, perdurou por quatro anos, sendo tematizado – e figurativizado – em discursos materializados por diversos gêneros textuais. Outras mídias: impressas, televisivas, sincréticas e outros fatos sobre criminalidade (ou não) circulam diariamente nos diversos meios sociais, carregando em si as suas “verdades e mentiras”, e estão aí para ser problematizados.

REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. *Retórica das paixões*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BACCEGA, Maria Aparecida. *Palavra e discurso: história e literatura*. São Paulo: Ática, 1995.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. A comunicação humana. In: FIORIN, José Luiz (Org.). *Introdução à linguística: objetos teóricos*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 25-53.
- _____. Estudos do discurso. In: FIORIN, José Luiz. (Org.). *Introdução à linguística II: princípios de análise*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2005. p. 186-219.
- _____. *Teoria semiótica do texto*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1997.
- _____. Sintaxe narrativa. In: OLIVEIRA, Ana Claudia de; LANDOWSKI, Eric (Eds.). *Do inteligível ao sensível: em torno da obra de Algirdas Julien Greimas*. São Paulo: EDUC, 1995. p. 81-97.
- _____. Paixões e apaixonados: exame semiótico de alguns percursos. *Cruzeiro Semiótico*, Porto, n. 11-12, p. 60-73, 1990.
- BENTES, Anna Christina. Linguística textual. In: BENTES, Anna Christina; MUSSALIM, Fernanda (Orgs.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2001. v. 1, p. 245-283.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. 4. ed. Campinas: Pontes, 1995.
- BERTRAND, Denis. Figuratividade e tematização: o efeito de profundidade. In: _____. (Org.). *Caminhos da semiótica literária*. São Paulo: EDUSC, 2003. p. 207-231.
- _____. Introdução. In: _____. (Org.). *Caminhos da semiótica literária*. São Paulo: EDUSC, 2003. p. 11-33.
- CARELLI, Gabriela; ZAKABI, Rosana. Ela matou os próprios pais. *Veja*, São Paulo, ano 35, n. 45, p. 108-109, 13 nov. 2002.

CARTAS. *Veja*, São Paulo, ano 39, n. 15, p. 31-37, 19 abr. 2006. Seção Cartas.

CAVALCANTI, Jauranice Rodrigues. Considerações sobre o ethos do sujeito jornalista. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (Orgs.). *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 173-184.

CHAUI, Marilena. *Simulacro e poder: uma análise de mídia*. São Paulo: Perseu Abramo, 2006a.

CHAUI, Marilena. Sobre o medo. In: NOVAES, Aduino (Coord.). *Os sentidos da paixão*. São Paulo: Funarte, 2006b. p. 35-75.

CORTINA, Arnaldo. Duas leituras da paixão. *Cadernos de Semiótica Aplicada*, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 1-23, dez. 2004.

CUNHA, Sérgio Sérulo da. *Dicionário compacto do direito*. 5. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2007.

DATAS. *Veja*, São Paulo, ano 39, n. 21, p. 90, 31 maio 2006a. Seção Datas.

DATAS. *Veja*, São Paulo, ano 39, n. 30, p. 102, 2 ago. 2006b. Seção Datas.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 5. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Positivo, 2004. 1 CD-ROM.

FIORIN, José Luiz. A semiótica discursiva. In: LARA, Gláucia Muniz Proença; MACHADO, Ida Lucia; EMEDIATO, Wander (Orgs.). *Análises do discurso hoje*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. (no prelo).

_____. Paixões, afetos, emoções e sentimentos. *Cadernos de Semiótica Aplicada*, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 1-15, dez. 2007.

_____. Pragmática. In: _____ (Org.). *Introdução à linguística II: princípios de análise*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2005a. p. 161-185.

_____. *Elementos de análise do discurso*. 13. ed. São Paulo: Contexto, 2005b.

_____. *Linguagem e ideologia*. 8. ed. São Paulo: Ática, 2005c.

_____. A noção de texto em Semiótica. *Organon*, Porto Alegre, v. 9, n. 23, p. 163-173, 1995.

_____. Algumas considerações sobre o medo e a vergonha. *Cruzeiro Semiótico*, Porto, n. 16, p. 55-63, 1992.

FONTANILLE, Jacques. *Semiótica do discurso*. São Paulo: Contexto, 2007.

FONTANILLE, Jacques; ZILBERBERG, Claude. Paixão. In: _____ (Org.). *Tensão e significação*. São Paulo: Humanitas, 2001. p. 293-319.

FOSSEY, Marcela Franco. Tom e corporalidade na divulgação científica. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (Orgs.). *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 195-212.

GENETTE, Gérard. *Discurso da narrativa*: ensaio de método. Lisboa: Arcádia, 1979.

GREIMAS, Julien Algirdas; FONTANILLE, Jacques. A epistemologia das paixões. In: _____ (Org.). *Semiótica das paixões*. Tradução de Maria José Rodrigues Coracini. São Paulo: Ática, 1993. p. 21-100.

GREIMAS, Julien Algirdas. O contrato de veridicção. *Acta Semiótica et Linguística*, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 211-221, 1978.

GRUPO ABRIL. *Atendimento ao leitor* [consulta online]. Mensagem recebida por <suanymoraes@uol.com.br> em 28 dez. 2006.

GUIMARÃES, Elisa. *A articulação do texto*. 9. ed. São Paulo: Ática, 2004.

HERNANDES, Nilton. *A mídia e seus truques*: o que o jornal, revista, TV, rádio e Internet fazem para captar e manter a atenção do público. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. Duelo: a publicidade da tartaruga da Brahma na Copa do Mundo. In: LOPES, Ivã Carlos; HERNANDES, Nilton (Orgs.). *Semiótica: objetos e práticas*. São Paulo: Contexto, 2005a. p. 227-244.

_____. *Semiótica: publicidade e jornalismo*. São Paulo, 2005b. [mimeo]. Apostila do Curso de Extensão Introdução à Análise do Discurso da Universidade de São Paulo.

_____. Análise de publicidade da revista *Veja*. *Cadernos de Semiótica Aplicada*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 25-43, 2003.

_____. *A revista Veja e o discurso do emprego na globalização: uma análise semiótica*. 2001. 160 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2001.

HOUAISS, Antônio. *Mini Houaiss*: dicionário da língua portuguesa. 2. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

IPSOS. *História*. Disponível em:

<<http://www.ipsos.com.br/default.asp?resolucao=1024X768>>. Acesso em: 20 maio 2007.

KOCH, Ingedore Villaça. Referenciação e orientação argumentativa. In: KOCH, Ingedore Villaça; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Christina (Orgs.). *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 33-52.

LANDOWSKI, Eric. *A sociedade refletida: ensaios de sociossemiótica*. São Paulo: Pontes, 1992.

LARA, Gláucia Muniz Proença. Lendo textos verbais e não-verbais: uma abordagem semiótica. *Cadernos de Semiótica Aplicada*, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 1-13, dez. 2007.

_____. Os contratos entre enunciador e enunciatário no discurso de Luís Inácio Lula da Silva. *Cadernos de Semiótica Aplicada*, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 1-13, ago. 2004.

LINHARES, Juliana. Verdades e mentiras de Suzane Von Richthofen. *Veja*, São Paulo, ano 39, n. 14, p. 104-111, 12 abr. 2006. Reportagem Especial.

LOPES, Ivã Carlos. Entre expressão e conteúdo: movimentos de expansão e condensação. *Itinerários: Revista de Literatura*, Araraquara, p. 65-75, 2003. Edição especial.

MAINGUENEAU, Dominique. A propósito do ethos. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (Orgs.). *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 11-29.

MENDES, Mariza B. T. A passionalidade do sincretismo no cinema: Don Juan DeMarco. *Cadernos de Semiótica Aplicada*, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 1-8, ago. 2005.

MENEGAZZO, Maria Adélia. O “grito” expressionista. In: _____. *Alquimia do verbo e das tintas nas poéticas de vanguarda*. Campo Grande: UFMS, 1991. p. 51-69.

NASCIMENTO, Edna; ABRIATA, Vera. O medo d’outro. In: MACHADO, Ida Lucia; MENZES, William; MENDES, Emília (Orgs.). *As emoções no discurso*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. p. 103-112.

NAZÁRIO, Luiz. *Da natureza dos monstros*. São Paulo: Arte & Ciência, 1998.

PAVEAU, Marie-Anne; SARFATI, Georges-Élia. *As grandes teorias da linguística: da gramática comparada à pragmática*. São Carlos: Claraluz, 2006.

PEIXOTO, Maria da Silva. *A imagem de adolescente no discurso do livro didático de Língua Portuguesa*. 2008. 218 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2008.

PIETROFORTE, Antonio Vicente. *Tópicos de semiótica: modelos teóricos e aplicações*. São Paulo: Annablume, 2008.

_____. *Análise do texto visual: a construção da imagem*. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. *Semiótica visual: os percursos do olhar*. São Paulo: Contexto, 2004.

PLATÃO, Francisco Savioli; FIORIN, José Luiz. *Lições de texto: leitura e redação*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2004.

_____. *Para entender o texto*. 16. ed. São Paulo: Ática, 2003.

RABISCOS DE PRIMEIRA. Campo Grande: EDUFMS, ano 5, n. 5, 2005.

RAMOS, Cleonice Men da Silva. Especificidades discursivas e efeitos de sentido no gênero textual reportagem de capa. *Cadernos de Semiótica Aplicada*, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 1-12, ago. 2007.

SALLY, Daniele Santana. Caminhos da semiótica literária: resenha do livro de Denis Bertrand. *Cadernos de Semiótica Aplicada*, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 1-4, dez. 2007.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 1999.

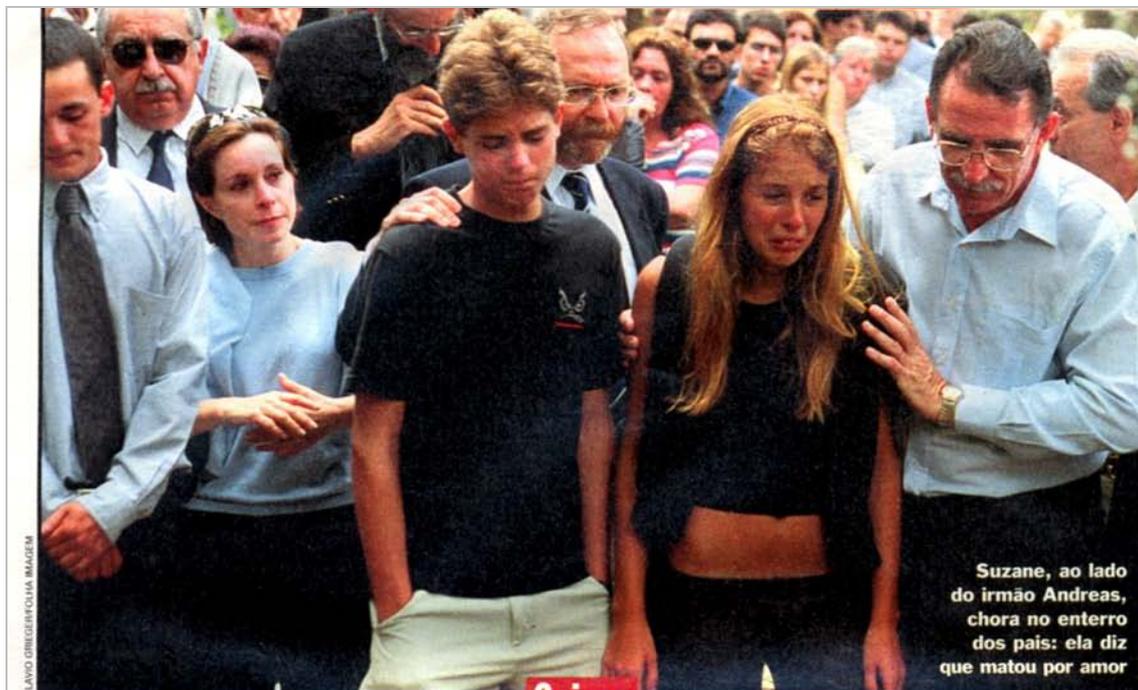
SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SUZANE, tragédia e farsa. *Veja*, São Paulo, ano 9, n. 11 p. 4-5, 19 abr. 2006. Suplemento. [Veja na Sala de Aula].

TATIT, Luiz. Abordagem do texto. In: FIORIN, José Luiz (Org.). *Introdução à linguística I: objetos teóricos*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 187-209.

ZAKABI, Rosana; BRASIL, Sandra. Pareciam tão normais. *Veja*, São Paulo, ano 35, n. 46, p. 52-53, 20 nov. 2002.

ANEXOS



Suzane, ao lado do irmão Andreas, chora no enterro dos pais: ela diz que matou por amor

Crime

Ela matou os próprios pais

Adolescente ajuda namorado a roubar e assassinar o pai e a mãe no quarto em que dormiam

Gabriela Carelli e Rosana Zakabi

O engenheiro Manfred von Richthofen, de 49 anos, e sua mulher, a psiquiatra Marísia, foram mortos a golpes de barras de ferro no quarto do casal, numa casa confortável no Campo Belo, bairro de classe média alta de São Paulo, duas semanas atrás. Na sexta-feira passada, a polícia paulista apresentou os autores do duplo homicídio: a filha do casal, Suzane Louise von Richthofen, de 19 anos, seu namorado, Daniel Cravinhos de Paula e Silva, de 21, e o irmão deste, Cristian, de 26. Os detalhes do crime, revelado nas confissões dos assassinos, causam horror e incredulidade. Que desvio de comportamento pode ex-

plicar a atitude da jovem que participou do massacre dos próprios pais? O crime foi cometido pouco depois da meia-noite. Acompanhada de Daniel e Cristian, Suzane estacionou seu carro na garagem de casa e foi verificar se os pais estavam dormindo. Desligou, então, o sistema de alarme e acendeu a luz do corredor, para facilitar o acesso ao casal. Ela ainda pegou luvas cirúrgicas que pertenciam à mãe e as meias femininas com as quais os assassinos cobriram o rosto. Daniel matou o pai da namorada. Seu irmão, a mãe, que ainda tentou defender-se e teve as mãos fraturadas com os golpes. Cristian terminou por matá-la por estrangulamento.

Enquanto os pais eram mortos, Suzane se apropriava do dinheiro guardado na biblioteca — 5 000 dólares e 8 000 reais. Após o crime, ela e o namorado foram a um motel, numa tentativa de forjar um alibi. Depois foram buscar o irmão dela, Andreas, de 15 anos, que estava numa

casa de jogos eletrônicos. Ao chegar em casa, ela simulou o choque com a morte dos pais e chamou a polícia. A farsa ficou evidente a partir de contradições em que caíram os suspeitos. A convicção se reforçou quando a polícia descobriu que o irmão do namorado da moça, Cristian, pagou em dólares por uma motocicleta, apenas dez horas após o crime. Confrontados com os in-



Manfred von Richthofen (acima) e a casa onde ocorreu o crime: a filha queria a herança





Cristian, Daniel e Suzane, depois da confissão à polícia: consumo de drogas

ro, as visitas tornaram-se mais frequentes. Em lugar de ir para a faculdade, na maioria dos dias, a garota chegava à casa do namorado por volta das 7h30 da manhã e só saía à noite. Seis meses atrás, o pai descobriu que o namoro não havia sido rompido, como imaginava, ficou furioso e decidiu mandar a filha para viver com parentes no interior da Alemanha. Suzane não aceitou e, depois de uma briga feia, parou de falar com ele. Preocupado, Manfred passava quase diariamente no local onde Daniel morava para ver se o carro da filha estava lá quando deveria estar na faculdade.

Os pais

dícios, os assassinos confessaram na madrugada de sexta-feira. Suzane disse à polícia que matou os pais "por amor", pois eles se opunham a seu namoro com Daniel. O que transformou uma banal desavença familiar num crime odioso foram a vida dupla de Suzane e seu envolvimento com o mundo de delitos e drogas dos irmãos Daniel e Cristian. A família Von Richthofen tinha

um padrão de vida de alta classe média. Nascido na Alemanha, Manfred era sobrinho-neto do lendário piloto da I Guerra conhecido como Barão Vermelho. Suzane estudou numa escola de elite e cursava o 1º ano de direito na Pontifícia Universidade Católica. Tinha um carro novo, que ganhou de presente do pai, uma mesada generosa e passava as férias com a família na Europa. Há três anos, ela conheceu Daniel, apresentado por um amigo comum.

A princípio os pais de Suzane não se opuseram ao relacionamento. Eles demoraram cinco meses para perceber que a filha gastava muito dinheiro com o namorado, que não trabalhava nem estudava. Desconfiavam ainda que a moça consumisse drogas em sua companhia. O pai decidiu proibir o namoro e impediu Daniel de frequentar sua casa. Suzane passou a namorar escondido de Von Richthofen e começou a faltar às aulas para se encontrar com Daniel. Ela saía do colégio onde estudava e ia de táxi para a casa do namorado. Assim que foi aprovada no vestibular e ganhou o car-

O mundo de Cristian e Daniel era bem diferente do de Suzane. Eles são de uma família de classe média baixa. O pai é funcionário público aposentado e a mãe ajudava no orçamento dando aulas de pintura. Moram num pequeno sobrado numa vila num bairro da Zona Sul de São Paulo, onde Cristian e Daniel são vistos como jovens problemáticos. Os vizinhos contam que desde a adolescência os irmãos consomem drogas e estão envolvidos com o tráfico. Apesar de não trabalharem, Cristian e Daniel têm carros novos e usavam roupas de grife. Há alguns meses, para escapar de traficantes que o ameaçaram de morte, Cristian mudou-se para a casa da avó, em outro bairro. Daniel teve problemas de aprendizado na infância, largou cedo os estudos e não é capaz de pronunciar certos sons. Sua única habilidade é o aeromodelismo. Chegou a ganhar um prêmio pela qualidade de seus modelos. Dois meses atrás, Daniel e Suzane decidiram matar o casal e aproveitar a herança para viver juntos. Suzane então fingiu ter rompido o namoro. A jovem se reaproximou dos pais, passou a conversar mais com a mãe e a sair com o irmão (o que era um pretexto para encontros furtivos com o namorado). A uma amiga, Marfisia contou que a filha havia voltado a ser a menina maravilhosa que era antes de conhecer Daniel. Infelizmente, era apenas uma parte do plano para assassinar os próprios pais. ■





Estas são fotos tiradas por Suzane e Daniel durante as férias em Natal, um ano antes do crime

Crime

Pareciam tão normais

Eles se tratavam de Su e Dan-dan em viagem secreta para Natal. Ficaram em hotel de luxo, passearam e fizeram amigos

Rosana Zakabi e Sandra Brasil

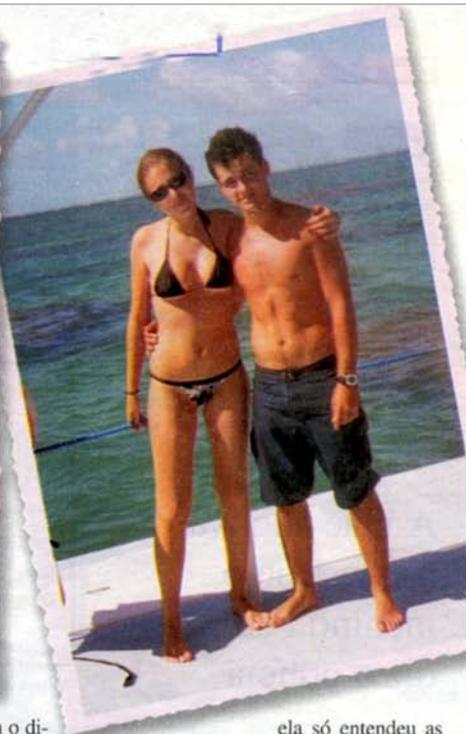
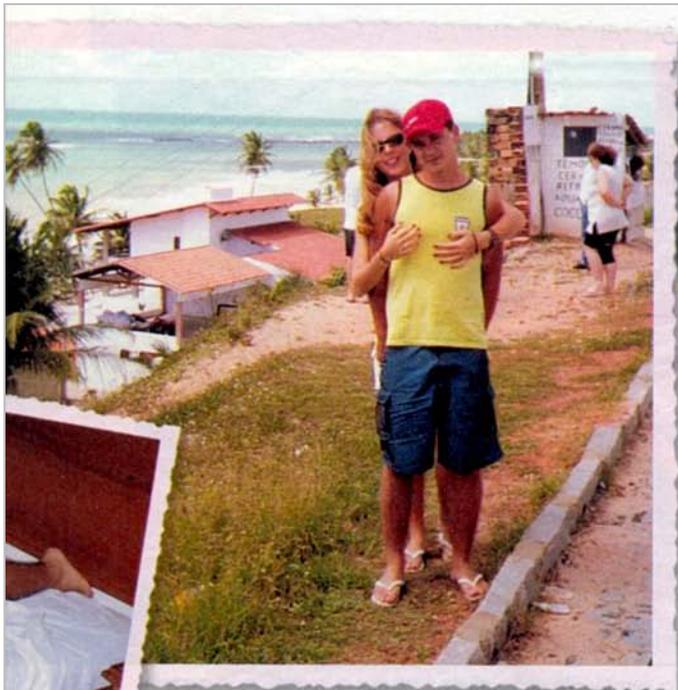
Acada nova descoberta da polícia sobre o assassinato do engenheiro Manfred von Richthofen e sua mulher, a psiquiatra Marísia, ocorrido em São Paulo, mais impressiona a participação ativa da filha do casal, Suzane Louise von Richthofen, de 19 anos. Na semana passada, a reconstituição do crime mostrou que, apesar de não se encontrar no quarto no momento em que seus pais estavam sendo mortos a golpes de barras de ferro pelo namorado dela, Daniel Cravinhos de Paula e Silva, e pelo irmão deste, Cristian, foi Suzane quem coordenou toda a operação. Ela colocou os rapazes para dentro da casa, providenciou as luvas cirúrgicas e meias-calças usadas no crime e deixou sacos de lixo na escada para fa-

cilitar o trabalho dos dois. Também orientou Cristian a pegar o revólver 38 do pai, escondido em um compartimento secreto do armário do quarto, pegou a maleta em que ele guardava dinheiro e revirou a biblioteca para simular um assalto. Para especialistas, crimes como esse são geralmente cometidos por pessoas com histórico de violência familiar. Até agora, contudo, depoimentos de familiares e amigos à polícia mostraram exatamente o contrário.

Manfred e Marísia não apenas eram pais preocupados com o futuro dos filhos como também tentavam estar presentes no dia-a-dia de cada um deles. Amigos de Manfred afirmam que ele tinha adoração por Suzane. No escritório, havia um painel com várias fotos dela. Recentemente, o engenheiro havia pedido a um colega de trabalho, o procurador jurídico Denivaldo

Barni, um estágio para a filha no departamento jurídico da Dersa, empresa em que trabalhava. Assim que Suzane tirou a carteira de motorista, Manfred passou a acompanhá-la no banco do passageiro para que ela se sentisse segura ao volante. A mãe costumava levar os filhos ao shopping para fazer compras. Suzane e Andreas estavam sempre com roupas de grife. Marísia dizia às amigas que tentava ser confidente da filha sobre os namorados.

Quando o assunto era educação, Manfred e Marísia eram rigorosos. A mãe tirou Andreas do Colégio Humboldt, que está entre os dez melhores segundo o ranking de *Veja São Paulo*, porque a filha, que também estudou lá, não havia conseguido passar no vestibular para o curso de direito da Universidade de São Paulo (USP), o mais respeitado do Estado. Apesar de ela estar



estudando direito numa boa faculdade, a Pontifícia Universidade Católica (PUC), chegou-se a cogitar que Suzane fizesse cursinho para tentar novamente o melhor curso. O problema era o namoro com Daniel, que não estudava nem trabalhava. Todos os programas dos namorados eram feitos às escondidas dos pais dela. Em julho do ano passado, eles passaram uma semana em Natal em clima de lua-de-mel. Aos pais, ela disse que iria viajar com as amigas. Lá, durante um passeio de barco, conheceram a estudante paulista de fisioterapia Juliana Amanda Pereira, de 21 anos, e seu namorado. Os dois casais passaram a viagem juntos. Juliana lembra que Suzane e Daniel ficaram hospedados em um hotel luxuoso e freqüentaram restaurantes caros.

Os dois se tratavam por apelidos carinhosos. Ele a chamava de "Su" e ela o chamava de "Dan-dan". "Suzane era extrovertida e Daniel, esperto e carismático", diz Juliana. Em uma das conversas, Daniel afirmou que estava satisfeito com a alta do dólar. Seu argumento é que a desvalorização do real facilitaria a venda para estrangeiros dos aeromodelos que produzia. Suzane confidenciou a Juliana que ela e o namorado gostavam de fumar maconha. A viagem parecia estar sendo bancada por Da-

Suzane chora durante a reconstituição do crime: ela coordenou toda a operação

niel. "Um dia, eles esqueceram o dinheiro no hotel e nos pediram emprestado", conta Juliana. "Depois, Daniel foi ao caixa eletrônico e sacou a quantia para nos pagar." No fim da viagem, os casais trocaram, acidentalmente, os filmes fotográficos. Juliana acabou ficando com as fotos de Daniel e Suzane. Já em São Paulo, os dois foram à casa de Juliana para ver as fotos, mas elas ainda não haviam sido reveladas. "Eles foram embora logo porque meu pai chegou e não gostou de encontrar estranhos em casa", diz. As fotos dessa viagem podem ser vistas nestas páginas.

Advogados e policiais que conversaram com Suzane têm a impressão de que

ela só entendeu as consequências de seus atos depois de confessar o crime, uma semana atrás. Falou então em suicídio, se disse arrependida, mas ainda insiste que fez tudo "por amor". A hostilidade das pessoas diante da casa dos Von Richthofen quando os três chegaram para a reconstituição, na quarta-feira passada, assustou Suzane. "Só então ela percebeu a repercussão que o crime está tendo na sociedade", diz a advogada de Suzane, Claudia Bernasconi. "Ela ficou com muito medo." Familiares de Suzane estão preocupados com sua segurança. Como não tem nível superior, ela não terá direito a cela especial. Ficará junto com outras presas comuns. O caso chocou até mesmo condenados por crimes hediondos, como latrocínio, homicídio, estupro e tráfico de drogas. Na terça-feira da semana passada, uma comitiva de presos da Penitenciária Lemos de Brito, do Complexo Frei Caneca, no Rio, procurou uma das psicólogas da instituição, Silvane Chaves, para pedir um "diagnóstico" da estudante. "Eles queriam entender como alguém como Suzane conseguiu ultrapassar o limite, que é tirar a vida de pai e mãe", diz Silvane. ■



FERNANDO PEREIRA/AGÊNCIA DE FOTOGRAFIA O GLOBO

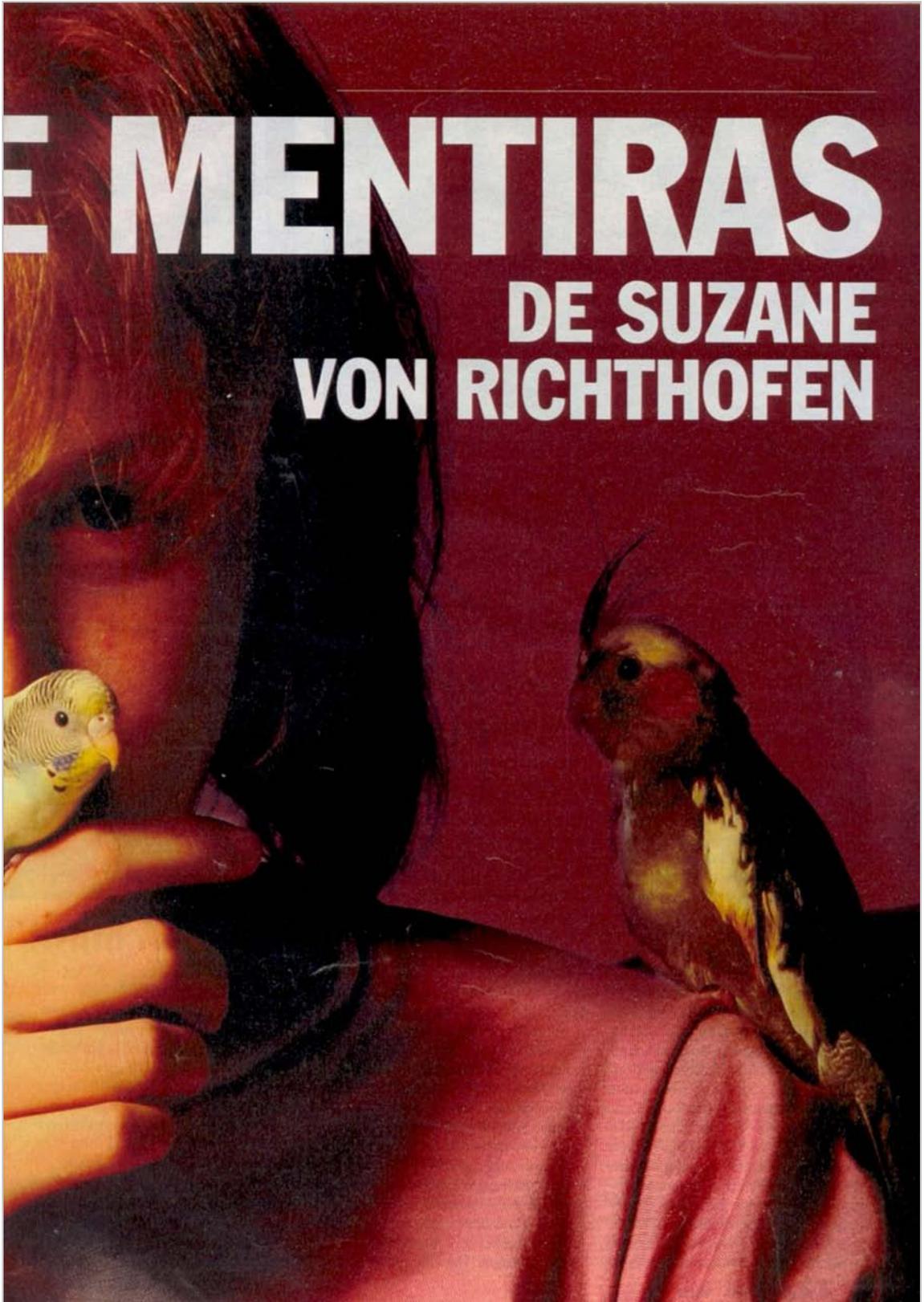
Acesse galeria de fotos inéditas em www.veja.com.br

ANEXO C – Reportagem de 12 de abril de 2006



E MENTIRAS

DE SUZANE
VON RICHTHOFEN





FLAVIO GREGORIO/ILUM. IMAGEM

A FARSA Suzane Richthofen chora no funeral dos pais, antes de confessar os crimes. Ao lado, painel de fotografias feito por ela

A dois meses de seu julgamento, Suzane Louise von Richthofen vem a público pela primeira vez falar sobre o crime que cometeu: o assassinato de seus pais. Mais gorda, com os cabelos curtos e uma franja cobrindo parte dos olhos, ela recebeu a reportagem de VEJA com os cabelos desalinhados, calçada em pantufas e vestindo uma camiseta cor-de-rosa com estampa da personagem Minnie. Desde que deixou a prisão, Suzane, hoje com 22 anos, vive em um apartamento no bairro do Morumbi, em São Paulo, hospedada por um casal de amigos de seus pais a quem chama de “pai” e “mãe”. Agarrada à mulher o tempo todo, comporta-se como se fosse uma criança pequena. Fala baixo e com voz infantil. Ao responder às perguntas, escondia o rosto atrás dos cabelos, mirava o chão e lançava olhadelas indagativas para seus advogados. Claramente foi instruída por eles para fazer o tipo frágil e desassistida. No esforço de evitar o que mais teme, a volta para a cadeia, onde ficou por mais de dois anos, Suzane tenta convencer seus interlocutores de que é uma menina perturbada — e que foi essa condição que a fez, em 2002, abrir a porta de casa para que o então namorado, Daniel Cravinhos, acompanhado do irmão, Cristian, entrasse no quarto de seus pais e os assassinasse a golpes de barras de ferro.

Será preciso convencer o júri de que Suzane não é a mesma pessoa que em

2002 foi descrita pelo delegado Domingos de Paulo Neto, que dirigia o Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa de São Paulo quando do duplo assassinato: “Ela é fria, calculista e impetuosa”. O que mudou? Certamente a temporada na cadeia, o isolamento dos amigos, o repúdio dos familiares e um eventual remorso tiveram efeito suavizante sobre a personalidade da jovem recém-saída da adolescência. Com toda a certeza, porém, ela pode estar usando as características descritas pelo delegado em 2002 para criar, sob a orientação dos advogados, uma persona vitimizada, carente e merecedora de pena. Não se pode prejulgar. Um júri será convocado com a específica finalidade de decidir o destino de Suzane.

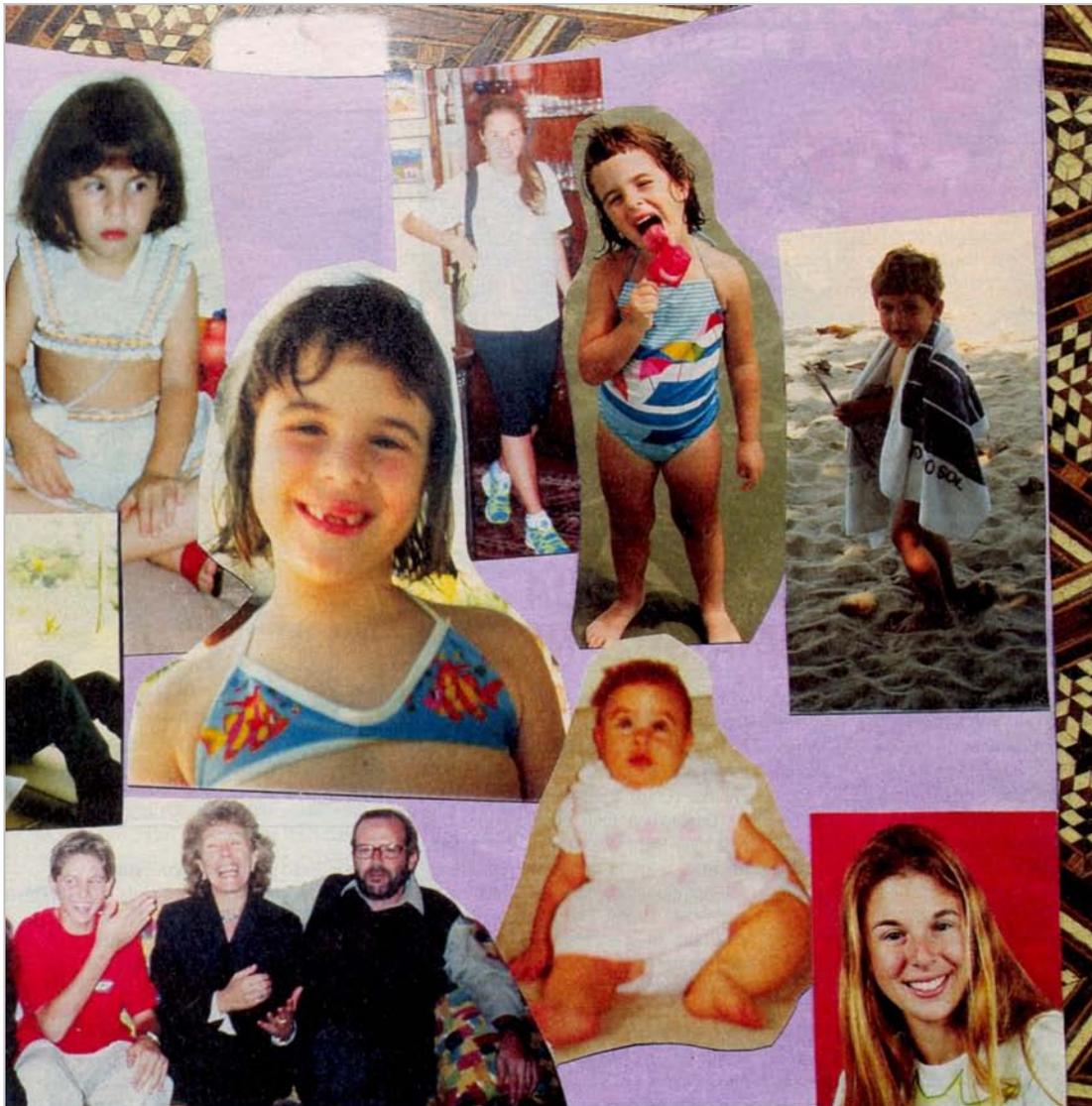
O engenheiro Manfred Albert von Richthofen e a psiquiatra Marísia von Richthofen foram mortos na cama em que dormiam no dia 31 de outubro de 2002. Oito dias mais tarde, Suzane, Daniel e Cristian Cravinhos foram presos e confessaram o crime. Ao contrário de Suzane, os irmãos permanecem na cadeia. O julgamento dos três está previsto para junho. Todos responderão por duplo homicídio triplamente qualificado, o que, neste caso, significa: motivo torpe, meio cruel e impossibilidade de defesa da vítima. Daniel e Suzane ainda



“QUERIA MINHA

Desde que deixou a prisão, há nove meses, Suzane von Richthofen está morando em um apartamento, em São Paulo, com um casal de amigos de seus pais a quem ela chama de “pai” e “mãe”. Foi lá que ela recebeu, de camiseta com a estampa da personagem Minnie e pantufas em forma de coelhinho, a reportagem de VEJA, para sua primeira entrevista depois do crime.

Qual a lembrança que você tem dos seus pais? Meu pai é muito lindo. Minha mãe também. São os melhores



reprodução

“VIDA DE VOLTA”

pais do mundo. Esses dias, eu estava na cozinha, e senti meu pai me abraçando por trás.

O que você sente ao falar deles? Um buraco no peito. Dói muito falar deles. É tudo muito triste.

O que você se lembra daquele dia? De nada. Eu estava muito drogada. Tinha fumado maconha o dia inteiro. Eu não lembro de nada, nada.

Você tem alguma explicação para o que fez? (Suzane não responde.)

Você está arrependida? (Suzane responde afirmativamente com a cabeça.) Queria voltar naquele dia e apagar tudo. Queria a minha vida de volta.

Você tem falado com o seu irmão? (Andreas von Richthofen, que atualmente vive com parentes do lado materno.) Não. Ele está com um tio nosso, que o proibiu de falar comigo. De vez em quando, ele me telefona, mas a gente briga.

Por quê? Ele tem saudade dos nossos pais. Ele também não queria estar sozinho. Acho que tem raiva.

No dia do seu julgamento, você vai reencontrar, pela primeira vez, seu ex-namorado Daniel Cravinhos.

O que você sente por ele hoje? Raiva, muita raiva. Eu não queria nunca mais vê-lo.

Do que você tem mais medo? Do dia do julgamento.

Como você vê o seu futuro? Tem algum sonho? Não. Entreguei tudo para Deus. Não tem condições.

Mas você não pensa, por exemplo, em voltar a estudar Direito? Eu já falei. Não tem condições, né?



OS TRÊS CRIMINOSOS Os irmãos e Suzane: defesas conflitantes

PRESO, DANIEL CONTINUA A DIZER QUE AMA SUZANE

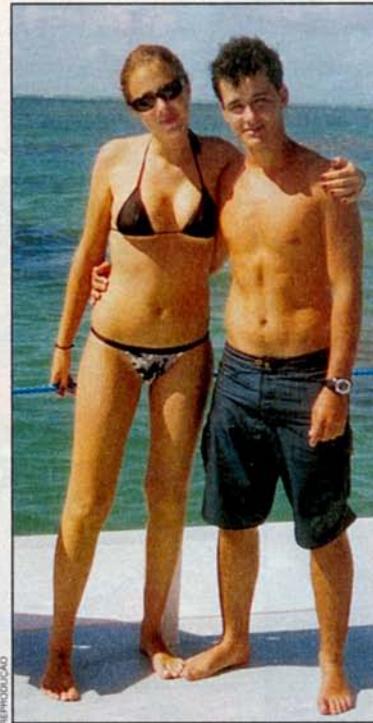
Presos junto com Suzane no dia 8 de novembro de 2002, os irmãos Daniel e Cristian Cravinhos de Paula e Silva aguardam pelo julgamento na Penitenciária de Itirapina, a 221 quilômetros de São Paulo. Réus confessos do assassinato do casal Richthofen, os dois responderão por duplo homicídio triplamente qualificado e fraude processual. Cristian ainda é acusado de furto. No dia do crime, foram os irmãos que desferiram os golpes com barras de ferro que mataram o casal. Daniel namorava Suzane havia três anos. Ele tinha 21 anos, e Cristian, 26.

Em novembro do ano passado, beneficiando-se da decisão do Superior Tribunal de Justiça que concedeu um habeas corpus a Suzane, Daniel e Cristian também chegaram a ter sua liberdade provisória decretada. No entanto, uma entrevista concedida a uma estação de rádio, no dia 16 de janeiro, levou os irmãos de volta à prisão. Na conversa, Daniel e Cristian relembrou o planejamento do crime e falaram sobre seus objetivos para o futuro. O promotor do caso, Roberto Tardelli, entendeu que os irmãos desdenharam da Justiça e fizeram "apologia à impunidade". Entrou com novo pedido de prisão preventiva e os irmãos voltaram para a cadeia no dia 23 de janeiro. Na entrevista, Daniel também disse que ainda é apaixonado por Suzane. E afirmou que, apesar de decepcionado com a versão que ela apresenta dos fatos — mentirosa, segundo ele —, gostaria de revê-la

ex-namorada. Sobre planos pessoais, Daniel disse que quer voltar a participar de campeonatos de aeromodelismo e retomar o curso de direito na Universidade Paulista (Unip), trancado antes do crime.

O relacionamento dos Cravinhos com a família Richthofen teve início quando Andreas, o irmão de Suzane, se interessou por aeromodelismo e começou a ter aulas com Daniel. Em pouco tempo, ele e Suzane se aproximaram e, logo, estavam namorando. Andreas e Suzane desenvolveram uma forte ligação com toda a família Cravinhos. Os dois visitavam com frequência a casa de Astrogildo e Nadja, pais de Daniel. Quando Suzane foi presa, ela mandou uma carta (*veja na pág. ao lado*) para o casal, pedindo o seu perdão. Na missa de sétimo dia do casal Richthofen, Astrogildo esteve presente, a convite de Andreas. Mesmo depois do crime, já na prisão, Suzane continuava pedindo a seus advogados notícias da família Cravinhos.

Desde os depoimentos que prestaram ao Tribunal do Júri, dois meses depois do assassinato, os irmãos acusam Suzane de ser a mentora do crime e de ter usado o amor de Daniel para convencê-lo a executar o casal Richthofen. Além de tentar provar essa tese, os advogados de defesa dos dois pretendem usar a confissão dos irmãos e seu suposto arrependimento pelo crime para tentar atenuar sua pena, que pode chegar a mais de sessenta anos de prisão.



responderão por fraude processual e Cristian por todos esses crimes mais o de furto. Na ocasião do assassinato, Suzane cursava o 1º ano de direito na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Desde então, abandonou os estudos, o cabelo longo e boa parte da vaidade. Deixou de praticar esportes e trocou as blusas justas e curtas que gostava de usar por camisetas largas e compridas. Passa o dia trancada em casa. Pela manhã, ajuda a arrumar as camas e preparar o almoço. À tarde, assiste a TV — desenhos animados são seus programas preferidos — e brinca com os seis pássaros que a família que a hospeda cria soltos no apartamento. Vê novela, lava a louça do jantar e vai dormir. Por receio de que vizinhos protestem contra a sua presença no prédio — o que já chegou a acontecer há algum tempo —, seus protetores, que pedem que não sejam identificados, tratam o assunto quase que como um segredo. Nenhum dos membros da família a chama nem mesmo pelo apelido: "Su" virou "Rê". Nas poucas vezes em que deixa o apartamento, Suzane usa as escadas, em vez do elevador. O temor de ser "descoberta" é tanto que ela afirma não sair nem à janela. "Tenho medo de que eles queiram que eu vá embora daqui", diz.

22/11/2002
11/9

Nodja / Gravinhos,
 eu não sei se o meu primeiro balneário chegou
 até vocês, mas de qualquer jeito eu gostaria de pedir
 novamente. (e mais um milhão de vezes) perdão! Eu
 gostaria de coração que vocês pudessem me perdoar, porque
 eu amo muito vocês.

Eu sei que a barra não deve estar nenhum pouquinho
 fácil para vocês - para mim também não está, mas eu gostaria
 muito que vocês me mandassem notícias de vocês. Como vocês
 estão? Tudo bem?

Mesmo que vocês nunca mais queiram nem ouvir falar
 do meu nome eu quero que vocês saibam que vocês moram e
 são sempre morar no meu coração.

6. Não desista de mim a gente do mundo e acima.

P.S. Mandem um super beijo pro Dandan e outro pro Gus.
 E por favor entreguem essa outra continha a ele. Obrigada
 Beijos S.U.

BEIJOS PRO DANDAN Carta de Suzane para os pais de Daniel (ao lado com ela na praia) escrita dias depois da prisão

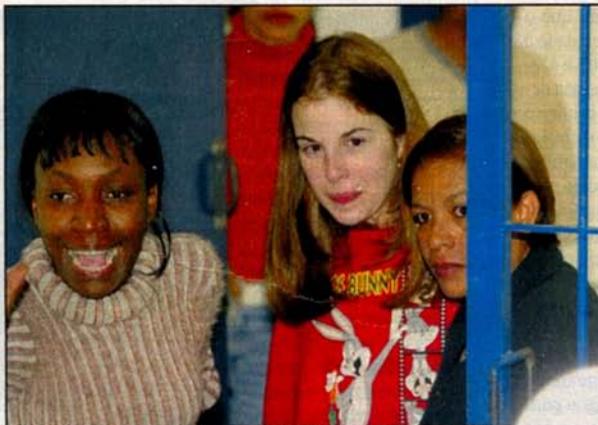
Suzane não tem mais contato com suas amigas do colégio alemão Humboldt, onde estudou da 1ª série até o fim do ensino médio. Hoje, sua melhor amiga é uma advogada treze anos mais velha, Luzia Helena Sanches. A relação começou quando Luzia viu Suzane na TV e sentiu "que precisava conhecê-la". Trocaram cartas e hoje se falam todos os dias, por telefone, já que a advogada mora em uma cidade no interior de São Paulo. Luzia e Suzane se chamam uma à outra pelo mesmo apelido: "Gordão". Suzane diz que Luzia é a irmã que ela não teve. Quanto ao irmão de verdade, Andreas von Richthofen, hoje com 19 anos, a relação é tensa. Desde que os pais foram mortos, Andreas passou a morar com um tio, irmão de sua mãe. Ele chegou a visitar Suzane na cadeia algumas vezes, mas hoje os dois não se vêem mais. Eventualmente, falam-se por telefone, mas a conversa sempre termina em briga. Suzane é vaga quando fala sobre os motivos de seus desentendimentos com Andreas. "Acho que ele tem raiva", disse a VEJA. Já uma pessoa próxima a ela diz que a razão dos conflitos é a herança dos pais. Andreas estaria pressionando Suzane para que ela desista de brigar por sua parte no patrimônio dos Richthofen. O artigo 1814 do Código Civil Brasileiro prevê que filhos que

matam seus pais perdem o direito à herança. A deserção, porém, não é automática. É preciso que haja uma ação judicial pedindo a exclusão do herdeiro. A família de Marísia, com quem Andreas vive, já deu início ao processo. Suzane, por meio de seus advogados, pretende brigar para manter o direito à herança.

Foi por conta de um hobby do irmão, o aeromodelismo, que Suzane conheceu Daniel Cravinhos, em 1999. A família Richthofen estava no Parque do Ibirapuera, um dos cartões-postais de São Paulo, olhando Andreas brincar com seu avião, quando Daniel, também adepto da prática, começou a puxar conversa. Quando o namorico engatou, Manfred e Marísia não se importaram — acharam que era coisa passageira. Com o tempo, o namoro fi-

cou sério e Daniel passou a frequentar não só a casa da família, como o sítio do casal, no interior de São Paulo. Apesar das diferenças sociais — Daniel é filho de um escrivão aposentado e morava em um sobrado em um bairro de classe média baixa, nas proximidades do Aeroporto de Congonhas —, o namoro foi aceito pela família por quase três anos. Em seu depoimento à polícia, Suzane disse que o rapaz passou a ser uma "obsessão" em sua vida. "Queria estar sempre com ele, o tempo todo, o dia inteiro." Suzane enchia o namorado de presentes. Entre outras coisas, presenteou-o com um aparelho de som e um par de óculos de marca famosa no valor de mais de 1 000 reais. A família do namorado, de quem ela se tornou muito próxima, também mereceu agrados. Segundo um dos advogados de Suzane, a jovem trocou o piso da casa dos pais do namorado e comprou para eles uma TV e um aparelho de DVD. Tudo com dinheiro da sua mesada e escondido dos pais. Além disso, também teria pago algumas prestações de um carro Corsa para o namorado. Com Daniel, Suzane também conheceu as drogas. Os dois fumavam maconha quase todos os dias e experimentaram ainda ecstasy, éter e cola. Em meados de maio de 2002, o casal Richthofen decidiu proibir o namoro.

Na madrugada do dia 31 de outubro, Daniel e o irmão Cristian aguardaram que Suzane confirmasse que seus pais estavam dormindo e entraram com ela na casa dos Richthofen. Suzane guiou-os pela sala, subiu as escadas na frente e ficou aguardando que entrassem no quarto. Assim que entraram, ela acionou o interruptor de luz para facilitar a locomoção dos assassinos. Nesse ponto, afirma, desceu para a biblioteca. Manfred e Marísia dormiam. O primeiro a atacar foi Daniel, que golpeou Manfred na cabeça com uma barra de ferro. Em seguida, Cristian, com uma barra idêntica nas mãos, atingiu Marísia. Manfred desmaiou logo. Marísia, não. Ao ser atacada, acordou e tentou proteger-se com as mãos. Alguns de seus dedos foram quebrados com a violência das pancadas. Recebeu golpes na cabeça e no rosto. A certa altura, já agonizante, passou a emitir um



LIBERDADE PROVISÓRIA Suzane deixa a cadeia em 2005

TUGA VIEIRA/OLHA MAGEM

A MELHOR AMIGA
A advogada Luzia Helena
Sanches é hoje a pessoa
mais próxima de Suzane.
A amizade começou quando
a jovem estava presa

som "parecido com um ronco", segundo relatou Cristian à polícia. Na tentativa de silenciá-la, o jovem pegou uma toalha do casal no banheiro e empurrou-a pela garganta da psiquiatra. Um dos ossos do pescoço de Marísa foi quebrado. Depois de constatarem que suas vítimas estavam mortas, Daniel colocou uma arma pertencente a Manfred, perto de seu braço, ao lado da cama. Depois, cobriu o rosto de Manfred com uma toalha. O de Marísa foi envolvido em uma sacola plástica de lixo, que havia sido deixada por Suzane na escada para que os irmãos depositassem as barras de ferro e suas roupas manchadas de sangue.

A moça disse à polícia que, enquanto os pais eram mortos, ela permaneceu no andar de baixo da casa, caminhando entre a sala e a biblioteca. Suzane afirma que, na maior parte do tempo, chorou, com os ouvidos tampados com as mãos. Teve, no entanto, suficiente sangue-frio para espalhar documentos e contas a pagar pelo chão da biblioteca, também ajudou os irmãos a arrombar, com uma faca, a maleta em que o pai escondia dinheiro e a colocar 8 000 reais e 5 000 dólares na mochila de Cristian. Embora soubesse o segredo da pasta, Suzane deduziu que o arrombamento daria mais veracidade à farsa. Depois do crime, Suzane e Daniel deixaram Cristian perto da casa dele e foram para um motel. No primeiro depoimento que prestaram à polícia, logo após o crime, os dois afirmaram ter mantido relações sexuais naquela noite. Mais tarde, mudaram a versão. Do motel, pegaram o irmão Andreas, que havia sido deixado por eles num cybercafé próximo à casa dos pais. Suzane entrou em casa junto com o irmão. Depois de simular surpresa diante dos indícios do "assalto", cumpriu o roteiro combinado com o namorado: na frente de Andreas, que nada sabia, ligou para Daniel pedindo ajuda e obedeceu a seu conselho de chamar a polícia.



ROBERTO SETTON

MORTES EM COLUMBINE

Em 1999, Eric Harris, 18 anos (fotos superiores), e Dylan Klebold, de 17, entraram armados no Colégio Columbine, no Colorado, EUA (foto do meio). Mataram doze estudantes e um professor.

Como Suzane, estavam longe de parecer monstros. Dias antes do ataque, trabalharam em uma pizzeria, foram a um baile de formatura e jogaram boliche. Mataram-se depois de cometer os crimes.

AFP



AFP

KEVIN MOLONEY/GETTY IMAGES



O parricídio e o matricídio são crimes repudiados com horror por todas as épocas, etnias e sociedades. Na Roma Antiga, os homicídios eram punidos de diferentes maneiras, dependendo de sua gravidade. Nessa escala, o assassinato do pai pelo filho merecia a mais espetacular das punições. A Lei Pompéia sobre os Parricídios, criada em 55 a.C., dizia que aquele que matar seu ascendente não deverá ser submetido "nem à espada, nem ao fogo, nem a nenhuma outra pena solemne". Deverá, no lugar disso, ser "encerrado em um saco de couro, juntamente com um cão feroz, um galo, uma víbora e uma macaca. e, nessas fúnebres estruturas, ser arrojado ao mar vizinho ou ao rio, para que em vida lhe cheguem a faltar todos os elementos, e, enquanto viva, seja privado da luz do céu, e, uma vez morto, da terra".

A peça *Édipo Rei*, escrita por Sófocles, tomou-se a mais famosa tragédia grega justamente por tratar desse crime tremendo que é o parricídio. A obra inspirou o pai da psicanálise, o austríaco Sigmund Freud, a tomar o nome de Édipo emprestado para designar o complexo que está na base do psiquismo e das neuroses: o desejo recôndito do menino pequeno de matar o pai, visto como rival amoroso em sua relação com a mãe, assim como o da menina pequena de eliminar a mãe. Eis por que o parricídio e o matricídio assombram tanto por serem crimes que, ao atentar contra um dos pilares da civilização, a família, ecoam uma essência humana atávica e incancelável. Quando ganham materialidade por deci-



A DEFESA Oliveira Filho e Mário Sérgio: advogados querem julgamento separado dos Cravinhos

são de uma menina que poderia ser a filha de qualquer um de nós, como Suzane, o horror aumenta. Tende-se, inclusive, a buscar uma explicação razoável para a atrocidade — algo que distancie a tragédia de nossas vidas, que nos dê a certeza de que só poderia acontecer com "eles". Foi assim no caso de Suzane. Chegou-se a dizer, por exemplo, que seu pai a espancava e abusava sexualmente dela — duas mentiras, conforme se provou. Suzane nunca foi uma vítima de sua família. Seus pais a amaram, contaram-lhe histórias quando era pequena e orgulharam-se de cada vitória que conquistou. Ela estudou em bons colégios, praticou esportes, aprendeu três línguas. Teve carinho, foi mimada e bem educada. O que não funcionou na educação dela, então? Impossível saber ao certo. Nesses casos, fala mais alto a espessa zona de mistério que envolve o cérebro adolescente, uma sopa fervente de hormônios, sensações, ansiedade, dúvidas e desejos. Os dois adolescentes americanos Eric Harris e Dylan Klebold não eram muito diferentes dos outros — até que, em 1999, mataram a tiros colegas e professores na escola, o que ficou conhecido como Massacre de Columbine. Por que isso ocorreu? Nunca se saberá ao certo.

O julgamento de Suzane e dos irmãos Cravinhos está previsto para o mesmo dia, 5 de junho. Os advogados Mário de Oliveira Filho e Mário Sérgio de Oliveira, contratados e pagos pela família que hospeda Suzane, ainda trabalham para que as sessões ocorram em dias diferentes. A justificativa é que a defesa dela e a dos Cravinhos são conflitantes: os irmãos afirmam que partiu de Suzane a ideia de cometer o crime. Ela culpa os Cravinhos. Além disso, os advogados de Suzane defendem a

ideia de que o júri terá de usar critérios diferentes para julgar sua cliente e os outros assassinos. "Suzane não participou efetivamente das mortes", diz Oliveira. Se o esforço dos advogados der certo, o julgamento de Suzane deve acontecer apenas em julho. Seus advogados tentarão convencer os jurados de que Suzane foi levada pelo namorado a cometer os crimes. "Ela estava plenamente adequada à vida familiar, até que conheceu os Cravinhos, que já tinham histórico de banditismo e de uso de entorpecentes. Foi nesse momento que ela saiu de seu caminho", diz Oliveira Filho.

Suzane, que esteve presa entre novembro de 2002 e junho de 2005, tem pavor de voltar à cadeia. Até 2004, ela permaneceu na Penitenciária Feminina da Capital, no Carandiru, em São Paulo, onde era constantemente ameaçada pelas presas, já que crimes como o que ela cometeu são considerados abjetos mesmo por bandidos. Ela teve de ser transferida para uma penitenciária em São Carlos, no interior de São Paulo, depois que, numa rebelião, um grupo de presas tentou matá-la. Antes da entrevista a VEJA, os advogados de Suzane avisaram que ela não falaria sobre sua estada na prisão — o trauma teria sido muito grande. Em nenhum momento, no entanto, a reportagem foi solicitada a não falar com a jovem sobre o assassinato de seus pais. Nas diversas oportunidades em que o tema foi abordado, Suzane, acompanhada de advogados, esforçou-se para chorar. Não conseguiu em nenhuma das vezes. Na quinta-feira passada, diante de uma repórter da Rede Globo, chegou a simular um desmaio ao ser perguntada sobre o crime. É natural que advogados instruíam seus clientes, inclusive a respeito da imagem que devem apresentar em público. E é também natural que, às vésperas do julgamento que vai decidir sua vida, Suzane concorde em obedecer às orientações de sua defesa. O que há de mentira e de verdade em suas ações e afirmações, no entanto, é algo que, talvez, nunca se saberá. Como também ficará no ar a dúvida a respeito da sinceridade da frase com que ela se despediu da reportagem: "Olha, eu amo muito os meus pais". Foi uma das poucas vezes em que Suzane olhou nos olhos da repórter. ■

Com reportagem de Camila Pereira



ANEXO D – Seção Cartas de 19 de abril de 2006



Cartas

“Sinto muito, Suzane, mas você nunca terá a sua vida de volta. Sempre será merecidamente assombrada pela grande estupidez que cometeu.”

*Leonardo D’Ippolito
Blumenau, SC*

te dolorosa como a que causaram às suas vítimas.

*Deborah Biermann
Berna, Suíça*

Parabéns a VEJA, que saiu à frente trazendo a entrevista com Suzane. Gostaria apenas de comentar que fumar maconha não exclui o dolo, tampouco a intenção, no horrível homicídio contra seus pais. Muito pelo contrário, o artigo 61, II, I, do Código Penal vigente, é claro e taxativo ao dizer que o agente que comete um crime, depois de ter propositadamente se embriagado (embriaguez é o estado de intoxicação aguda e pas-

sageira provocada pelo álcool ou por substâncias de efeito análogos — definição jurídica) para praticá-lo, tem sua pena aumentada. Isso recebe o nome de embriaguez preordenada.

*Andrea Zuppo
Franco
Professora universitária
de processo penal
São Paulo, SP*

Quer dizer que a Suzane tem medo da cadeia. Que coisa! Penso no medo e no pavor dos pais dela naquela noite... Para ela, existem dois ditados: galinha que acompanha pato morre afogada e passarinho que segue morcego morre de cabeça para baixo. E sendo menos popularesca e mais culta, como diria Saint-Exupéry:

“Dize-me com quem tu andas e eu te direi quem tu és”. Obrigada, VEJA, por não nos deixar esquecer.

*Sandra Amaral
Belo Horizonte, MG*

Onde quer que eles estejam, devem temer esse monstro que um dia foi concebido, parido, protegido, educado e amado por eles. Tomara que se faça justiça quanto ao seu irmão ganhar no processo de deserção e que o júri popular faça com que ela apodreça na cadeia. O casal que lhe dá um teto hoje que durma com um olho aberto, pois poderá ter o mesmo fim que seus pais.

*Veranice I. Del Priore
São Paulo, SP*

Suzane von Richthofen

Com que direito ela pede a vida de volta? Matar aqueles que lhe deram vida, amor, conforto e segurança é a pior das traições. Ela poderá ter a sua vida de volta quando já tiver pago o que fez. Esperemos que haja justiça e que ninguém acredite na falsa inocência exposta pelas artimanhas de uma encenação de baixíssima categoria promovida pelos advogados de defesa.

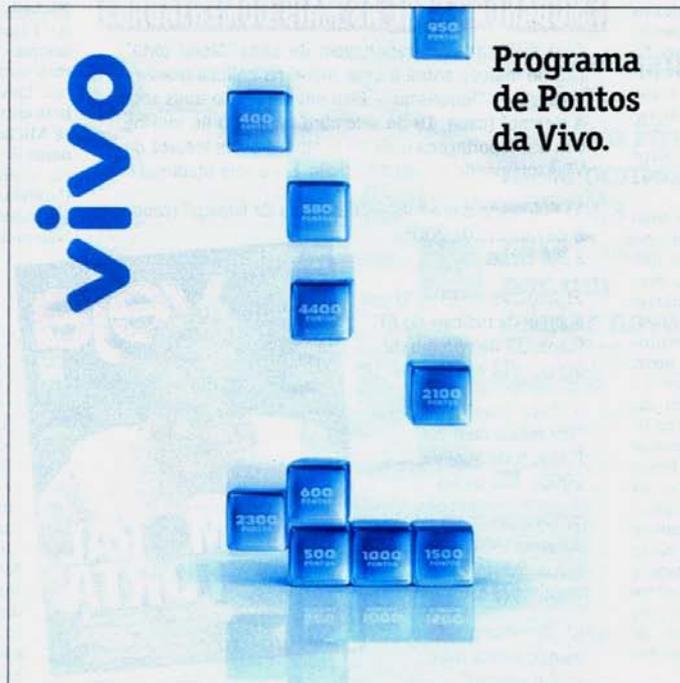
*Marcelo Radaic
São Paulo, SP*

Li a reportagem e sinto novamente como se tivesse recebido um soco no estômago, assim como aconteceu na ocasião do crime. Estudei no mesmo colégio que ela (em época diferente), e meus pais conheciam socialmente os seus. Não é possível entender como uma menina que teve oportunidades e estrutura familiar aparentemente parecidas com as minhas e de outros amigos tenha sido capaz de uma barbidade dessas. Uma pessoa que matou os pais, independentemente de ser considerada normal ou doente mental, de estar drogada no dia do crime, de dizer que foi levada a isso por más influências, de estar arrependida do que fez, não merece simpatia, pena, misericórdia. Não há justificativa para um crime desses. Se ela não pagar pelo que fez,

que confiança poderemos ter na Justiça? Espero tirar a imagem dela e a descrição da morte dos Richthofen da minha cabeça, para que possa dormir à noite.

*Susan Krause Bierrenbach
Por e-mail*

Suzane não deveria ser mais mencionada, e sim condenada pela sua frieza e pelo seu calculismo. Como não temos cadeira elétrica no Brasil, o contribuinte também será condenado: terá de sustentá-la na prisão depois da barbaridade que cometeu. Seus comparsas deveriam ser igualmente condenados a uma mor-



Cartas

O nome dessa Suzane figurará nos anais da criminologia não só pela sua mente assassina, fria e cruel, mas principalmente pela sua capacidade de engendrar e aderir aos mais imbecis e frustrados planos diabólicos de todos os tempos.

Adalberto Alves de Matos
Barra do Garças, MT

Quem leu a entrevista não terá dúvidas da frieza e da maldade dessa moça. Nem ensaiando e programando juntamente com seus advogados ela conseguiu fingir que tem remorso do que fez. Ao contrário, ficou claro que não sente culpa. Foi um absurdo ter sido solta. Tenho certeza de que todos os brasileiros esperam um desfecho digno desse processo. Se uma pessoa dessa for absolvida, mais uma vez a lei brasileira mostrará que aqui os valores são invertidos.

Neide V. Silva
Pedro Leopoldo, MG

Vergonhoso e ultrajante todo o caso Suzane. Será que ela e os advogados pensam que somos idiotas? A quem pretendem enganar inventando todas essas mentiras? Suzane é fria, calculista, mentirosa, além de péssima atriz. Não consegue nem chorar... Nem na iminência de um julgamento e de perder a sua liberdade consegue derramar uma lágrima sequer. Finge fragilidade, desequilíbrio, arrependimento. É simplesmente ridículo! Esperam-se sensatez e equilíbrio nesse julgamento. E que Suzane e os irmãos Cravinhos tenham todo o tempo do mundo para pensar e arrepender-se do que fizeram, encarcerados pelo resto da vida.

Tiana Amorim Andrade
Itabuna, BA

Suzane tem de ser punida, mas também tratada. Ela é jovem, precisa de uma oportunidade para reconhecer o erro. Logicamente, a vida dos pais ela não poderá trazer de volta, mas, se lhe derem a oportunidade e o tratamento de que necessita, quem sabe ela não transformará seu erro em causa nobre e aí poderá impedir que outras Suzanes surjam?

Patrícia Menezes
Natal, RN

O que ela não sabia é que estava acabando com as únicas pessoas que poderiam ajudá-la e amá-la nesta hora difícil pela qual está passando.

Karla Gastalho
Vila Velha, ES

De madrugada, eu e minha esposa levantamos para amamentar nosso filho. Sobre a mesa da sala, deparei com a foto de Suzane na capa de VEJA. Confesso: tive medo.

Gilson Roxo
São Paulo, SP

VEJA poderia ter citado o caso dos irmãos Menendez, Lyle and Erik, nos Estados Unidos, como um paralelo: mataram os pais a sangue-frio, por dinheiro, fingiram desespero e tristeza e, presos, foram orientados por uma advogada a se apresentar, em vez de ternos, com suéteres claros, de adolescentes, em tons pastel. Essa advogada chegava a "pentear" um dos rapazinhos durante o julgamento, como se faz a um menino. Foram condenados à prisão perpétua, sem direito a livramento um dia.

Ilza Contardi
Rio de Janeiro, RJ

MUDANÇA ENTRE AS MAIS COMENTADAS

Com 673 cartas, a reportagem de capa "Moral torta" (29 de março), sobre a crise moral na política brasileira, superou "Terrorismo – Este mundo nunca mais será o mesmo" (capa, 19 de setembro de 2001) no ranking das dez reportagens mais comentadas pelos leitores de VEJA, ocupando a quarta posição. Eis a lista atualizada:

1) Referendo das armas – "Referendo da fumaça" (capa, 5 de outubro de 2005): **2 306 cartas**

2) Radicais do PT – "O que querem os radicais do PT" (capa, 23 de outubro de 2002): **964 cartas**

3) Papa João Paulo II – "Um adeus com dor" (capa, 6 de abril de 2005): **695 cartas**

4) Crise moral na política nacional – "Moral torta" (capa, 29 de março de 2006): **673 cartas**

5) "Terrorismo – Este mundo nunca mais será o mesmo" (capa, 19 de setembro de 2001): **653 cartas**

6) Fernandinho Beira-Mar – "Ele zomba da lei" (capa, 18 de setembro de 2002): **647 cartas**

7) Cazusa – "A luta em público contra a aids" (capa, 26 de abril de 1989): **625 cartas**

8) "Guerra – Apocalipse ao vivo" (capa, 26 de março de 2003): **617 cartas**

9) Entrevista com Yara Baumgart (Amarelas, 20 de outubro de 2004): **602 cartas**

10) Entrevista com Wanessa Camargo (Amarelas, 26 de fevereiro de 2003): **550 cartas**



Michelle Bachelet

As Páginas Amarelas quase sempre têm reservado ótimas surpresas aos seus leitores. Desta feita trouxe uma bela entrevista com a senhora Michelle Bachelet, presidente do Chile. Esclarecedoras e elucidativas palavras. Parabéns à revista VEJA e ao jornalista Diogo Schelp. Não poderia ser melhor. Tra-

ta-se de uma pessoa em sintonia com o seu tempo, comprometida com o seu país e aberta ao diálogo com a história e as demais nações. Virtudes necessárias, imprescindíveis em quaisquer estágios democráticos. Tais predicados tornam-se mais acentuados quando defendidos por quem foi e teve os pais transformados em vítimas da ditadura e nem por isso, agora, à frente da administração pública federal, conduzida pelo voto direto, deixou de reconhecer os acertos registrados pelo governo do ditador Pinochet, muito embora tenha consciência de que é preciso avançar mais e promover mudanças.

Lourembergue Alves
Presidente do Instituto de Ciência Política e Jurídica do Estado de Mato Grosso
Cuiabá, MT

A presidente Michelle Bachelet dá um exemplo de racionalidade, equilíbrio e inte-

Linguagens e Códigos e suas Tecnologias **Mídia e Língua Portuguesa**

“Cartas”, págs. 31 e 32 de VEJA 1952 e “Verdades e Mentiras de Suzane von Richthofen”, págs 104 a 111 de VEJA 1951

Suzane, tragédia e farsa

Mostre aos estudantes como a mídia ajuda a construir – e destruir – as versões dos fatos

Aula sugerida pela equipe de
VEJA NA SALA DE AULA

Se a história ocorre pela primeira vez como tragédia e depois como farsa, o mesmo pode ser dito do comportamento de certos criminosos. No caso, a tragédia foi o brutal assassinato de Manfred e Marisia von Richthofen, em outubro de 2002, protagonizado por Suzane, filha do casal, seu ex-namorado Daniel Cravinhos e o irmão dele, Cristian. Já a farsa foram as entrevistas concedidas por Suzane a VEJA e ao programa *Fantástico*, da Rede Globo, nas quais a jovem de 22 anos, ré confessa, com julgamento previsto para junho, tentou se posicionar como uma menina desorientada. Mas o projeto fracassou. A reportagem de capa da edição 1951 de VEJA informa que ela, “ao responder às perguntas, escondia o rosto atrás dos cabelos, mirava o chão e lançava olhadelas indagativas para seus advo-

gados. Claramente foi instruída por eles para fazer o tipo frágil e desassistida”. E pela TV o público ouviu as instruções dos causídicos para que Suzane chorasse – o que, diga-se, ela não conseguiu.

O texto da revista teve enorme impacto, a ponto de motivar muitas cartas dos leitores. Com base nesses materiais, coloca-se uma dúvida fundamental: em que medida a mídia vai além de informar? Até que ponto ela forma, consolida ou modifica opiniões? Este plano de aula vai ajudar seus alunos a responder.

Atividades

1ª aula – Organize a turma em grupos e distribua exemplares de VEJA 1951 para que todos possam ler a reportagem especial. A seguir, formule questões destinadas a aferir o entendimento do texto. A moçada também pode discutir os comentários dos colegas.

■ O texto informa que Suzane pode estar criando, “sob a orientação dos ad-

CONTEÚDOS

Mídia, criminalidade e opinião pública

HABILIDADE

Perceber o potencial dos meios de comunicação para informar, formar opiniões e transformá-las

TEMPO ESTIMADO

Quatro aulas de 50 minutos

vogados, uma persona vitimizada, carente e merecedora de pena”. O que significa persona? Se necessário, ensine que a palavra, de origem latina, quer dizer máscara. O termo se refere à imagem com que alguém se apresenta em público – e que pode ser bem diferente de sua personalidade real.

■ Em que consistem o parricídio e o matricídio? Qual a importância cultural desses atos?

■ Em certo trecho, Suzane afirma: “Meu pai é muito lindo. Minha mãe também. São os melhores pais do mundo”. Qual a razão do emprego do verbo no presente do indicativo? Ela quer passar a idéia de que em sua mente o crime jamais ocorreu?

■ Por que a defesa de Suzane se inte-

Para seus alunos

Acompanhamento

Da esquerda para a direita: Suzane von Richthofen deixa a prisão para responder em liberdade pelo assassinato dos pais; preparando o terreno para o julgamento, concede uma entrevista a VEJA, mas sua performance é desmascarada como pura farsa e ela volta a ser encarcerada. Qual será o próximo lance? Siga, por meio de revistas e jornais, da televisão e da internet, os desdobramentos do processo da moça e dos irmãos Cravinhos. Se houver tempo e interesse, esse acompanhamento pode se estender até o julgamento do trio.



ressou em veicular entrevistas em VEJA e no *Fantástico*, apesar dos riscos de a manobra ser malsucedida? A resposta conduz ao cerne desta aula: a importância da mídia para a moldagem da opinião pública – no caso, a preparação do terreno para o julgamento da ré.

2ª aula – Pergunte o que a moçada já sabia sobre o assassinato do casal Richthofen. A leitura da reportagem acrescentou algum dado? Isso contribuiu para reforçar ou mudar as noções já disponíveis? O objetivo é demonstrar que o recebimento de informações sobre determinado episódio ajuda a construir, solidificar ou modificar opiniões sobre ele.

Sugira que cada aluno escreva uma carta dirigida à redação de VEJA, com comentários sobre o crime e opiniões acerca da reportagem e a imagem de Suzane que transparece do texto.

Em seguida, peça que todos leiam, na edição 1952 da revista, as cartas que repercutem a entrevista com a jovem. Quais delas se aproximam das posições assumidas pelos estudantes? Ressalte que, basicamente, algumas cartas focalizam o crime. Outras tratam do futuro julgamento dos réus e das penas que eles podem receber, enquanto um

terceiro lote comenta o fingimento de Suzane orquestrado pelos advogados. Encarregue cada adolescente de opinar a respeito desses tópicos.

3ª aula – Encaminhe um debate sobre a encenação da entrevista e o papel da mídia no processo da garota Von Richthofen e dos irmãos Cravinhos. Faça perguntas para orientar o debate.

■ A reportagem adverte que “não se pode prejulgar” Suzane, ainda que ela seja ré confessa. O que isso significa? Conte que, segundo a legislação brasileira, ela conserva a presunção de inocência até o final do julgamento, podendo até mesmo ser absolvida.

■ Dizem que em política o que vale não são os fatos, mas as versões dos fatos. Essa perspectiva também é válida num processo penal? Desse ponto de vista, retome uma questão da aula anterior: qual foi mesmo o interesse dos advogados de Suzane em promover as entrevistas? Ter acesso a uma imensa caixa de ressonância para veicular sua versão dos acontecimentos? Ressalte que as tentativas de manipulação da mídia nem sempre funcionam: tanto os irmãos Cravinhos quanto Suzane voltaram à prisão após concederem entrevistas desastrosas.

■ Algumas cartas de leitores descrevem Suzane como fria e calculista. Esses atributos estão ligados à sua incapacidade de chorar diante dos repórteres ou das câmeras de TV? Se ela se revelasse uma boa atriz, seria digna de absolvição? Diga que jamais saberemos o que passou pela cabeça da jovem enquanto seus pais eram mortos, mas há fatos conhecidos. Por exemplo, não resta dúvida de que ela ajudou a simular um roubo para despistar as investigações e foi a um motel com o namorado depois do duplo homicídio. E, claro, fingiu espanto ao “deparar” com os corpos dos pais e chorou no enterro deles.

■ Se a entrevista publicada por VEJA evidenciou os recursos teatrais mobilizados pelos advogados e pela ré, o depoimento dado ao *Fantástico* explicitou a farsa no momento em que ela ocorria. Trata-se de uma indicação do maior impacto da mídia eletrônica sobre a imprensa? Lembre que uma reportagem na telinha não tem a capacidade analítica do texto de uma revista.

4ª aula – Reproduza o quadro abaixo e entregue as cópias à moçada. O acompanhamento das notícias deve incluir as eventuais contradições entre os dados divulgados pelas diversas mídias.



Fotos: Roberto Fernandes e Eduardo Naccari/Agência Estado

ANEXO F – Seção Datas de 31 de maio de 2006



Incêndio no aeroporto de Istambul: atentado ou curto-circuito?

Condenados: por fraude e conspiração **Kenneth Lay**, de 64 anos, e **Jeffrey Skilling**, de 52, ex-executivos da Enron, a gigante americana do setor de energia que foi levada à falência pela "contabilidade criativa" de sua direção. As sentenças só serão anunciadas em 11 de setembro, mas a pena de Lay — fundador da empresa — pode chegar a 45 anos de prisão e a de Skilling, a 185 anos. Dia 25, em Houston, Texas.

Leiloado: por 5,6 milhões de dólares o quadro **Raizes**, da mexicana **Frida Kahlo**, pela Sotheby's. Trata-se do maior valor já pago por uma obra de arte latino-americana. O recorde anterior, de 5 milhões de dólares, também pertencia a Frida, por *Auto-Retrato*. Dia 24, em Nova York.

Destruido: o compartimento de cargas internacionais do **aeroporto de Ataturk**, em Istambul, por um incêndio de grandes proporções. Pelo menos três pessoas ficaram feridas, e a nuvem de fumaça

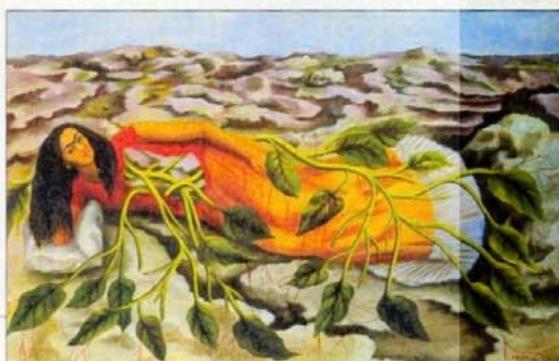
Raizes, de **Frida Kahlo**: recorde latino-americano



Edemar: preso na PF

chegou a 30 metros de altura. O grupo extremista Organização dos Falcões para a Liberdade do Curdistão reivindicou a autoria do incêndio. As autoridades turcas, porém, aventam a hipótese de que ele tenha começado com um curto-circuito. Dia 24, na Turquia.

Preso: pela Polícia Federal o ex-banqueiro **Edemar Cid Ferreira**, acusado de lavagem de dinheiro, formação de quadrilha e gestão fraudulenta. Responsável pela falência do Banco Santos, decretada em setembro passado, ele é acusado também de manter contas ilegais no exterior. Ferreira estava em sua mansão, avaliada em 80 milhões de reais, quando recebeu a ordem de prisão preventiva da 6ª Vara Criminal Federal em São Paulo, e foi encaminhado para a Supe-



rintendência da PF. Segundo o Ministério Público, o Banco Santos deixou um rombo de mais de 1 bilhão de reais no sistema financeiro. Dia 26, em São Paulo.

Renunciou: ao cargo de secretário de Administração Penitenciária do estado de São Paulo **Nagashi Furukawa**, durante audiência com o governador Cláudio Lembo (PFL). O secretário, que estava na pasta desde 1999, alegou razões pessoais. Sua saída, porém, se segue ao debate sobre a conduta do governo estadual durante os atentados da organização criminosa Primeiro Comando da Capital, que paralisaram o estado. Dia 26, em São Paulo.

Absolvido: o deputado federal **Vadão Gomes** (PP-SP), suspeito de receber 3,7 milhões de reais do empresário Marcos Valério, no esquema do mensalão Gomes, o 11º deputado, assim premiado na festança inocentadora da Câmara, foi beneficiado por um índice de ausências durante a votação ainda mais alto que nos casos anteriores. Dia 24, em Brasília.



Suzane: livre, de novo

Decretada: pelo ministro Nilson Naves, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a soltura de **Suzane von Richthofen**, assassina confessa de seus pais. A ré aguardará o julgamento, marcado para 5 de junho, em prisão domiciliar. Suzane fora libertada em junho de 2005, mas entrevistas concedidas a VEJA e à Rede Globo no início de abril motivaram os promotores a exigir que ela fosse devolvida ao cárcere por representar ameaça ao irmão, Andreas, com quem disputa os bens da família. Segundo Naves, porém, o juiz de primeiro grau não poderia ter decretado novamente a prisão, uma vez que o STJ já havia se pronunciado sobre essa questão. Dia 26, em São Paulo. ■

ANEXO G – Seção Datas de 2 de agosto de 2006

Datas

Detectado: o uso de doping pelo campeão da Volta da França de 2006, o americano **Floyd Landis**, de 30 anos, da equipe suíça Phonak. De acordo com a União Internacional de Ciclismo, foi encontrado um nível excessivo de testosterona/epitestosterona na amostra de Landis, depois do 17º estágio, o último da competição. O atleta negou ter utilizado substâncias proibidas. Uma segunda amostra será analisada e, caso o resultado seja confirmado, Landis será expulso da equipe e o título seguirá para as mãos do segundo colocado, o espanhol Oscar Pereiro. Dia 27, na Suíça.

Morreu: o ator e dramaturgo de origem italiana **Gianfrancesco Guarnieri**, internado no Hospital Sírio-Libanês desde o dia 2 de junho, por causa de uma crise renal. Guarnieri iniciou sua carreira na década de 50 e foi autor de mais de duas dezenas de peças de teatro. Em abril deste ano, foi homenageado no 18º Prêmio Shell de Teatro de São Paulo, por sua contribuição à dramaturgia brasileira. Um de seus textos mais famosos é *Eles Não Usam Black-Tie*, transformado em filme em 1981 com o próprio Guarnieri no elenco. Na televisão, ele participou de novelas como



Landis: suspeita de doping

Rainha da Sucata, em 1990, e *Esperança*, em 2002. Sua última atuação foi na recém-encerrada *Belíssima*, como Peppe. Dia 22, aos 71 anos, de insuficiência renal, em São Paulo.

Eleita: a atriz **Ursula Andress**, como a melhor Bond-girl de todos os tempos. Ela interpretou Honey Ryder, no primeiro filme da série, *Dr. No*, em 1962. A pesquisa foi encomendada pela revista britânica *Empire* e pela Sony Pictures. Dia 21, em Londres.



Ursula: a melhor Bond-girl

Resgatados: pela guarda costeira americana e pela guarda nacional aérea do Alasca, os **23 tripulantes** de um cargueiro asiático que virou no Oceano Pacífico. A embarcação *Cougar Ace*, de Cingapura, procedente do Japão, transportava cerca de 5 000 veículos para o Canadá. Ainda não se sabem as causas do tombamento. Toda a mercadoria, além de 500 toneladas de petróleo e 100 toneladas de

diesel, foi derramada no mar. Dia 24, no Alasca.

Condenados: a estudante **Suzane von Richthofen**, de 22 anos, e os irmãos **Daniel**, de 25, e **Cristian Cravinhos**, de 30, por duplo homicídio qualificado. Assassinos confessos dos pais da jovem, em 2002, Suzane e Daniel, que namoravam na ocasião do crime, pegaram 39 anos de reclusão e seis meses de detenção. Cristian pegou 38 anos de reclusão e seis meses de detenção. Suzane foi levada para o Centro de Ressocialização Feminino de Rio Claro, a 175 quilômetros de São Paulo. Os irmãos Cravinhos cumprirão a pena na Penitenciária 2 de Tremembé, a 138 quilômetros da capital. Dia 22, em São Paulo.

Excluído: do Conselho Deliberativo da Fundação Bienal de São Paulo, o ex-banqueiro e ex-mecenas **Edemar Cid Ferreira**, preso desde 26 de maio acusado de formação de quadrilha e gestão fraudulenta do Banco Santos, do qual era presidente. Os conselheiros julgaram que a presença de Edemar causava "desconforto" na instituição cultural. Dia 25, em São Paulo.

Determinada: em caráter liminar, pela Justiça Federal do Piauí, a retirada do questionamento sobre a **opção sexual do doador de sangue**, durante a entrevista que antecede a coleta, em todos os hemocentros do país. De acordo com a decisão, a medida tem caráter discriminatório e por isso deve ser abolida. A Anvisa terá trinta dias para cumprir a decisão, mas anuncia que vai recorrer. Dia 26, no Piauí.



Demitido: **Mário Jorge Lobo Zagallo** da função de coordenador técnico da Seleção Brasileira de Futebol. Zagallo foi campeão do mundo como jogador em 1958 e 1962, como técnico em 1970 e como auxiliar técnico de Parreira em 1994. Dia 26, no Rio de Janeiro.

Zagallo: adeus à seleção brasileira